

Universidade de Brasília – UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável
Mestrado em Desenvolvimento Sustentável

**Organizações da sociedade civil na internet: implicações na
participação em campanhas ambientais**

04 de fevereiro de 2015

Letícia Campos

Organizações da sociedade civil na internet: implicações na participação em campanhas ambientais

Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de Desenvolvimento Sustentável (Cds), da Universidade de Brasília UnB.

Orientador: Frédéric Adelin Georges Mertens
Co-orientação: Marisa von Bülow

04 de fevereiro de 2015

Organizações da sociedade civil na internet: implicações na
participação em campanhas ambientais

Prof. Dr. Frédéric Adelin Georges Mertens
Cds/ Universidade de Brasília

Profa. Dra. Marisa von Bülow
IPOL/ Universidade de Brasília

Prof. Dr. José Luiz de Andrade Franco
Cds/ Universidade de Brasília

Prof. Dr. Cristiano Ferri Soares
IPOL/ Universidade de Brasília

Brasília 2015

Agradeço à minha mãe, irmãos e familiares, pelo apoio e confiança incondicionais; às incríveis amizades pelo auxílio ao longo desta caminhada; aos professores da UnB, pelo conhecimento transferido, e, em especial, ao Prof. Frédéric Mértens e à Profa. Marisa von Bülow, pela inspiração, generosidade e paciência; ao pessoal do CdS, pela receptividade; aos membros do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável pela colaboração na pesquisa. E ao meu pai que sempre levo em meu coração.

“Só a participação cidadã é capaz de mudar o país.”

Betinho de Souza

RESUMO

A possibilidade de transmitir informação, interagir com a população e fomentar a participação dos internautas em ações políticas são características fundamentais da Web 2.0, que tem atraído a atenção de diversas organizações da sociedade civil (OSCs) para incidir também neste ambiente. Este trabalho cuidou de verificar a atuação de organizações em campanhas em prol da questão ambiental, problematizando as novas formas de interação com os internautas e de participação dos indivíduos. Para tanto, o tema escolhido para realização da pesquisa foi o processo de divulgação das campanhas lançadas contra o Código Florestal pelo Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, coletivo que congrega 185 organizações. Entrevistas feitas com membros do Comitê mostraram que este é considerado um dos maiores debates nacionais, que adquiriu repercussão popular, ocupando ruas em várias partes do Brasil e reunindo cerca de 2 milhões de assinaturas contra o a alteração da legislação florestal brasileira. Ao contrário, os dados analisados na rede social digital, Facebook, indicaram resultados tímidos em termos de interação e participação popular. A partir do embasamento teórico e das informações coletadas foi possível revelar que o Facebook é um espaço de transmissão de informações, com potencial interativo e de participação pouco explorado tanto no âmbito das OSCs, quanto pela população.

Palavras-chaves: Código Florestal; Movimentos Sociais; Organizações da Sociedade Civil; Participação; Interação; Facebook.

ABSTRACT

The possibility to transmit information, interact with people and encourage the participation of Internet users in political actions are key features of Web 2.0, which has attracted the attention of several civil society organizations to also act in this sphere. This work attempts to verify the performance of these organizations in campaigns for social and environmental causes, discussing new forms of interaction among Internet users and of individual participation. The subject chosen to conduct the research was the dissemination of campaigns launched by the Brazilian Committee in Defense of the Forests and Sustainable Development against the Forestry Code implemented in Brazil. Interviews with members of the Committee showed that this subject is considered one of the biggest issues in national debates, acquiring popular repercussion, occupying streets in many different parts of the country, as well as gathering approximately 2 million signatures against the modification of the Brazilian forest legislation. On the contrary the data on the digital social network analyzed, Facebook, showed poor results in terms of interaction and participation by the general public. By means of the theoretical basis and the information gathered here, it is possible to say that Facebook is a space for dissemination of information whose potential for interaction and participation remain unexplored not only by civil society organizations but also by the population in general.

Key words: Forestry Code Law; Social Movements; Civil Society Organizations; Participation; Interaction; Facebook.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Banner da campanha Veta Dilma	57
Figura 2: Cantor Gilberto Gil em foto com o cartaz da campanha Veta Dilma	57
Figura 3: Manifestação em Brasília-DF contra as modificações no Código Florestal.....	59
Figura 4: Banner da campanha O Jogo Não Acabou: precisamos apitar esta partida	60
Figura 5: Banner da campanha Não Vote em Quem Votou Contra as Florestas.....	61
Figura 6: Imagens das campanhas divulgadas no Facebook do Comitê.....	83
Figura 7: Personalidades com cartazes de campanhas divulgadas no Facebook do Comitê	84
Figura 8: Detalhes da publicação com maior alcance no Facebook do Comitê	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: PL do Código Florestal antes e depois de passar pelo Senado..	48
Quadro 2: Principais mudanças sugeridas pelo Senado Federal ao PL do Código Florestal	49
Quadro 3: Resumo do resultado da pesquisa Datafolha sobre o Código Florestal.....	55
Quadro 4: Manifesto de criação do Comitê Brasil em Defesa das Florestas do Desenvolvimento Sustentável	64
Quadro 5: Ferramentas digitais utilizadas pelo Comitê no período das campanhas contra o Código Florestal	71
Quadro 6: Localidade das pessoas que curtiram o Facebook do Comitê	80
Quadro 7: Número de comentários, compartilhamentos e curtidas por mês	87
Quadro 8: Análise e categorização das mensagens do Comitê no facebook	91
Quadro 9: Métricas relacionadas ao período de 07 de dezembro de 2011 ao 26 de abril de 2012.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Convidados das audiências públicas feitas pela Comissão Especial do Código Florestal da Câmara dos Deputados.....	44
Gráfico 2: Curtidas na Fanpage do Comitê (de 07 de dezembro de 2011 a 05 de novembro de 2012)	78
Gráfico 3: Gênero e faixa etária das pessoas que curtiram o Facebook do Comitê	80
Gráfico 4: Quantidade de posts na fanpage do Comitê	82
Gráfico 5: Alcance orgânico das publicações no Facebook do Comitê	86

LISTA DE SIGLAS

OSCs – Organizações da Sociedade Civil

PL – Projeto de Lei

NTICs – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PSDB – Partido da Social Democracia do Brasil

PV – Partido Verde

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

MP – Medida Provisória

APP – Área de Preservação Permanente

RL – Reserva Legal

PLC – Projeto de Lei Complementar

MPF – Ministério Público Federal

ONGs – Organizações Não Governamentais

ISA – Instituto Socioambiental

Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável

MST – Movimento dos Sem Terra

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. OBJETIVOS.....	15
1.1.1. <i>Objetivo geral</i>	15
1.1.2. <i>Objetivos específicos</i>	15
1.2. JUSTIFICATIVA	15
2. METODOLOGIA.....	15
3. OCSS E INTERNET: EFEITOS NA INTERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO INDIVÍDUO	21
3.1. INTERNET.....	21
3.1.1. <i>Sociedade da informação</i>	22
3.2. INTERNET E AS POSSIBILIDADES DE INTERATIVIDADE.....	27
3.3. INTERNET COMO ESPAÇO PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR ...	31
3.4. IMPACTO DA INTERNET NOS MOVIMENTOS SOCIAIS	35
3.4.1. <i>A atuação do movimento ambientalista na internet</i>	38
4. CÓDIGO FLORESTAL	42
4.1. HISTÓRICO DO PROCESSO DE REFORMA DO CÓDIGO FLORESTAL.....	43
4.2. ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL.....	52
4.3. CAMPANHAS DO CÓDIGO FLORESTAL.....	56
5. ATUAÇÃO DAS OSCS NO CÓDIGO FLORESTAL	62
5.1. CRIAÇÃO DO COMITÊ BRASIL EM DEFESA DA FLORESTA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	63
5.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO COMITÊ NA INTERNET.....	70
5.3. AVALIAÇÃO DO FACEBOOK DO COMITÊ.....	76
5.3.1. <i>Perfil dos usuários: gênero, faixa etária e localidade</i>	79
5.3.2. <i>Número de posts e origem das visitas</i>	81
5.3.3. <i>Avaliação e classificação dos posts</i>	90
5.3.4. <i>Métricas das publicações</i>	92
6. CONCLUSÃO	95
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
8. ANEXO	102

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a internet tem sido elemento fundamental para as ações populares que estão acontecendo ao redor do mundo. Com a ajuda de redes sociais digitais, mais especificamente o Facebook e o Twitter, a população do Oriente Médio levou à queda do presidente egípcio Hosni Mubarak e do regime de quase meio século de Muamar Kadafi na Líbia. Na Espanha, séries de protestos pedindo uma mudança política foram organizados também com a ajuda das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs). Estas manifestações chamam a atenção de estudiosos para a relevância do uso da internet e seu possível impacto na democracia.

No Brasil, uma pesquisa realizada em junho de 2014 pela empresa global de informação e pesquisa, Nielsen IBOPE, apontou que o número de pessoas com acesso à internet teve um aumento de 18% comparada a estimativa divulgada um ano antes, que era de 102,3 milhões. Hoje 60% da população total do país, ou seja, 120,3 milhões utilizam a internet em domicílios, trabalho, escola, *lan houses*, telecentros e/ou outros ambientes. Além disso, a quantidade de brasileiros que acessa a internet por meio de telefone celular mais que dobrou, representando atualmente 31% da população do país¹.

A presença da internet na vida do brasileiro tem feito com que agentes políticos e organizações da sociedade civil (OSCs) passem a atuar também neste espaço virtual. É cada vez mais comum ver candidatos a cargos eleitorais criarem seus próprios sites e perfis nas redes sociais digitais para fazer articulação política e governos utilizarem seus portais para tornarem públicas as informações sobre orçamentos, programas e projetos. Já as OSCs lançam campanhas de mobilização e petições *on-line* com muito mais frequência.

¹ Informações retidas do link <http://www.nielsen.com/br/pt/press-room/2014/Numero-de-pessoas-com-acesso-a-internet-no-Brasil-supera-120-milhoes.html>, acessado no dia 17 de dezembro de 2014.

Os estudos sobre esta temática superaram a polarização entre uma visão ciberotimista ou ciberpessimista formada nos primórdios da rede mundial de computadores, no início dos anos 90, e apontam para os desafios das ferramentas digitais no que se refere aos propósitos democráticos tanto do Estado quanto da sociedade civil.

O presente trabalho se concentra em analisar o uso de ferramentas digitais por OSCs no contexto de campanhas ambientais. Para tanto, fez-se a escolha do Facebook como objeto de análise, uma vez que foi considerada, em 2014, a rede social digital mais popular do mundo com mais de 845 milhões de usuários. Além de que a taxa de penetração no Brasil é de 26,4%, com um total de 51 milhões de adeptos, sendo seu índice de crescimento equivalente a 27,5%, o maior entre as ferramentas de redes sociais digitais².

A pesquisa foi baseada nas quatro campanhas lançadas pelo Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável³, coletivo composto por 185 organizações da sociedade civil, durante o processo de reformulação do Código Florestal que ocorreu no período entre o dia 07 de dezembro de 2011 e 05 de novembro de 2012. As campanhas receberam os seguintes motes - “Veta Dilma”, “Veta Tudo Dilma”, “O Jogo Não Acabou: Vamos Apitar Essa Partida” e “Não Vamos Votar em Quem Votou Contra as Florestas” -, e contaram com 92 postagens diretamente na página de Facebook do Comitê.

A atuação do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável é interpretada por alguns membros das OSCs filiadas como um exemplo próximo das manifestações que relacionam as NTICs. Além de sinalizarem que a campanha “Veta Dilma” foi a maior mobilização *on-line* até aquele momento, superando em muito a ação do “Ficha Limpa”.

² Informação acessada na página eletrônica <http://www.internetworldstats.com/facebook.htm>, no dia 20/04/2014.

³ Coalizão formada por cerca de 200 organizações da sociedade civil brasileira contrárias ao PLC 30/2011 aprovado pela Câmara dos Deputados (<http://www.florestafazadiferenca.org.br/quem-somos/>).

Por meio do Facebook as OSCs tiveram a possibilidade de desenvolver uma nova forma de contato e comunicação com os cidadãos, diferente daquele operacionalizado nos padrões tradicionais. Mas para que fosse possível afirmar se as quatro iniciativas propiciaram uma interação com os indivíduos foi necessário realizar a pesquisa. O estudo também tentou abordar as novas formas de participação política dos cidadãos e se os internautas, no caso específico, demonstraram ter participado das campanhas.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo geral

Analisar qual o uso que as OSCs fazem das ferramentas digitais no contexto de campanhas ambientais.

1.1.2. Objetivos específicos

1. Compreender a influência das ferramentas digitais nas OSCs para efeitos de interação e participação da população;
2. Analisar como o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável usou o Facebook para interagir com a população;
3. Verificar se o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável fomentou a participação dos indivíduos nos debates acerca do Código Florestal.

1.2. JUSTIFICATIVA

A reforma do Código Florestal acendeu um grande debate nos últimos anos, atraindo múltiplos setores da sociedade para discutir um processo político que diz respeito ao meio ambiente. Se de um lado tinham os ruralistas com posição favorável à alteração da lei sob argumento o fato de que o país precisa se desenvolver. Na oposição estavam os ambientalistas agregados em organizações não governamentais e os movimentos sociais,

que juntos se opunham à alteração do Código Florestal com a justificativa de defender as florestas.

O ponto crucial da reforma da legislação em vigor à época era a manutenção ou não dos limites de áreas de preservação permanente, que incluem parques nacionais, as margens de mananciais, topos de morros, várzeas e áreas com acíves. Além das chamadas reservas legais, que consistem na manutenção da floresta nativa em propriedades privadas.

O temor pela aprovação de uma legislação que implicasse perda de áreas florestais estimulou a formação do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável. Composto por 185 organizações da sociedade civil, o objetivo deste coletivo era mobilizar os brasileiros a manifestarem sua discordância à proposta de legislação aprovada na Câmara dos Deputados e com isso, sensibilizar a presidenta Dilma Rousseff e o congresso para aprovação de uma legislação que: garantisse efetivamente a conservação e uso sustentável das florestas em todos os biomas brasileiros, tratasse de forma diferenciada e digna agricultores familiares e populações tradicionais, garantisse a recuperação florestal das áreas ilegalmente desmatadas, reconhecesse e valorizasse quem promove o uso sustentável, contribuísse para evitar desastres ambientais e ajudasse a garantir água de boa qualidade para as cidades e acabasse de vez com o desmatamento ilegal⁴.

Para angariar apoio da população, o Comitê desenvolveu ações nas ruas e no ambiente *on-line*. Entre as ferramentas digitais utilizadas, destaca-se o Facebook, que de acordo com estudos empíricos e confirmado em pesquisa da instituição Internet World Stat⁵, esta é a rede social digital com mais acesso no Brasil (mais de 845 milhões de usuários). Foi também considerada, pelas entrevistas realizadas com os membros do Comitê, a principal para a divulgação das campanhas contra a modificação do Código Florestal.

⁴ Informação retirada de: <http://www.florestafazadiferenca.org.br/quem-somos/>.

⁵ Informação acessada na página eletrônica <http://www.internetworldstats.com/facebook.htm>, no dia 20/04/2014.

O Facebook do Comitê foi criado em 03/08/2011, cujo nome é #florestafazadiferença, e que conta na data de 27 de março de 2014 com 59.252 curtidas (usuários que curtiram a página).

O presente trabalho propõe responder em que medida o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável explorou as possibilidades de interação ofertadas pelo Facebook verificando se esta rede social digital se configurou como um espaço de participação do cidadão com potencial de ampliação do debate acerca do Código Florestal.

Para a realização dessa pesquisa foi preciso definir o que significa participação. Muitas vezes o conceito de participação é limitado às relações formais entre cidadão e governo, além de que, são raros os estudos que investigam como as organizações têm utilizado as NTICs e a influência da internet para a participação dos indivíduos. As propostas teóricas mais recentes direcionam-se no sentido de “reconhecer que mecanismos de participação podem tornar-se complementares nos processos decisórios, uma vez que podem [...] atuar como mecanismos de aperfeiçoamento democrático, como ponto e não contraponto da representação” (LAISNER, 2009, p. 32). Nesse sentido, assume-se aqui a participação como manifestação conversacional e desempenho argumentativo em debates sobre um tema de interesse coletivo.

Já a interação é definida como a forma de comunicação que envolve troca de informações. Na interação *on-line* ou mediada é primordial fazer uso de um meio para estabelecer o diálogo. No caso das redes sociais digitais os recursos de curtir, comentar e compartilhar possibilitam a interatividade, mas ela apenas ocorrerá se, como defende Stromer-Galley (2000), existir a característica principal: o *feedback*.

Há uma aproximação nos termos interação e participação e, por isso, é importante esclarecer quando a participação não é interação e vice-versa. Na participação não é necessário que haja retorno por parte do receptor, ou seja, não precisa estabelecer uma relação entre emissor e receptor. Outro aspecto relevante da participação é que o participante precisa apresentar argumentos com vistas a contribuir para o debate. Por outro lado, a interação

configura-se quando há um ou mais emissor e um ou mais receptor, pois ela é dialógica. Ou seja, a interação só acontece se o indivíduo que usar alguma funcionalidade do Facebook tiver uma resposta por parte de outro indivíduo ou administrador da página.

Assim, de forma geral, a convergência dos assuntos aqui tratados é, do ponto de vista teórico, relativamente recente e as informações disponíveis encontram-se pouco sistematizadas. A escassez de bibliografia sobre a temática ocorre, especialmente, no Brasil e menos no exterior. Desse modo, não havendo uma teoria consolidada, o estudo justifica-se por levantar informações a respeito, contribuindo para a formação de um estudo empírico e uma análise de caráter exploratório para a questão.

2. METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida buscou observar o modo como o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável utilizou o Facebook nas quatro campanhas lançadas contra a modificação do Código Florestal, compreendendo um período de 11 meses, de 07 de dezembro de 2011 a 05 de novembro de 2012.

Esse coletivo de OSCs foi escolhido para ser estudado neste trabalho por ter atuado no Facebook, considerada a rede social digital mais popular do mundo, para disseminar suas campanhas e alcançar seu objetivo de angariar a população para se posicionar contra o Projeto de Lei (PL 30/2011) que propunha alterar a legislação florestal brasileira.

Todas as 92 postagens publicadas pelo Comitê no período delimitado foram contabilizadas. A coleta de dados foi realizada acessando a página do Facebook, com o status de administradora⁶. Verificou-se a periodicidade e a quantidade de postagens, o número de curtidas, comentários e compartilhamentos de cada postagem. Além disso, foram analisados os conteúdos expressos nas mensagens publicadas pelo Comitê e a presença

⁶ A administração da página está hoje na responsabilidade do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), que concedeu à pesquisadora o acesso como administradora da página, para facilitar não só o acesso às informações mais detalhadas, como também permitiu o envio do formulário referente à pesquisa quantitativa.

de elementos virtuais utilizados nos posts, ou seja, imagem, vídeo, áudio, link para alguma outra ferramenta do Comitê e link para ambiente externo.

A metodologia utilizada teve como base o método elaborado por Penteadó; Santos e Araújo (2009), que fornece um esquema para avaliação da estrutura de blogs, de suas publicações e interatividade. Neste trabalho, a metodologia sofreu adaptações necessárias para melhor atender as especificidades e formato do Facebook.

Os conteúdos das postagens do Comitê foram classificados quanto ao objetivo, podendo ser de: I) divulgação, trazendo informações sobre as campanhas do Comitê contra o Código Florestal ou simplesmente citando o mote da campanha; II) mobilização *off-line*: posts que tratam de mobilizações e manifestações presenciais; III) mobilização *on-line*: posts que tratam de mobilizações e manifestações em alguma ferramenta *on-line*; e IV) informação de interesse/notícias: traz informações, artigo, estudo ou matéria de mídia relacionadas a questões ambientais gerais, que tangenciam o interesse principal da iniciativa.

O intuito era averiguar o objetivo/caráter dos posts, de modo a compreender a atuação do Comitê e revelar a sua intenção nas ações comunicativas. Além de verificar quais foram os temas que despertaram nos usuários o interesse por utilizar mais os elementos de interação dispostos no Facebook.

Fez-se também uma análise dos comentários deixados pelos usuários, a fim de averiguar a participação e por meio da presença de argumentos que possam ter contribuído para o debate político sobre questões referentes ao Código Florestal. A partir dessa comunicação também foi possível examinar se os cidadãos se mostraram inteirados das discussões e decisões políticas e se ao utilizar esse recurso os indivíduos se posicionavam sobre o projeto de lei.

O *status* de administradora conferiu à pesquisadora o acesso à verificação de métricas variadas, como o perfil dos usuários (gênero, país, estado, cidade de residência, média de idade, origem do acesso das

peças), o desenvolvimento da página e/ou publicações em alcance (número de pessoas que viram uma publicação associada à página), número de envolvidos (pessoas que clicaram em qualquer lugar nas publicações) e de pessoas falando sobre isso (pessoas que criaram uma história ao interagir com a página), efeito orgânico (o número de pessoas que visualizaram uma das publicações no *feed* de notícias ou na seção novidades) e viral (o número de pessoas que visualizaram a página ou uma das publicações a partir da história compartilhada por um amigo), consumos de publicação (o número de cliques em qualquer conteúdo), além do número de comentários negativos, descurtidas e novas curtidas.

Outra técnica adotada foi a realização de entrevistas qualitativas, com representantes de entidades membros do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável que, de acordo com análise prévia de atas de reunião e documentos, estiveram mais presentes, ativas durante o debate sobre a mudança da lei do Código Florestal.

Para tanto, este estudo apresenta o resultado de nove entrevistas realizadas no período de 10 de setembro de 2014 a 15 de outubro de 2014, em Brasília-DF, com: Comissão de Justiça e Paz da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (Gilberto Sousa Carvalho), Grupo de Trabalho Amazônico – GTA (Rubens Gomes), Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS (Alexandra Reschke), Instituto de pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM (André Lima), Instituto Socioambiental – ISA (Raul do Valle), Fundação SOS Mata Atlântica (Mário Mantovani e Rejane Pieratti), WWF-Brasil (Kenzo Jucá), Via Campesina (Luis Zarref), Instituto Marina Silva (Pedro Ivo) e Greenpeace (Renata Camargo de Araújo), reunindo entidades que têm bandeiras de luta ou representam setores da sociedade bem diferentes.

O objetivo das entrevistas foi colher informações sobre como surgiu a ideia de criação do Comitê, quais os objetivos e intenções que as OSCs tinham ao lançar as quatro campanhas, entender se estas organizações enxergam a internet como uma ferramenta potencial para facilitar a interação e participação dos indivíduos e sondar a avaliação deles sobre o uso da internet nas iniciativas.

A metodologia adotada possibilitou verificar como o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável utilizou o Facebook nas campanhas ambientais lançadas.

3. OCSs E INTERNET: EFEITOS NA INTERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO INDIVÍDUO

A atuação de organizações da sociedade civil na internet, bem como de agentes políticos, entre outros atores tem sido tema de diversos trabalhos recentes, principalmente por se acreditar no potencial das ferramentas oferecidas pela internet, como o Facebook e o Twitter, garantirem a interatividade e fomentarem a participação dos indivíduos.

Esta seção tenta dar luz ao debate, trazendo uma reflexão sobre as relações entre a internet e as novas formas de interação e de participação popular, para fins democráticos. Também traz uma síntese sobre a atuação nas NTICs dos movimentos sociais e do movimento ambientalista, contemplando aqui as OSCs, para divulgação de suas campanhas em prol da questão ambiental.

3.1. INTERNET

As pesquisas para criação da internet iniciaram-se em 1960, pela Advanced Research Projects Agency (ARPA), nos Estados Unidos, mas foi apenas na década de 1990 que a internet surgiu efetivamente e passou a ser incorporada como uma ferramenta que traz inúmeras opções, utilizações e múltiplos objetivos.

Gomes (2002), por exemplo, afirma que a internet é um meio de comunicação interligado a uma rede de computadores, que contém diversos conteúdos para serem consumidos, distribuídos e servirem como vínculos entre diferentes comunidades virtuais.

No Brasil, o início da internet foi nas universidades e centros de pesquisa no final de 1994, e já no ano seguinte, em 1995, os provedores de acesso comerciais começaram a operar. Nesse mesmo ano foi criado, por

meio da portaria interministerial nº 174, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), para fomentar o desenvolvimento dos serviços de internet, recomendar padrões, procedimentos técnicos e operacionais, promover estudos para a segurança nas redes, coordenar a atribuição de endereços de internet, o registro de nomes de domínios, realizar a manutenção do nível de qualidade técnica e da inovação e subsidiar a implementação de políticas no uso da Internet no Brasil⁷.

A grande novidade desse período foi a transição das páginas estáticas, características da Web 1.0, para a chamada segunda geração da internet ou Web 2.0, fortemente marcada pela interatividade e sua integração com banco de dados, o que permite o aparecimento de recursos dinâmicos de oferta de conteúdos.

As características mais interativas e colaborativas da Web 2.0 aparecem como rica fonte de recursos que podem ser postos a serviço da comunicação política (AGGIO, 2011). Essa relação parte do pressuposto de que por meio das NTICs os cidadãos passam a ter acesso a mais informação.

Em pouco mais de uma década, o fenômeno da internet teve um grande salto quando se desenvolveram as NTICs chamadas de redes sociais digitais, como Facebook, Twitter, Youtube, Flickr, Myspace e muitas outras mais, que têm ampliado o potencial de conexão entre as pessoas ao mesmo tempo, possibilitando emergir um novo paradigma social, descrito por alguns autores como sociedade da informação ou sociedade em rede alicerçada no poder da informação (CASTELLS, 2003).

3.1.1. Sociedade da informação

De acordo com Kelly Cristina Prudêncio a expressão “sociedade da informação” significa:

(...) um ambiente de relações sociais mediado por sistemas de informação cujo suporte tecnológico são as redes de computadores. A noção de conectividade que perpassa essas

⁷ Informações retiradas da página eletrônica <http://www.cgi.br/historicos/>

análises pressupõe uma sociedade global, na qual a informação está disponível numa rede eletrônica mundial de bibliotecas, arquivos e bancos de dados acessíveis, teoricamente, a qualquer pessoa em qualquer lugar a qualquer momento.

(PRUDENCIO, 2006, p. 17)

A origem do termo sociedade da informação emergiu dos anos 1970, quando se constatou que um segmento da população estava inserida num processo de transformação, em busca de um novo modelo de organização socioeconômica. A informação passa a ser considerada elemento fundamental para impulsionar essa transformação, fruto dos avanços na tecnologia.

O autor Manuel Castells (2002) destaca as principais características do novo modelo de sociedade chamada por ele de informacional ou pós-industrial:

- A informação é a sua matéria-prima – Existe uma relação simbiótica entre a tecnologia e a informação, em que uma complementa a outra, fato este que diferencia esta nova era das revoluções anteriores, em que era dada proeminência a um aspecto em detrimento de outro;
- Capacidade de penetração dos efeitos das novas tecnologias – Refere-se ao poder de influência que os meios tecnológicos exercem na vida social, econômica e política da sociedade;
- Lógica de redes – É uma característica predominante deste novo modelo de sociedade, que facilita a interação entre as pessoas, podendo ser implementada em todos os tipos de processos e organizações, graças as recentes tecnologias da informação;
- Flexibilidade – Esta característica refere-se ao poder de reconfigurar, alterar e reorganizar as informações;
- Convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado – O contínuo processo de convergência entre os diferentes campos tecnológicos resulta da sua lógica comum de produção da

informação, onde todos os utilizadores podem contribuir, exercendo um papel ativo na produção deste conhecimento.

Estas características descrevem a construção de um novo paradigma da sociedade contemporânea, na qual as NTICs agregam novos serviços e oportunidades de comunicação em um ambiente digital.

O importante nesta sociedade não é a tecnologia em si, seu importante papel para a alavancagem de setores importantes como o econômico, o social e o tecnológico, e, o que mais interessa neste estudo, as possibilidades de interação e a consolidação de novas formas de participação dos cidadãos.

3.1.2. Internet e política

Com o advento das NTICs e a proliferação do acesso à internet pela sociedade, os governos, movimentos sociais e a sociedade civil, passaram a utilizar a rede mundial de computadores em suas funções interativas, para disponibilizar e disseminar mais informações, convocar mobilizações e participar de debates políticos.

No universo de campanha política, a eleição de Barack Obama nos Estados Unidos, em 2008, mostrou a importância da internet para sua aproximação com o público. Em artigo sobre este caso, Gomes *et al* (2009) faz uso de expressões como compartilhamento de vídeos e rede de relacionamentos para apresentar o novo conceito da Web 2.0.

Nesse novo padrão, as páginas são principalmente centros distribuidores de tráfego, que remetem para sítios de compartilhamento de vídeo ou de fotos, para sítios de relacionamento e para sítios de compartilhamento de atualização *on-line*, dentre outras ferramentas *on-line*, e o modus operandi da campanha é cooperativo, ao par com o espírito da internet 2.0 no que se refere a convocar e pressupor a participação dos internautas na produção dos conteúdos e nos procedimentos de difusão viral de informações e de mobilização.

(GOMES *et al*, 2009, p. 32)

O autor descreve que o candidato Obama incorporou o uso da internet em sua campanha desde um ano antes à eleição, 2007, passando a produzir

conteúdos para o Youtube, sua página eletrônica, Twitter e Facebook, com foco na mobilização da população.

Apesar de não ser possível estabelecer uma relação de causa e efeito entre a campanha *on-line* e o sucesso da eleição em 2008, Cornfield (*apud* Gomes *et al*, 2009, p. 29) afirmou que a internet foi um elemento decisivo para o resultado final. Segundo o cientista político “sem internet não haveria Obama”.

A evolução da internet estimulou que muitos teóricos avaliassem seu papel para fins democráticos. Este debate polarizou a visão dos estudiosos, especialmente na década de 1990, entre “ciberpessimistas” e “ciberotimistas”, segundo a avaliação sobre os impactos da internet na participação das pessoas em assuntos políticos (NORRIS, 2001).

Se por um lado, alguns autores argumentam que a internet oferece acesso universal a uma gama imensa de informações, o que, potencialmente, contribui para a geração de cidadãos mais bem informados e conscientes para desempenhar um papel ativo na vida pública. Por outro lado, tem-se os críticos da internet, que afirmam que a Web leva a fragmentação do espaço público e, ainda, a uma amplificação das desigualdades socioeconômicas, se concentrando na mão de poucos (SAMPAIO, 2010).

Essa posição extremista foi superada e os estudos mais recentes adotam uma perspectiva mais intermediária, reconhecendo que a internet é um recurso que está à disposição da população e deve ser considerada e analisada nas suas possibilidades de interação, bem como no potencial para desenvolver novas formas de participação.

Em outras palavras, apesar de ser ferramenta, instrumento a serviço dos usuários, a internet – assim como outras tecnologias de comunicação – também precisa ser considerada nas análises do meio, especialmente pelas novas possibilidades que ela oferece. Mesmo que não possamos afirmar que a internet supra as diversas deficiências democráticas, não há como negar que ela potencializa ou, no mínimo, facilita as ações da esfera civil em diversas atividades importantes para as democracias modernas, como exercer pressões sobre o sistema político, coordenar ações entre movimentos sociais, realizar mobilizações (presenciais ou

mesmo *on-line*), trocar material político relevante, criar bancos de dados.

(SAMPAIO, 2010, p. 46)

Em tese de doutorado, Ferreira (2012) descreve alguns exemplos marcantes de inovação democrática no Brasil, destacando a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação nos processos de participação e deliberação do Orçamento Público Participativo. O enfoque foi direcionado ao caso de Belo Horizonte e Recife.

O autor defendeu a “possibilidade de que a internet possa fazer com que os cidadãos participem cada vez mais de fóruns, superando as barreiras de tempo e espaço e compartilhando de modo crescente suas posições, ideias e opiniões” (FERREIRA, 2012, p. 264).

Apesar de não ver as NTICs como um elemento determinante para a mudança nos padrões políticos, Ferreira (2012) apoia a ideia de que as ferramentas digitais reúnem os indivíduos em um ambiente livre, para discutir posições e construir consensos, o que de certa forma pode gerar transformações no campo social e político.

Ao final do estudo o autor concluiu que a internet pode vir a garantir maior incremento participativo e deliberativo, mas depende da ação da sociedade de torna-la um instrumento importante para se ampliar a capacidade inclusiva e participativa dos indivíduos em arenas de deliberação e decisão política.

Os autores Reis e Barros (2011) analisaram a derrubada do governo ditatorial do Egito, em fevereiro de 2011, que contou com a ajuda das redes sociais digitais disponíveis na internet para articular e mobilizar a população. O sentimento de descontentamento com a estrutura política foi o epítome do protesto.

Na visão destes autores, o uso do Facebook favoreceu a mobilização por ter baixo custo, ser conveniente, rápido e dinâmico e pelo alcance mundial.

Ao saber do início dos levantes e do uso das NTICs como ferramentas para organização de ações, o governo decidiu bloquear o acesso à internet. O ato de encerrar com a comunicação significou admitir que este mecanismo tinha grande força naquele contexto. Mesmo o Estado tendo cortado a internet, o conteúdo atingiu outras regiões, demonstrando assim a capacidade de disseminação da informação. E a população do Egito continuou a se comunicar por meios tradicionais.

Nota-se com os exemplos citados acima, a multiplicidade de usos da internet para práticas democráticas contemporâneas. Pensar em como cada iniciativa utilizou as NTICs para fins políticos e democráticos leva a pensar nas possibilidades de interação e participação oferecidas pelo ambiente *on-line*.

3.2. INTERNET E AS POSSIBILIDADES DE INTERATIVIDADE

Os cenários 1.0 e 2.0 da Web marcam a evolução da internet na questão da interatividade, transmissão e recebimento de informação. Assim como o jornal impresso, o rádio e a televisão revolucionaram a forma como os indivíduos acessam e disseminam a informação, a internet provocou profundas mudanças na comunicação da sociedade.

O rádio e a televisão, embora caracterizados como mídias massivas, são limitados em relação à interação entre emissor e receptor, além de que as informações podem ser editadas e filtradas pela imprensa convencional. Já a internet possibilita uma interação direta e os indivíduos não se caracterizam mais como usuários, mas como interagentes.

Se nos primórdios da internet o uso das pessoas se limitava a enviar e-mails como a forma mais rápida e barata de correspondência, hoje ela abriu canais de *feedback* com o usuário e é usada como plataforma de relacionamento, compartilhamento de dados, persuasão e mobilização (GOMES *et al*, 2009, p. 32).

Por meio do uso da internet “novas formas de se comunicar, outras relações e outras maneiras de se relacionar foram estabelecidas entre o

indivíduo consigo e com seus pares” (THOMPSON, 1998, p. 13). Não se tem apenas um emissor ou receptor, todos são participantes e membros ativos no processo.

Stromer-Galley (2000) define interação como a forma de comunicação que envolve troca de informações, em que os participantes usam um canal (a internet no caso) para enviar e receber informações. A característica principal para a interação é o *feedback*.

Primo faz uma reflexão sobre as diferentes formas de interação em redes sociais. Ele defende que o estudo da Web 2.0 não deve levar em consideração apenas os aspectos tecnológicos e de conteúdo, mas também as interações e seu aspecto relacional. Segundo o estudioso:

É bastante comum ler-se que enquanto a comunicação de massa configura-se como ‘um-todos’ (uma mensagem idêntica é enviada para todos a partir de um centro de distribuição, como na transmissão televisiva), as tecnologias informáticas permitem o que se chama de ‘um-um’ ou ‘todos-todos’.

(PRIMO, 2005, p. 10)

O autor expõe que a interação acontece de forma mais frequente com quem já tem um laço forte, mas quando ocorre com quem tem laço fraco pode resultar no fortalecimento da relação, pois as chances de se ter um retorno ou uma resposta a sua mensagem é maior.

Os laços sociais podem ser fortes e fracos, de acordo com Granovetter (*apud* RECUERO, 2009), “a força de um laço é uma combinação (provavelmente linear) da quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e serviços recíprocos que caracterizam um laço”.

Na proposta de Primo, os indivíduos que interagem estabelecem seus laços de acordo com o grau de afinidade e também pelas condições técnicas disponíveis no momento da relação. O autor ressalta que:

A interação social é caracterizada não apenas pelas mensagens trocadas (o conteúdo) e pelos interagentes que se encontram em um dado contexto (geográfico, social, político, temporal), mas também pelo relacionamento que existe entre eles. Portanto, para estudar um processo de comunicação em uma interação social não

basta olhar para um lado (eu) ou para o outro (tu, por exemplo). É preciso atentar para o “entre”, ou seja, o relacionamento. Trata-se de uma construção coletiva, concebida pelos interagentes, que não pode ser manipulada unilateralmente nem pré-determinada.

(PRIMO, 2007, p. 111)

Esta afirmação evidencia que a forma como se dá o relacionamento na versão mais atualizada da Web (2.0) se difere das formas antigas (Web 1.0 e veículos de imprensa massiva), exatamente pela possibilidade de interação e cooperação que esta oferece. Diante disso, faz-se importante estudar os processos e as formas de interação oferecidas pela internet.

Segundo Thompson, há três tipos de interações: face a face, mediada e quase interação mediada. Para que a interação face a face seja estabelecida, o emissor e o receptor devem estar juntos no mesmo espaço e tempo. O segundo tipo de interação, chamado de interação mediada, requer o uso de um meio técnico, como uma folha de papel (carta) ou fibra ótica (telefone). Esse tipo de mediação não está fixada no tempo e no espaço, ou seja pode ser respondida pelo destinatário em outro tempo e contexto. A terceira maneira de interação foi introduzida pela mídia e é denominada de quase interação mediada. Os meios de comunicação de massa, como a televisão, é um exemplo claro deste tipo de interação, pois transmite som e imagem que são interpretados como recursos interativos, mas não é possível estabelecer um diálogo nem interferir no que é transmitido no exato momento que se recebe o conteúdo (THOMPSON, 1998, p. 78).

A autora abrange o conceito de “quase-interação mediada” também para a internet, uma vez que o uso da mídia digital alterou a maneira dos indivíduos se comunicarem, podendo haver a reciprocidade da interação. "Assim, um novo padrão sociotécnico emerge dessa interação" (CASTELLS, 2003, p. 10).

Quadro 1: Similaridades das interações face a face e as mediadas por computador

Características interativas	Interação face a face	Interação mediada por computador
Espaço-tempo	Contexto co-presença; sistema referencial espaço-temporal	Contexto co-presença; sistema referencial

	comum	temporal comum
Possibilidade de deixas simbólicas	Multiplicidade de deixas simbólicas	Multiplicidade de deixas simbólicas
Orientação da atividade	Orientada para outros específicos	Orientada para outros específicos
Dialógica/monológica	Dialógica	Dialógica

Fonte: THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 80

A interação mediada pelo computador assemelha-se à interação face a face, mas ela está sujeita a fatores tecnológicos. Muitos estudos sobre a interação mediada por computador tendem a tratar do tema com uma abordagem tecnicista, enfatizando a máquina. Mas, esse tipo de interação não está restrita apenas à transmissão de informações em detrimento das relações sociais (PRIMO, 2007, p. 30).

A interatividade é vista também como participação e proximidade, possibilitada não só pelas NTICs, o computador em especial, como também pelo telefone e o videogame (LÉVY, 1999, p. 81). Para o autor o termo “interatividade” ressalta a participação ativa do beneficiário a uma transação de informação.

Os graus de interatividade podem ser medidos em diversos aspectos. Alguns eixos propostos por Lévy (1999, p. 82) são: I) a possibilidade de apropriação e de personalização da mensagem recebida, seja qual for a natureza dessa mensagem; II) a reciprocidade da comunicação; III) a virtualidade, que enfatiza aqui o cálculo da mensagem em tempo real em função de um modelo e de dados de entrada; IV) a implicação da imagem dos participantes nas mensagens; e V) a telepresença.

Enfim, a interação pode ser de diversas formas a depender do dispositivo que se utilize. Quando ocorrida por meio da internet “a aproximação ao possibilitar troca de mensagens produz um efeito de sentimento de pertença, configurando elementos de participação”, defende Aggio (2011, p. 180).

A literatura acadêmica sobre campanhas políticas na internet aponta a interatividade como uma das questões fundamentais para a atuação *on-line*. Aggio (2011, p. 179) afirma que interatividade “é a possibilidade de construção de ambientes digitais que possibilitem o diálogo entre eleitores e eleitores e candidatos e uma forma de fazer campanha mais colaborativa”.

No que diz respeito às possibilidades da internet em contribuir para este diálogo, Norris (2001) coloca que a internet é um espaço em que os já eram ativos politicamente também passam a atuar, sendo apenas um complemento. Seguindo esta linha, Aggio (2011, p. 189) defende que os “visitantes dos sites de candidatos, na dimensão eleitoral, já são, hipoteticamente, simpáticos à candidatura”.

A interatividade nas campanhas políticas *on-line* faz parte de uma discussão muito mais ampla sobre se a internet, de fato, revitaliza práticas democráticas, amplia a participação popular e fortalece a democracia.

Maia (2007) profere que a internet permite que as pessoas interajam, configurando-se em um importante “lugar” ou “arena conversacional”. Para a autora, embora a rede possa abrir possibilidades para uma comunicação mais horizontal, ela não acredita que a internet esteja fomentando um debate deliberativo e que na verdade está preparando os cidadãos para debates mais exigentes.

3.3. INTERNET COMO ESPAÇO PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Na literatura, o termo “participação” está atrelado às práticas políticas e aos direitos democráticos. Como destacam Ribeiro & Borba (2011, p. 11) participação é um “insumo do processo político”. Nesse contexto, muitos teóricos têm dedicado atenção ao tema em questão e os esforços vão desde a definição conceitual de participação até as condicionantes do engajamento e as diversas tipologias de participação. Em estudo sobre “as dimensões da participação política no Brasil”, Ribeiro & Borba (2011) reuniu algumas visões de cientistas políticos sobre este tema.

A classificação apresentada por Milbrath (1965) sobre o que é e quais são os comportamentos participativos é centrada no ato de votar. Para este autor as principais atividades são:

1) expor-se a solicitações políticas; 2) votar; 3) participar de uma discussão política; 4) tentar convencer alguém a votar de determinado modo; 5) usar um distintivo político; 6) fazer contato com funcionários públicos; 7) contribuir com dinheiro a um partido ou candidato; 8) assistir a um comício ou assembléia; 9) se dedicar a uma campanha política; 10) ser membro ativo de um partido político; 11) participar de reuniões onde se tomam decisões políticas; 12) solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas; 13) candidatar-se a um cargo eletivo; 14) ocupar cargos públicos.

(MILBRATH *apud* RIBEIRO & BORBA, 2011, p. 15)

Contrapondo Milbrath, Verba, Nie e Kim (1971) propõem que a participação política se estruturaria a partir de quatro modalidades, a saber: voto, atividade de campanha, contato político e atividade cooperativa. Apesar de satisfazer os requisitos considerados fundamentais para o alcance da democracia, as classificações citadas pelos dois autores são vistas como reducionistas, pois não computam, por exemplo, o protesto como uma prática de participação.

Atos de protesto, bem como outras atividades não convencionais de participação, como assinar um abaixo assinado, participar de boicotes, recusar-se a pagar impostos ou alugueis, ocupar edifícios ou fábricas, bloquear o tráfego com mobilizações de rua e participar de greves, foram incluídos no leque de possibilidades de participação política em 1979, por Barnes e Kaase.

Um Estudo mais recente utilizou dados do projeto Citizenship, Involvement, Democracy (CID)⁸, onde os autores Teorell, Torcal e Montero (2007) abordaram um vasto campo de modalidades de participação e ações políticas, divididas em atividades relacionadas ao “voto, partidos, atividades

⁸ Projeto Citizenship, Involvement, Democracy (CID), cujas pesquisas desenvolvem-se nos Estados Unidos (<http://www8.georgetown.edu/centers/cdacs/cid/>) e na Europa, por meio da articulação entre pesquisadores de várias universidades. Para maiores informações ver <http://www.mzes.uni-mannheim.de/projekte/cid/>.

de protesto e o uso político da internet” (*apud* Ribeiro e Borba, 2011, p. 21). Essa classificação se aproxima da proposta de Barnes e Kaase (1979), mas abarca também o uso da internet como forma de participação.

Borges (2011, p. 120) defende que “as possibilidades da internet para a participação não se tratam, em geral, de outra participação, mas de complementação de muitas atividades já existentes que ganharam impulso pelo seu emprego”.

Percebe-se na medida que o tempo passa surgem novas formas de participação política. Em níveis diferentes, de acordo com o tipo de participação, pode-se dizer as formas de participação convencionais e não convencionais envolvem comunicação e acesso à informação, mas muitas das ferramentas já disponíveis têm o potencial para dar suporte a essa participação: redes sociais *on-line*, fóruns de discussão, sistemas eletrônicos de votação, grupos de discussão, sites e blogs. Nesse sentido, a internet e o próprio Facebook oferecem recursos de comunicação, que antigamente não existiam. Porém, acredita-se que para se ter uma melhoria nos mecanismos e práticas democráticas é necessário satisfazer as condições básicas de participação, bem como sustentar o seu funcionamento.

Gomes (2011) apresenta os pontos que ele julga fundamentais para fomentar a participação política dos indivíduos:

a) um volume adequado de conhecimento político estrutural e circunstancial, um estoque apropriado de informações não distorcidas e relevantes, suficientes para habilitar o cidadão a níveis adequados de compreensão de questões, argumentos, posições e matérias relativas aos negócios públicos e ao jogo político; b) possibilidade, dada aos cidadãos, de acesso a debates públicos já começados e possibilidade de iniciar novos debates desta natureza, onde a cidadania deveria exercitar a oportunidade de envolver-se em contraposições argumentativas, de desenvolver os seus próprios argumentos, de envolver-se em procedimentos deliberativos no interior dos quais pode formar a própria opinião e decisão políticas; c) meios e oportunidades de participação em instituições democráticas ou em grupos de pressão mediante ações como voto, afiliação, comparecimento a eventos políticos ou através de outras atividades políticas nacionais ou locais; d) habilitação para e oportunidades eficazes de comunicação da esfera civil com os seus representantes (em níveis local, nacional ou internacional) e para deles cobrar explicações e prestação de conta.

(GOMES, 2011, p. 42)

Como abordado anteriormente, o advento da internet trouxe consigo enormes expectativas no que se refere à renovação das possibilidades de participação democrática. Os teóricos mais entusiasmados acreditam no potencial da internet para uma discussão pública mais aberta e ampla, mas há também os céticos para os quais os ambientes de comunicação *on-line* não atendem aos padrões de debate público com vistas a uma democracia forte.

Atualmente os pesquisadores não veem essa onda de utilização da internet sob um olhar pessimista ou otimista no tocante à participação política. O que autores analisam não são apenas as ferramentas para a discussão pública *on-line*, mas a capacidade de “conectar indivíduos em redes que tornarão possíveis verdadeiras discussões e debates participativos em grandes distâncias” (BARBER *apud* SAMPAIO, 2010, p. 34).

Pensando a internet como uma rede de discussões e circulação de informações e ideias, Gomes (2006) acredita que ela se apresenta como esfera pública:

Esfera pública como domínio daquilo que é público, isto é, daquilo sobre a qual se pode falar sem reservas e em circunstâncias de visibilidade social (...); 2) esfera pública como a arena pública, isto é, como lócus da discussão sobre temas de interesse comum conduzidas pelos agentes sociais; 3) esfera pública como espaço público, isto, é como lócus onde temas, ideias, informações e pessoas se apresentam ao conhecimento geral, sem que necessariamente sejam discutidas; 4) esfera pública como domínio discursivo aberto, isto é, como conversação civil; 5) esfera pública como interação social, como sociabilidade.

(GOMES, 2006, p. 56)

Em artigo de Rousiley Maia (2008), a autora discorreu a respeito da possibilidade de configuração de espaços da internet como esfera pública capaz de promover debates e deliberações acerca de questões políticas de interesse coletivo. Maia (2008) trouxe algumas reflexões a partir dos estudos de Habermas e apesar de não tratar de esfera pública na internet, o autor apresenta três tipologias distintas: I) episódica, que compreende encontros não formais em ambientes diversos; II) de presença organizada, que são os encontros e reuniões que ocorrem com um maior tipo de organização; e III)

abstrata, produzindo leitores, ouvintes ou espectadores singulares e espalhados globalmente (HABERMAS *apud* MAIA, 2008, p. 56).

As ferramentas da internet, como o Facebook, fariam parte da esfera pública, auxiliando como complementos à participação política, reconhecendo-se que a internet se coloca como um novo ambiente de relações sociais e políticas, com potencial de ampliar a esfera pública por permitir que:

(i) qualquer sujeito possa tornar-se emissor; (ii) qualquer receptor possa tornar-se emissor e vice-versa; (iii) qualquer receptor possa transformar-se em provedor de informação, produzindo informação e distribuindo-a por rede, ou simplesmente repassando informações produzidas por outro.

(Maia *apud* Gomes, 2001, p.2)

Diante deste pensamento, as organizações da sociedade civil, ao utilizarem a comunicação mediada pelo computador, adquirem novas oportunidades para compartilhar suas ideias a um público ampliado, promover alternativas de ações para o enfrentamento de suas causas e aglutinar pessoas para participar de debates e campanhas com vistas à solução do problema.

3.4. IMPACTO DA INTERNET NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O conceito de movimento social definido por Gohn (1997) os caracteriza como ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil. De acordo com a autora, as ações desenvolvem um processo de criação de identidades em espaços coletivos não institucionalizados, gerando transformações na sociedade, seja de caráter conservador ou progressista.

Por muitos anos estes atores utilizavam de mídias tradicionais para formar a opinião pública, dar amplitude a suas ações e se relacionarem com a população, tais como o uso do telefone, carros de som, panfletos, convocações boca a boca ou qualquer outro meio de comunicação disponível à época. Com o surgimento da internet até mesmo em países

ainda pouco desenvolvidos é cada vez mais comum que os movimentos sociais contemporâneos tenham se apropriado das NTICs para difundir informações e veicular denúncias com o intuito de mobilizar uma quantidade razoável de pessoas em torno de uma causa específica ou de um tema. Como afirma Pereira:

A internet pode colaborar com o processo de mobilização através de boletins, e-mails, listas de discussão, blogs, plataformas sociais e sites, além de poderem ser apropriados de forma articulada com as formas já tradicionais de mobilização, tais como a utilização do telefone, carros de som, panfletos e convocações porta a porta.

(PEREIRA, 2010, p. 19)

O surgimento da internet nos anos 90 marcou o início de uma nova época por seu impacto nas esferas social, econômica, de inclusão política e de comunicação, oferecendo possibilidades que favorecem o acesso a informações variadas com amplo alcance, baixo custo e ganho de tempo (LEMOS e LÉVY, 2010, p. 107).

Esse novo cenário representa a abertura de uma frente para atuação nas questões políticas tanto pelos agentes políticos quanto pelas organizações da sociedade civil (OSCs) e em termos de acesso do público, (re)modelando o exercício da democracia. Por exemplo, consultar a população sobre determinado assunto, mobilizar pessoas para uma ação e participar de decisões governamentais são apenas algumas atividades que ficam ainda mais fáceis com o apoio de ferramentas da internet. De acordo com Maia:

As organizações da sociedade civil detêm um papel importante na democracia também pela sua própria heterogeneidade: ao organizarem-se em redes, mas autonomamente, em múltiplos espaços de disputa e negociação, elas propiciam uma pluralidade de forças políticas distintas dentro da própria sociedade e desta com as instituições políticas. Em outras palavras, uma democracia robusta requer uma pluralidade de formas de participação política por parte dos cidadãos, de associações com diversos nichos de especialização e de formas distintas de articulação com agentes do Estado.

(MAIA, 2007, p. 55)

A atuação das organizações tem cada vez mais procurado se fortalecer a partir da articulação em rede, uma vez que congrega participantes de perfis

de atuação diferentes, que compartilham valores e interesses e se relacionam numa mesma estrutura para desenvolver ações coletivas.

Manuel Castells (2003, p 115) define os movimentos sociais que atuam na internet como sendo “[...] ações coletivas deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade, [que] manifestam-se na e pela internet”.

Não há dúvida sobre o aumento de usuários na rede mundial de computadores que, combinado com o rápido avanço das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) têm gerado impactos na configuração dos movimentos sociais, nas suas formas de promover ações e de se relacionar com a população, como sustenta Castells:

A comunicação de valores e a mobilização em torno do sentido são fundamentais. Os movimentos culturais (entendidos como movimentos que têm como objetivo defender ou propor modos próprios de vida e sentido) constroem-se em torno de sistemas de comunicação – essencialmente a internet e os meios de comunicação – porque esta é a principal via que estes movimentos encontram para chegar aquelas pessoas que podem eventualmente partilhar os seus valores, e a partir daqui atuar na consciência da sociedade no seu conjunto.

(CASTELLS, 2003, p. 170)

Nesse sentido, o desenvolvimento da internet como novo meio de comunicação e informação é fundamental para os movimentos sociais contemporâneos. Por meio do uso da internet, os movimentos sociais podem tornar a sua comunicação pública mais eficaz e ao mesmo tempo melhorar a sua capacidade de coordenar a ação coletiva. Além de que a internet pode ajudar a diversificar os repertórios de ação dos movimentos sociais.

A internet é um instrumento que tem sido utilizado e aprimorado pelos movimentos sociais e que tem promovido mudanças nos repertórios adotados através de novos meios de publicização de informações, novas formas de comunicação e coordenação de mobilizações, através da combinação com outras ferramentas que continuam a ser utilizadas, tais como o fax, o telefone, a mídia impressa, assim como manifestações presenciais. Desta forma, a apropriação das novas TICs para a articulação de ações entre entidades e dentro das próprias entidades não significou uma ruptura com outras ferramentas já existentes.

(PEREIRA, 2010, p. 18)

3.4.1. A atuação do movimento ambientalista na internet

A preocupação e o interesse pela questão ambiental existe desde a antiguidade, mas somente em 1960, que o movimento começa a se afirmar como ativista político contra o avanço da globalização, a ordem capitalista, entre outras práticas que geram impactos e degradam o meio ambiente (McCORMIK,1992). Foi a partir desse período, que emergiram diversos movimentos em busca por incluir tal temática nas discussões políticas e dar voz a causas ecológicas e conscientizar a população da importância dos recursos naturais.

No Brasil, o movimento ganha expressividade com a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) na década de 70 pelo militante José Lutzemberger. Esta entidade nasceu em Porto Alegre (RS) e foi a pioneira no desenvolvimento de ações com vistas à preservação da natureza (COSTA, 2012).

O ambientalismo pode ser entendido como um movimento social que congrega vários atores em prol do meio ambiente, conforme atesta Leff (2007):

Caracterizam-se por sua composição pluralista e pela heterogeneidade de seus atores sociais que vão conformando alianças em torno de objetivos comuns: a sobrevivência da espécie humana, a conservação da natureza, a diversidade étnica, a auto-suficiência alimentar, a seguridade social, o equilíbrio ecológico, a qualidade de vida e a participação comunitária na gestão dos recursos.

(LEFF, 2007, p. 113)

O movimento surge como ativista político e social sob a justificativa de que é necessário organizar em um mesmo espaço desde militantes independentes e instituições não governamentais a partidos políticos e personalidades públicas que possuam como propósitos promover e incentivar a conservação do ecossistema e o desenvolvimento sustentável.

Tais atores, por muitos anos, tentaram adquirir visibilidade, sensibilizar e conscientizar a população por meio dos canais de comunicação tradicionais - rádio, TV e jornal impresso de abrangência local, regional e nacional – até

hoje tal estratégia é adotada pelas organizações ambientalistas. No entanto, estes veículos não favorecem a plena difusão da causa, devido a alguns fatores ligados a altos custos, concessão governamental, verticalidade e centralização na transmissão de informações, dentre outros.

Lemos e Lévy (2010, p. 107) defendem que as novas tecnologias virtuais, “acessíveis, fáceis de usar e gratuitas” constituíram-se um divisor de águas que permitiu a rápida expansão e plena atuação daqueles engajados nas causas ambientais.

O espaço virtual, portanto, oportuniza que cidadãos de todo o mundo possam ter acesso às informações e campanhas que envolvem a problemática ambiental. Isso se dá porque as mídias digitais conseguem obter, como nenhum outro meio de comunicação massivo, um impacto de grande dimensão em relação a problemas ambientais, justamente pelas facilidades que a internet proporciona - baixo custo, disseminação de notícias em nível global, inexistência de filtros que necessitem autorizar a divulgação de matérias - e pela capacidade que a plataforma digital tem de agregar cidadãos em torno daquilo que se chama ativismo digital.

Em outras palavras, o ciberativismo rompe barreiras geográficas e transmite informações instantaneamente, de modo que pessoas de qualquer parte do mundo, em poucos segundos, tomam conhecimento das denúncias realizadas pelo movimento ambientalista sem nenhum custo financeiro. Assim, cidadãos de diferentes nacionalidades conseguem articular-se por meio da rede virtual, e aquilo que, à primeira vista parecia uma preocupação local, começa a tomar contornos de nível global.

Pinto e Fossá (2011, p. 27) defendem que “as minorias [...] necessitam estar presentes nos meios de comunicação de massa”, justificando que somente assim conseguem legitimar o seu discurso. Contudo, o problema é que a “acessibilidade aos referidos meios de comunicação não é democrática como resultado dos filtros ideológicos e mercadológicos da mídia” (PINTO; FOSSÁ, 2011, p. 27).

O ciberativismo é uma forma de ativismo realizado por meios virtuais,

que rompe barreiras da mídia tradicional, que viabiliza voz a poucos emissores. Tal fato é relevante porque os atores interessados na disseminação de ideias podem, por meio da internet, contestar as forças hegemônicas e driblar o monopólio de divulgação de um jornalismo que raramente veicula pautas sobre o meio ambiente.

Com um clique é possível participar de uma enquete, enviar um e-mail com pedido para um político se posicionar favorável ou contra uma proposta, plantar uma muda de árvore (Clickárvore)⁹, assinar uma petição, enviar uma foto de denúncia sobre algo ou articular uma manifestação.

Em segundos, é possível conectar pessoas de todo o mundo, sendo diversas as formas de participação, desde assinar petições *on-line*, encaminhar e-mails, comentar notícias, iniciar debates e fóruns sobre as campanhas, assistir vídeos que fomentam a causa ambiental no Youtube, ou ainda seguir o grupo nas redes sociais, Facebook e Twitter.

O ciberativismo oferece uma série de canais e ferramentas para quem deseja abraçar uma causa na defesa do meio ambiente. Várias organizações da sociedade civil contam com a força da internet para angariar adeptos à sua luta e, até mesmo, recursos para realização de uma ação. A organização não governamental (ONG) Greenpeace conseguiu, por exemplo, estabelecer em 2006 um acordo, em vigor até hoje, de impedir a comercialização da soja cultivada em áreas de desflorestamentos na região amazônica. Considerada uma das maiores vitórias do Greenpeace no Brasil a Moratória da Soja só foi possível graças à pressão da sociedade civil na internet para que empresas como Mc Donald's, não comprassem mais da soja cultivada na região.

Manuel Castells (1999, p. 161-162) afirma que as questões levantadas pelo movimento ambiental, bem como aquelas interligadas com valores humanitários, chamam a atenção das pessoas e autoridades não somente

⁹ O Clickarvore foi o primeiro programa da Fundação SOS Mata Atlântica criado para promover a restauração florestal como forma de recuperar a integridade ecológica dos ecossistemas. Resultado da parceria com o Instituto Ambiental Vidágua e o Grupo Abril, o programa, que nasceu no ano 2000, tinha como objetivo estimular as pessoas a plantarem mudas tendo como maior aliado a internet. A cada clique dado no site www.sosma.org.br/projeto/clickarvore/como-participar/, o internauta contribuía com uma árvore para projetos de restauração florestal em diferentes Estados e municípios do bioma, custeada por empresas patrocinadoras.

pela seriedade do assunto, como também por imagens que geram impactos emotivos que “dizem mais do que mil palavras”.

Levando em consideração a pluralidade de vantagens na utilização da internet, percebe-se que uma parcela das organizações da sociedade civil que lutam pela causa ambientalista está, com uma frequência cada vez maior, promovendo campanhas que se valem da plataforma digital para mobilizar a opinião pública.

A estratégia de articulação e militância *on-line* em prol da natureza torna-se recorrente entre as organizações da sociedade civil, que além de desenvolverem debates e atos contra a degradação ambiental, ajudam a levar a realidade e os desafios para a agenda política nacional e internacional.

O ambientalismo é visto como movimento político e social, que como avalia McCormik (1992), exerce o papel de pressionar órgãos oficiais nacionais e internacionais no sentido de encontrar soluções para os problemas que se apresentavam. Esta abordagem dá ao ambientalismo a ideia de que desempenha a atividade de lobby para conseguir alcançar suas conquistas.

Nas palavras de Castells (2006, p. 163) o ambientalismo não pode ser considerado simplesmente um movimento de conscientização. Desde o início, procurou exercer influência na legislação e nas atitudes tomadas pelos governos no que se refere à questão ambiental e a produção de leis e políticas públicas com foco na proteção ambiental.

Com o apoio de diversas OSCs, o movimento ambientalista emerge no período em que cientistas apresentam estudos que demonstram o possível esgotamento dos recursos naturais e numa época em que acontecem no mundo variadas catástrofes ambientais, dando impulso para os meios de comunicação de massa e as NTICs vociferar amplamente esta pauta. Por isso, Manuel Castells declara que:

Existe uma relação direta entre os temas abordados pelo movimento ambientalistas e as principais dimensões da nova estrutura social, a sociedade em rede, que passou a se formar dos

anos 70 em diante: ciência e tecnologia como os principais meios e fins da economia e da sociedade; a transformação do espaço; a transformação do tempo; e a dominação da identidade cultural por fluxos globais abstratos de riqueza, poder e informações construindo virtualidades reais pelas redes da mídia.

(CASTELLS, 2006, p. 154)

Com expressivo destaque encontram-se as manifestações encabeçadas por diversas OSCs nas redes sociais digitais, com o intuito de fazer um apelo à presidenta Dilma Rousseff para que o projeto do novo Código Florestal fosse vetado.

Este é apenas um exemplo, que será melhor explicado mais à frente, e demonstra como o ativismo para defesa das causas de proteção do meio ambiente está atuando frente ao advento da internet para estabelecer uma relação com o público presente na internet e, principalmente, nas redes sociais digitais.

Com o intuito de tratar especificamente da atuação das OSCs e dos impactos relacionados à internet, o estudo se concentrou, especialmente, em duas questões chave, que envolvem relações entre as organizações da sociedade civil (OSCs) e a participação dos indivíduos em campanhas ambientais.

4. CÓDIGO FLORESTAL

O processo de alteração do Código Florestal começou em 2009, com a instalação de uma comissão especial na Câmara dos Deputados, mas somente em 25 de maio de 2012 que a Lei nº 12.651 foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff (PT).

Durante esse período, o projeto passou diversas vezes por modificações, votações em comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como análises e votações nos plenários de ambas casas legislativas. Nesse momento, organizações da sociedade civil de caráter ambiental e social criaram uma coalizão, chamada de Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, contrária ao texto proposto para reforma do Código Florestal. Do outro lado, a bancada

do agronegócio posicionava-se favorável à aprovação da legislação, tal qual ela se apresentava.

Este capítulo busca dar luz aos principais momentos que marcaram o processo de modificação do Código Florestal, chamando atenção para as campanhas lançadas para engajar a população a manifestar sua posição.

4.1. HISTÓRICO DO PROCESSO DE REFORMA DO CÓDIGO FLORESTAL

O antigo Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) era considerado por estudiosos um dos mais rigorosos do planeta. Para Laureano & Magalhães

O Código de 1965 reflete uma política intervencionista do Estado sobre a propriedade imóvel agrária privada na medida em que as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação são consideradas bens de interesse comum a todos os habitantes do País.

(LAUREANO & MAGALHÃES, 2011)

Entretanto, as obrigações e regras impostas pela legislação não eram cumpridas, as florestas continuavam sendo desmatadas ilegalmente e as multas não eram pagas.

Apoiada no argumento de que as exigências previstas na lei vigente eram extremamente rígidas e ultrapassadas para se alcançar o desenvolvimento do país, a bancada do agronegócio iniciou uma forte pressão, em 1999, para a construção de uma nova legislação florestal e, com isso, em setembro de 2009 foi criada uma Comissão Especial presidida pelo Deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), sendo nomeado o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) como relator do projeto de lei.

Em nota sobre a rejeição do PLC 30 de 2011, o senador Randolfe Rodrigues assinalou que ao longo de 2010 foram aprovados 89 requerimentos de audiências públicas no Congresso e em diversas cidades com forte característica agropecuária, com um total de 203 convidados (RODRIGUES, 2011). Para isso ele teve apoio de sindicatos e organizações

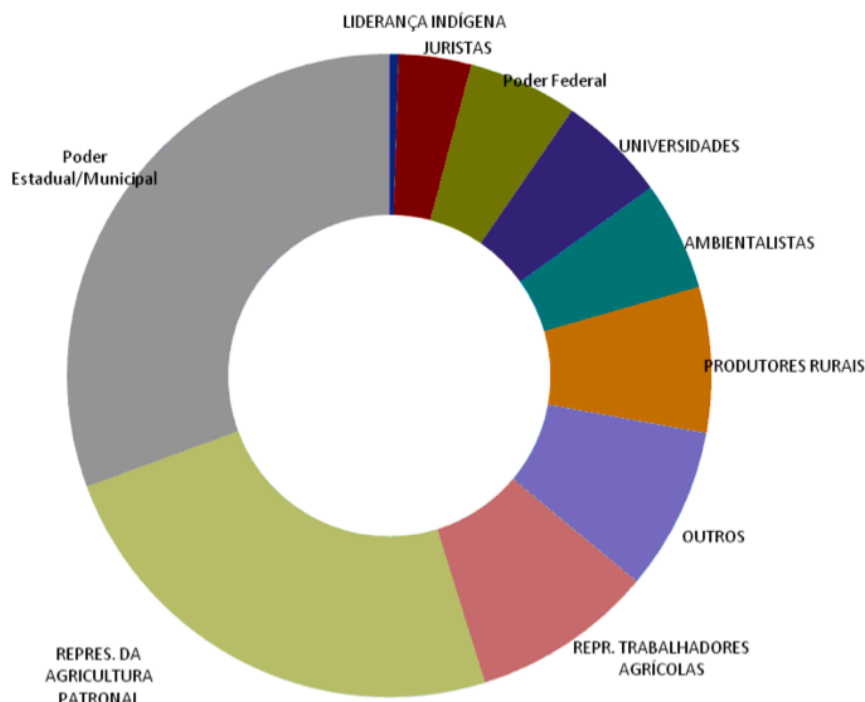
da Confederação Nacional de Agricultura, gerando debates e polêmicas sobre a representatividade das consultas e a real intenção do deputado e aliados ruralistas para a proteção do meio ambiente. Segundo o Deputado Aldo Rebelo:

A Comissão Especial de Reforma do Código Florestal Brasileiro, da qual sou relator, deteve-se demoradamente no exame dessas questões. Em mais de 60 audiências públicas, foram ouvidas quase 400 pessoas. Alguns depoimentos foram mesmo comoventes. Mas não foi isso que guiou os membros da comissão. Percebemos que o emaranhado normativo que envolve o velho Código Florestal inviabiliza atividades vitais para o Brasil: alimentação da população, controle dos preços internos de alimentos, geração de milhões de empregos e criação de renda de cerca de R\$ 850 bilhões, considerando o PIB (Produto Interno Bruto) agrícola e das demais áreas interligadas.

(REBELO, 2010)

Deste total, foram realizadas apenas 14 audiências públicas, sendo ouvidos 12 universidades, 8 juristas, 12 ambientalistas, 53 representantes da agricultura patronal, dentre outros representantes da opinião pública como mostra a figura abaixo:

Gráfico 1: Convidados das audiências públicas feitas pela Comissão Especial do Código Florestal da Câmara dos Deputados



2	Agências reguladoras
1	AGU
4	Embrapa
2	Ministros de Estado
2	Outros órgãos federais
1	TCU
47	Representantes do Executivo e parlamentares dos poderes estadual e municipal
9	Secretarias de Meio Ambiente
5	Secretarias de Agricultura
6	Outros órgãos estaduais e municipais
12	Universidades
8	Juristas
12	Ambientalistas
53	Representantes da agricultura patronal
20	Representantes dos trabalhadores rurais
16	Produtores rurais
1	Liderança indígena
1	Jornalista
4	Técnicos
7	Indústria
4	Outras entidades
2	Outros participantes
219	Total

Fonte: Greenpeace. Código Florestal: clippinge dados. 2011

O relatório foi emitido em junho de 2010, mas a versão final de um Projeto de Lei (PL 30/2011) foi apresentada em 02 maio de 2011, após passar em diversas mãos. No texto proposto, o parlamentar incluiu a anistia a quem desmatou ilegalmente até julho de 2008, apoiou a redução de áreas de preservação permanente, de 30m² para 15 m², ao longo dos rios e a possibilidade de recompor com plantações e pastoreio as florestas derrubadas dos topos de morros e das encostas, até então protegidos.

Em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados em 26 de novembro de 2009, ainda no início das discussões sobre as alterações na legislação ambiental, Luiz Henrique Gomes de Moura deixou bastante clara a posição dos movimentos sociais de pequenos agricultores e agricultores familiares ligados à Via Campesina:

Trago a defesa de que não há necessidade concreta de se alterar a legislação, mas, sim, de fazê-la realizável e, ao fazê-la realizável, aí, sim, debater se ela é adequada ou não. Necessitamos, então, da efetivação da política de assistência técnica e qualificação dos técnicos na prática de manejo florestal; de fomento à implementação de sistemas produtivos agrossilvopastoris - fomento, porque crédito sacrifica o agricultor em áreas que não

deveria sacrificar. A recuperação de reserva legal e de APP tem de ser feita com fomento, não com crédito. Também precisamos de garantia de compra da produção diversificada e de preços dos produtos da sociobiodiversidade; criação de amplo programa de regularização ambiental com reestruturação dos órgãos de meio ambiente; ações capilarizadas; prazos para adequação e recursos para a implementação de projetos de recuperação, e instituição de programa de pagamento de serviços ambientais. Repito a pergunta: a questão é de legislação, ou de regulamentação e execução?

(MOURA, 2009 *apud* RODRIGUES, 2011, p. 2)

Foi também ignorada a posição do Ministério Público Federal (MPF), que se manifestou por meio do documento intitulado “Os projetos de alteração do Código Florestal na visão do MPF”, assinado pelo coordenador de sua 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, Dr. Mario Gisi¹⁰.

Se da revisão da lei florestal não se pretende derrubar uma única árvore, como afirmou a Senadora Katia Abreu em audiência pública no Senado Federal, o atual Código Florestal traz respostas bastante flexíveis para aquelas situações em que a propriedade encontra-se em situação irregular. Uma delas é o zoneamento ecológico-econômico, que permite e tem permitido a redução da reserva legal para fins de recomposição. [...] Aliás, o regime jurídico para a reserva legal não poderia ser mais flexível, pois permite: a) recompor a reserva legal de sua propriedade mediante o plantio, a cada três anos, de no mínimo 1/10. Prazo esse que foi renovado pela MP 2.166; b) compensar a reserva legal por outra área equivalente; c) desonerado das obrigações relativas à recomposição, mediante a doação ao órgão ambiental competente de área localizada no interior de unidade de conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária; d) possibilidade de recomposição da reserva legal mediante o plantio temporário de espécies exóticas como pioneiras; e) possibilidade de reserva legal em regime de condomínio entre mais de uma propriedade; f) a reserva legal não é mata intocável, pois pode ser utilizada sob regime de manejo florestal sustentável.

(GISI *apud* RODRIGUES, 2011, p. 3)

Também não foi levado em consideração o documento elaborado pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência em conjunto com a Associação Brasileira de Ciências, que alertou sobre os problemas existentes nas alterações propostas pelo Deputado Aldo Rebelo nas regras

¹⁰ Leia o documento na íntegra pelo link: http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/trabalhos-cientificos/reforma_codgo_florestal_gisi.pdf

sobre áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais (RL), uso do solo, dentre outros temas¹¹.

Sob críticas do movimento ambientalista, o autor da matéria foi impelido a fazer algumas modificações e na terceira tentativa conseguiu aprovar o projeto no plenário da Câmara dos Deputados. Foram 410 votos pela aprovação e 63 contrários.

Analistas ligados a organizações ambientais elaboraram uma nota técnica sobre a proposta do deputado Aldo Rebelo, em que advertem que no texto há:

llegalidades cometidas contra nossas florestas nas últimas décadas, misturando situações legítimas com outras que configuram crime ambiental e abre espaço para mais desmatamentos ao enfraquecer ou desvirtuar vários dos dispositivos da legislação atual, sem apresentar praticamente nada que indique um novo patamar de governança na conservação e uso sustentável de nosso patrimônio florestal.

(AZEVEDO *et al*, 2011, p.1)

Remetido ao Senado Federal, no segundo semestre de 2011, o PL passa a ter dois relatores: Luiz Henrique (PMDB-SC) e Jorge Viana (PT-AC). Nesse momento, organizações da sociedade civil iniciaram diversas mobilizações usando como mote a frase homônima: “Floresta Faz a Diferença”, com a intenção de solicitar alterações no projeto, com vistas à conservação e ao uso sustentável das florestas.

Foram apresentadas mais de 80 emendas durante a votação em plenário no dia 6 de dezembro de 2011, o que contradiz o discurso do senador Jorge Viana (PT-AC) de que o PL representava o consenso entre os diversos setores do Congresso:

Eu fiz um trabalho a quatro mãos com o relator do projeto, senador Luís Henrique (PMDB-SC), e o texto que eu vou apresentar é um que parecia impossível. Basta ter bom senso e eu acho que este pode ser o texto do entendimento, disse o senador.

¹¹ Acesse no link a publicação “O Código Florestal e a Ciência” produzida pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC): http://www.sbpcnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/CodigoFlorestal_2aed.pdf

Por 58 votos a favor e 8 contra, o Senado Federal votou um projeto que resolvia alguns problemas do texto apoiado pelos deputados.

Quadro 1: PL do Código Florestal antes e depois de passar pelo Senado

Tema	Como é hoje (Lei 4.771/65)	Como ficou (projeto aprovado no Senado)		
		E quem desmatou?	Dever do proprietário	E quem desmatou até 2008?
Matas ciliares	Proteger 30 m nos pequenos rios e 50 m ao redor de nascentes	Recupera integralmente + multa pelo desmatamento + multa se recusar-se a recuperar	Proteger 30 m nos pequenos rios e 50 m ao redor de nascentes	Recupera 15 m nos pequenos rios e 30 m nas nascentes; sem multa
Topos de morro	Proteger o terço superior	Recupera integralmente + multa pelo desmatamento + multa se recusar-se a recuperar	Proteger o terço superior, mas mudança no conceito deixa vários morros desprotegidos	Pode manter culturas de espécies lenhosas (fufíferas, pinus); não recupera e não paga multa
Encostas de até 45° de inclinação	Fazer manejo sustentável ou proteger floresta existente	Recupera integralmente + multa pelo desmatamento + multa se recusar-se a recuperar	Fazer manejo sustentável ou proteger floresta existente	Pode manter qualquer atividade agropecuária; não recupera e não paga multa
Encostas com mais 45° de inclinação	Fazer manejo sustentável ou proteger floresta existente	Recupera integralmente + multa pelo desmatamento + multa se recusar-se a recuperar	Fazer manejo sustentável ou proteger floresta existente	Pode manter qualquer atividade agropecuária; não recupera e não paga multa
Reserva Legal	Manter 20%, 35% (cerrado amazônico) ou 80% (floresta amazônica do	Recupera ou compensa integralmente + multa pelo desmatamento +	Manter 20%, 35% (cerrado amazônico) do imóvel com vegetação	Se tiver até 4 módulos fiscais ou alegar que a área foi desmatada

	imóvel com vegetação nativa	multa se recusar-se a recuperar	nativa	antes de 1934 não precisa recuperar, pode usar 50% de exóticas (pinus, dendê) ou compensar em outro Estado
--	-----------------------------	---------------------------------	--------	--

Fonte: ISA, 2012

Devido ao fato de que os senadores alteraram o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto teve de retornar para ser novamente avaliado pelos deputados. O deputado Paulo Piau (PMDB-MG) foi, então, o relator que assumiu a missão de aceitar ou rejeitar as mudanças do Senado Federal. Porém, o que ele fez foi retirar os poucos pontos em que os senadores haviam contribuído.

Em 25 de abril, o texto foi aprovado com 274 votos favoráveis e 184 contrários. Nessa votação, quem se opôs ao relatório de Paulo Piau apoiou, na íntegra, o texto que saiu do Senado, uma opção considerada menos ruim pelos ambientalistas.

Quadro 2: Principais mudanças sugeridas pelo Senado Federal ao PL do Código Florestal

Como ficou o texto

Em topos de morros, a proposta referendada pelos deputados desobriga a recuperação de desmatamentos realizados até 2008, permite pastagens e o cultivo de espécies lenhosas perenes (maçã, uva, laranja, eucalipto etc).

O texto aprovado também consolida todos os tipos de atividade agropecuárias em encostas com até 45º grau de inclinação e cultivos de lenhosas em encostas de mais de 45º. Piau retirou do texto o único dispositivo que, ao autorizar a recuperação de APPs em índices superiores ao definido na lei, poderia salvaguardar bacias com níveis críticos de desmatamento. Outro mecanismo aprovado reduz automaticamente todas as APPs de beira de rio ao determinar que sua medição seja feita a partir do “leito regular” e não mais pelo leito verificado na cheia, como obriga a legislação atual. Só essa medida pode deixar sem proteção até 60% dessas áreas na Amazônia.

O texto aprovado pela Câmara desprotege nascentes e riachos intermitentes, parte considerável da malha hídrica, principalmente na Caatinga e Cerrado. Só no Distrito Federal, esse tipo de APP protege 70% dos cursos de água, de acordo com o Ministério Público de São Paulo.

Fonte: ISA, 2012

Diante desse resultado, parte da sociedade civil se engajou nas campanhas “Veta, Dilma” e “Veta Tudo Dilma”, cujo objetivo era pedir que a presidenta cumprisse sua promessa de campanha eleitoral de cortar do projeto de lei qualquer item que dava anistia a quem desmatou, incentivava o desflorestamento e desfigurava o Código Florestal em vigor. O movimento foi iniciativa do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável.

Apesar dos muitos apelos de cientistas e da sociedade civil feitos nas ruas, nas redes sociais digitais, sites, e-mails e por meio de notas, cartas, e petição *on-line*, a presidenta Dilma Rousseff não cumpriu compromisso de campanha eleitoral e vetou parcialmente o texto modificado pela Câmara dos Deputados que altera o Código Florestal brasileiro, não atendendo ao pedido de veto integral.

A sociedade brasileira espera da Presidenta que demonstre, na prática, o seu desacordo com o conteúdo do relatório aprovado pela Comissão Mista do Congresso, determinando a sua base de apoio que vote contra mais esses retrocessos nas votações que ainda virão na Câmara e no Senado. E, ao final, se aprovados, vete-os completamente.

(FLORESTA FAZ A DIFERENÇA, 2012)

O Governo aprovou 90% do PL que saiu da Câmara dos Deputados. Os outros 10%, que veio em forma de Medida Provisória (MP), resgatou ou piorou o básico do Senado Federal.

O projeto manteve anistia ao desmatamento no texto do Código Florestal. Além de reduzir área de preservação permanente e reserva legal, permitiu também a recomposição de matas com espécies exóticas, ficando aquém do ideal para a proteção das florestas e a garantia da qualidade de vida da população.

A decisão da presidenta Dilma frustra a maioria da sociedade brasileira, que se mostrou favorável ao veto integral do novo Código durante todo o debate. Além do mais, barrar apenas alguns dispositivos do projeto de lei contribui para um ambiente de insegurança jurídica em relação à questão ambiental nacional. “A anistia segue como eixo central do texto, visto que a data de 2008 como linha de corte para manutenção de áreas desmatadas ilegalmente continua inalterada e, conseqüentemente, promove a

isenção de recuperação de Áreas de Proteção Permanente (APP) e Reserva Legal.

(FLORESTA FAZ A DIFERENÇA, 2012)

Às vésperas da Rio+20, foi instalada uma Comissão Especial, composta de senadores e deputados, que analisou a Medida Provisória do Código Florestal (571/12). A Comissão teve a participação de uma maioria de parlamentares da chamada base ruralista.

A Medida Provisória bateu recorde de recebimento de emendas – 696 sugestões de mudanças no texto foram registradas¹². Porém, no dia 29 de agosto só foram votados os destaques do relatório apresentado pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC).

Após análise da medida provisória e a partir do que foi sancionado, o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável avalia que o veto parcial da Presidenta Dilma Rousseff foi insuficiente para o cumprimento de sua promessa, apesar de contrariar interesses dos setores mais arcaicos do latifúndio, e ainda mantém a anistia e a redução de áreas de proteção (APPs e RLs). Além disto, devolve ao Congresso Nacional a decisão sobre as florestas, o que será feito apenas após a Rio +20.

(FLORESTA FAZ A DIFERENÇA, 2012)

O texto aprovado retomou a emenda que diminui de 20 metros para 15 metros o limite mínimo para recuperação de APP nas margens de rios com até 10 metros de largura para propriedades com mais de 15 módulos rurais.

Sem nenhum espaço e condição de influência, ambientalistas afirmaram não ter participado desta negociação que alterou a legislação ambiental brasileira.

O governo mostrou ter sido no mínimo omisso. Entregou o meio ambiente de bandeja e cedeu em questões fundamentais, permitindo um grave retrocesso na legislação ambiental brasileira. E, enquanto o mundo busca um novo modelo de produção com base no desenvolvimento sustentável.

(FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2012)

¹² Veja todas as emendas pelo link:
www6.senado.gov.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=11352&seqPaginaInicial=3&seqPaginaFinal=881#sthash.xx2Bg9A3.dpuf

Em seguida, o texto da Medida Provisória 571/12 seguiu para votação no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff.

4.2. ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL

Organizações da sociedade civil encaminharam ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ricardo Lewandowski, em setembro de 2010, o resultado de uma pesquisa¹³, sobre as mudanças no Código Florestal, realizada com os quatro principais candidatos à Presidência da República naquele ano. Responderam ao questionário Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB), Marina Silva (PV) e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL).

Esta iniciativa, liderada pela Associação Ambientalista Copaíba, Fundação SOS Mata Atlântica, Greenpeace, Grupo Ambientalista da Bahia, Instituto Ambiental Vidagua, Instituto Centro de Vida, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, Instituto Socioambiental, Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais, Mira-serra, Rede de ONGs da Mata Atlântica e WWF-Brasil, gerou o documento “O que os candidatos à Presidência da República pensam sobre a proposta de modificação no Código Florestal”, que reunia os posicionamentos dos entrevistados divididos em cinco itens: I) Repúdio à anistia aos desmatamentos ilegais; II) Conservar florestas não atrapalha a produção agropecuária; III) Conservar: dever de todos ou somente do Estado?; IV) Política florestal e mudanças climáticas; e V) Como cada candidato pretende encaminhar as discussões, caso seja eleito.

Todos os presidentiáveis de alguma forma se manifestaram contra os principais pontos da proposta apresentada pelo deputado Aldo Rebelo, em especial o que sugeria o perdão a crimes ambientais cometidos e a

¹³ Baixe pelos links as respostas de

Dilma Rousseff: http://www.greenpeace.org.br/p3/pdf/resposta_dilma.pdf

José Serra: http://www.greenpeace.org.br/p3/pdf/resposta_serra.pdf

Marina Silva: http://www.greenpeace.org.br/p3/pdf/resposta_marinaa.pdf

Plínio de Arruda: http://www.greenpeace.org.br/p3/pdf/resposta_plinio.pdf

diminuição das regras de proteção de rios e encostas. Eles rejeitaram também as medidas que fragilizavam a proteção às florestas ou incentivavam mais desmatamentos.

A então presidenta, e candidata à época, Dilma Rousseff afirmou que “a eventual conversão de multas só deveria ocorrer após ações efetivas de recuperação das áreas desmatadas ilegalmente”, e citou o Programa Mais Ambiente do governo federal como opção viável para a regularização ambiental das propriedades agrícolas. Dilma Rousseff defendeu também que o Brasil poderia expandir sua produção agrícola sem desmatar, sinalizando que o antigo Código Florestal, vigente ainda naquele momento não era um entrave à expansão agropecuária. Segundo ela, no país “existem 60 milhões de hectares de pasto mal utilizados ou subutilizados que precisam ser recuperados”.

Seguindo o mesmo caminho, o presidenciável tucano se posicionou contrário à anistia a desmatadores, defendeu a recuperação de matas ciliares em propriedades rurais e a retirada de ocupações em encostas e beiras de rios. José Serra defendeu a proteção das florestas brasileiras como um dos meios de contribuir para a redução das emissões de carbono. “Uma forte política de recuperação florestal poderá absorver importante volume de carbono da atmosfera.”

A candidata do Partido Verde, Marina Silva, ressaltou que o PL apresentado pelo deputado Aldo Rebelo gera impunidade aos desmatadores ilegais, favorecendo o descrédito da lei e o aumento do desmatamento. “No lugar da anistia deveriam ser criados meios para que o produtor recupere as áreas e possa se aliar à defesa do Código Florestal.” Marina Silva falou ainda sobre a importância da proteção das florestas no cumprimento das metas de redução. “O desmatamento é o principal fator de emissão de gases de efeito estufa no Brasil, de modo que a busca pelo cumprimento das metas de redução por parte do governo federal deve ser coerente, colocando a garantia da preservação na discussão sobre a alteração da legislação.”

Como os demais candidatos, Plínio de Arruda Sampaio se posicionou contrário à anistia e afirmou que o antigo Código Florestal não representava

um entrave à produção rural, defendeu o desmatamento zero e a remoção de moradores de áreas que deveriam ser preservadas, como encostas e beiras de rios para locais seguros. De acordo com o presidente, “o Brasil é o único lugar que conheço que modifica um código florestal para permitir mais corte de árvores e não para proteger a natureza.”

O pedido feito pelas entidades era para que as respostas fossem anexadas aos programas de governo de cada candidato.

Para as organizações socioambientalistas que formularam o questionário, as discussões que levaram à proposta de alteração aprovada na comissão especial não conseguiram envolver adequadamente todos os setores, sobretudo a Academia. Grande parte das reuniões realizadas pelo país foram organizadas pelos sindicatos rurais, e só foram levadas em consideração as manifestações que corroboravam as posições pré-concebidas dos ruralistas. Agora os candidatos prometem tomar as rédeas desse processo, com uma metodologia mais participativa.

(ISA, 2010)

Como a presidenta Dilma Rousseff havia então se comprometido a vetar os pontos que geravam insegurança jurídica para o meio ambiente, a sociedade foi às ruas e à internet com o intuito de solicitar o veto ao projeto aprovado pelo Congresso Nacional.

Uma pesquisa de opinião do Datafolha¹⁴, realizada entre os dias 03 e 07 de junho de 2011, revelou que uma parcela dos brasileiros acima de 16 anos (85%) defendia o veto a qualquer proposta de lei que signifique menos proteção às florestas. Na mesma direção, 79% dos entrevistados era contra o perdão de multas impostas a produtores rurais que desmataram ilegalmente.

Na pesquisa encomendada pelas organizações Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Imaflora, Imazon, Instituto Socioambiental, SOS Mata Atlântica e WWF-Brasil, 62% dos entrevistados se consideravam bem ou mais ou menos bem informados acerca do assunto. A emenda 164, que autorizava atividades agropecuárias em áreas de preservação permanente

¹⁴ Leia mais sobre a pesquisa pelo link: <http://oglobo.globo.com/politica/codigo-florestal-segundo-pesquisa-datafolha-79-dos-brasileiros-sao-contras-perdao-de-multas-quem-desmatou-ilegalmente-2876725>

(APPs) também foi rejeitada por 91% da população. Além disso, 77% achavam que a discussão do Código deveria ser adiada para que a ciência pudesse se manifestar. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências pediu que o Congresso esperasse dois anos para que todos os estudos técnicos fossem feitos.

Quadro 3: Resumo do resultado da pesquisa Datafolha sobre o Código Florestal

- ❖ 85% querem uma lei que proteja florestas e rios, mesmo que prejudique a produção agropecuária
- ❖ 79% são contra o perdão de multas a quem desmatou ilegalmente
- ❖ 5% apenas aceitam a anistia a desmatadores, inclusive de recuperação do passivo ambiental
- ❖ 91% discorda da emenda 164, que autoriza atividades agropecuárias em áreas de preservação permanente (APPs)
- ❖ 66% defendem que APPs devam ter apenas culturas que fixam o solo
- ❖ 25% acham que nenhum cultivo deve ser realizado em APPs
- ❖ 62% acompanharam a votação da reforma do Código Florestal na Câmara
- ❖ 77% gostaria que a discussão fosse adiada para que a ciência se manifeste

Fonte: O Globo, 2011

Outro resultado importante é que 84% não votariam em um deputado ou senador favorável à isenção de punições e multas aos autores de desmatamento até julho de 2008. Foram ouvidas ao todo 1.286 pessoas por telefone em todas as regiões do país, tanto em área urbana como rural.

Movimentos sociais de diferentes frentes enviaram notas¹⁵ para a presidenta Dilma Rousseff e parlamentares, além de divulgarem amplamente para a imprensa tradicional e redes sociais digitais, de forma a reafirmar a sua posição pela manutenção da legislação vigente (antigo Código Florestal) e contra o relatório em discussão.

¹⁵ Acesse o link para ler a nota da Via Campesina: <http://www.mst.org.br/Via-Campesina-rechaca-proposta-de-Aldo-Rebello-para-o-Codigo-Florestal>
Fetraf-Brasil: <http://www.fetraf.org.br/site/noticia.php?not=not04&&id=9>
CUT: <http://www.cut.org.br/destaques/20722/camara-se-curva-ao-agronegocio-e-aprova-mudancas-no-codigo-florestal>
MST: <http://www.mst.org.br/node/9911>

A Via Campesina Brasil reafirma a sua posição pela manutenção do atual Código Florestal Brasileiro. Rechaçamos a proposta de alteração apresentada pelo deputado Aldo Rebelo, que incorpora as grandes pautas dos ruralistas, como redução da Área de Preservação Permanente e a anistia das multas por desmatamentos. O Código Florestal é uma legislação inovadora, que está pautada pela utilização sustentável da floresta. Ao contrário do que dizem os ruralistas e seus aliados, o Código Florestal não cria áreas improdutivas, intocadas. Ele apenas define que, acima dos interesses privados e do lucro, está o interesse de toda a sociedade brasileira para que a floresta seja usada de forma sustentável. [...] Conclamamos toda a sociedade e, em especial, às organizações aliadas da luta da Via Campesina, a enviarem correios eletrônicos para todos os deputados federais, exigindo que haja mais tempo para o debate desse tema tão importante e tão polêmico. A mobilização social é fundamental.

(VIA CAMPESINA, 2010)

As manifestações através de notas de organizações diversas e o engajamento de muitos indivíduos nas diversas campanhas promovidas contra a reformulação do Código Florestal, somado a esse resultado sinaliza que parte da sociedade estava mobilizada por um meio ambiente equilibrado.

4.3. CAMPANHAS DO CÓDIGO FLORESTAL

Cerca de 200 organizações da sociedade civil, que compõem o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, lançaram algumas campanhas durante o processo de reformulação do Código Florestal – “Veta Dilma”, “Veta Tudo Dilma”, “O Jogo Não Acabou: Vamos Apitar Essa Partida” e “Não Vamos Votar em Quem Votou Contra as Florestas”. Todas elas foram ao ar no site www.florestafazadiferenca.org.br.

A primeira chamada por “Veta Dilma”, aconteceu no Facebook (*fan page*) do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável ([#florestafazadiferenca](https://www.facebook.com/florestafazadiferenca)), no dia 07 de dezembro de 2011. A iniciativa, que teve repercussão no ambiente *on-line* e no *off-line*, durou quatro meses, se encerrando no dia 27 de abril de 2012.

Figura 1: Banner da campanha Veta Dilma



Fonte: www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

Em seguida, o coletivo de organizações da sociedade civil passou a pedir que a presidenta Dilma Rousseff recusasse a sanção do novo Código Florestal, que foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 25 de abril do mesmo ano. Assim, o lema da campanha passou a ser “Veta Tudo Dilma” e esta durou na rede social digital, até 01 de junho de 2012.

A campanha nacional “Veta Dilma” e/ou “Veta Tudo Dilma” em pouco tempo viralizou e incidiu na opinião pública e personalidades que manifestaram apoio ao veto publicamente. A atriz Camila Pitanga, por exemplo, quebrou o protocolo em uma solenidade com a presença da presidenta Dilma Rousseff e disse, usando o microfone, “Veta, Dilma!”. A apresentadora Hebe Camargo também pediu o veto em um de seus programas. O desenhista Maurício de Souza circulou pela internet um quadrinho com personagens da Turma da Mônica fazendo o mesmo pedido. E tantos outros artistas, como o Wagner Moura, Victor Fasano, Marcos Palmeira, que foram fotografados segurando cartazes da ação.

Figura 2: Cantor Gilberto Gil em foto com o cartaz da campanha Veta Dilma



Fonte: www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

Segundo membros do Comitê, o movimento contrário ao texto que tramitava no Congresso Nacional desde maio de 2011 ganhou corpo nas redes sociais digitais, e, principalmente, no Facebook. Esta informação, bem como outras que estão distribuídas ao longo do trabalho, é resultado de nove entrevistas realizadas, no período de 10 de setembro de 2014 a 15 de outubro de 2014, em Brasília-DF, com membros das organizações afiliadas ao Comitê: Comissão de Justiça e Paz da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (Gilberto Sousa Carvalho), Grupo de Trabalho Amazônico – GTA (Rubens Gomes), Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS (Alexandra Reschke), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM (André Lima), Instituto Socioambiental – ISA (Raul do Valle), Fundação SOS Mata Atlântica (Mário Mantovani e Rejane Pieratti), WWF-Brasil (Kenzo Jucá), Via Campesina (Luis Zarref), Instituto Marina Silva (Pedro Ivo) e Greenpeace (Renata Camargo de Araújo).

Ao todo, mais de 2 milhões de assinaturas contra o projeto foram colhidas¹⁶. Além disso, foram promovidas, em parceria com o movimento Fora do Eixo, vigílias com transmissão ao vivo no site do Comitê, com participação de jornalistas, organizações da sociedade civil, políticos,

¹⁶ Link da petição on-line divulgada no site da Avaaz:
http://www.avaaz.org/po/brasil_veta_dilma/?sbc - sthash.d0VbFKsd.dpuf

pesquisadores e cientistas. A ofensiva marcou, também, presença nas ruas do Brasil e ocupou os corredores do Congresso, onde os manifestantes ecoavam a frase “Veta Dilma” e/ou “Veta Tudo Dilma”.

Figura 3: Manifestação em Brasília-DF contra as modificações no Código Florestal



Fonte: www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

Contrariando a vontade do movimento ambientalista, a presidenta Dilma Rousseff decidiu não vetar o texto em sua íntegra, nem mesmo em seus pontos centrais. Com isso, foi criada uma Comissão Especial com o dever de analisar a Medida Provisória do Código Florestal, elaborada para preencher as lacunas deixadas no texto. Em nota as OSCs criticam a decisão da presidenta e reforçam objetivo de continuar a pressão por uma lei livre de anistia à quem desmatou. Veja abaixo trecho da nota:

É fundamental a convergência das lutas populares e sociais contra o agronegócio para enfrentá-lo e avançar com as necessidades reais da sociedade brasileira[...]. O governo brasileiro perdeu a oportunidade de não ceder à pressão ruralista e apontar para o desenvolvimento sustentável e social. A mobilização da sociedade deve continuar a pressionar o Congresso e o Governo Federal contra a anistia aos desmatadores.

(FLORESTA FAZ A DIFERENÇA, 2012)

As organizações ambientalistas, que temiam um retrocesso ainda maior no Projeto de Lei, lançaram a segunda fase da campanha. Esta etapa recebeu o nome “O Jogo Não Acabou: Vamos Apitar essa Partida” e tinha o intuito de comunicar que a bola, à época, voltara ao Congresso Nacional e que depois do veto parcial da presidenta Dilma Rousseff e do

encaminhamento da Medida Provisória ao Congresso, a campanha entrava no segundo tempo para pressionar os políticos por um Código Florestal que garantisse o bem estar de todos. Segundo o Comitê, a nova campanha:

Batizada de “O Jogo Não Acabou: precisamos apitar esta partida”, tem como objetivo alertar a sociedade civil sobre o que está em jogo nas discussões no Congresso. A população poderá monitorar as decisões dos senadores e deputados e, dessa forma, pressioná-los por um Código Florestal que garanta o bem-estar de todos. O apito está agora em nossas mãos.

(FLORESTA FAZ A DIFERENÇA, 2012)

O site utilizado pelo Comitê disponibilizou a lista com os nomes dos 29 parlamentares que em todas votações votaram pela pior proposta da alteração do Código Florestal. Os internautas também tiveram acesso a um formulário, onde puderam enviar o cartão vermelho por e-mail aos parlamentares.

A sanção parcial pela presidenta Dilma reforça a necessidade de ampliar a mobilização, que será intensificada na Rio+20. A campanha “Veta Tudo, Dilma!”, que se tornou um fenômeno social no Brasil, seguramente continuará, pois a sanção parcial não encerra a vontade dos brasileiros de construir um Código Florestal que concilie conservação e produção.

(FLORESTA FAZ A DIFERENÇA, 2012)

A campanha ganhou mais fôlego na Rio+20, quando as pessoas ocuparam as ruas do centro do Rio de Janeiro e mostraram o primeiro cartão vermelho para o deputado Paulo Piau, que estava na Conferência. No Congresso Nacional, os manifestantes aplicaram cartões vermelhos e apitaram contra deputados que continuaram votando a favor de retrocessos ambientais.

Figura 4: Banner da campanha O Jogo Não Acabou: precisamos apitar esta partida



Fonte: www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

Para Mario Mantovani (2014), diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica, “essa nova fase garantiu a continuidade ao capital social da mobilização ‘Veta Dilma’ contra o Código Florestal”.

Nas eleições municipais de 2012, muitos parlamentares que votaram para piorar o Código Florestal eram candidatos a Prefeituras. O Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável fez um mapeamento para que a população conhecesse o posicionamento de cada um.

Figura 5: Banner da campanha Não Vote em Quem Votou Contra as Florestas



Fonte: www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

A sociedade civil continuou o legado das campanhas e, durante o período eleitoral alertou a população para que conhecesse o *status* dos candidatos a prefeito em todo o Brasil, de acordo com suas votações nas alterações do Código Florestal. O objetivo da iniciativa foi ser um guia de votação para eleitores que buscavam candidatos que atuassem a favor do meio ambiente. Ao todo, 75% dos candidatos que disputavam o cargo de prefeito e eram favoráveis ao novo Código Florestal que flexibilizou a proteção ambiental não foram eleitos. Entre os candidatos que votaram apenas uma vez pelas mudanças sugeridas ao novo Código Florestal, a maioria – 62% – também perdeu o pleito municipal.

Chegado ao final de mais uma etapa desse longo processo de alteração do Código Florestal, os atores envolvidos no debate firmaram compromisso de lidar com a regulamentação da lei e sua implementação para reduzir as consequências negativas do que foi aprovado.

Ao completar um ano de vigência da Lei 12.651/2012, que revogou o antigo Código Florestal, um conjunto de sete organizações da sociedade civil - Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), WWF-Brasil, SOS Mata Atlântica, Instituto Centro e Vida (ICV), Conservação Internacional (CI) e The Nature Conservancy (TNC) - lançou, no dia 21 de maio de 2013, o Observatório do Código Florestal. Trata-se de uma plataforma na internet que tem a função de monitorar, em todo o país, a implementação do novo Código Florestal, bem como disponibilizar as informações e documentos para a sociedade com o intuito de:

Promover o controle social, dar transparências e qualificar o debate sobre as ações das diversas esferas de governo para tirar do papel a nova legislação, em especial, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os Programas de Regularização Ambiental (PRAs).

(OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL, 2013)

Na próxima seção pretende-se avançar um pouco mais no estudo sobre a atuação das organizações da sociedade civil no Código Florestal por meio da rede social Facebook, sua interação com os internautas e como os usuários do Facebook do Comitê participaram das ações *on-line*.

Resulta necessário, então, aprofundar nos conteúdos das campanhas divulgados no Facebook, para complementar o estudo empírico da pesquisa e os resultados coletados no estudo de caso.

5. ATUAÇÃO DAS OSCS NO CÓDIGO FLORESTAL

O Código Florestal foi um grande debate ambiental dos últimos anos, envolvendo dois atores principais para discutir a proteção das florestas brasileiras. De um lado via-se o agronegócio, que aproveitando do momento de instabilidade econômica que o país vivia nos anos 90, o lançamento do

plano real e a abertura para o mercado internacional, passou a pressionar o presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, para investir no campo produtivo brasileiro, levando o Brasil a um novo modelo econômico baseado em *commodities*. Esse setor, assim, identificou no instrumento jurídico do Código Florestal obstáculos para o seu desenvolvimento e passou a concentrar esforços para o rompimento desse marco legal.

Por outro lado, havia os representantes do campo e o movimento ambientalista, que começou em 2010 uma articulação contra as mudanças no Código Florestal. Essa mobilização ficou ainda mais forte após votação do PL (30/2011) de autoria do deputado Aldo Rebelo na Câmara dos Deputados, quando entidades que atuam em torno de diferentes bandeiras, como a Comissão Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), se juntaram e formaram o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável.

Diante desse contexto este estudo apresentará o histórico de formação do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, o resultado da análise de conteúdos da *fan page* do Comitê e das entrevistas realizadas com os membros de organizações filiadas deste coletivo de organizações e que estiveram ativas durante o processo de discussão da lei.

5.1. CRIAÇÃO DO COMITÊ BRASIL EM DEFESA DA FLORESTA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 07 de junho de 2010, foi realizado em Brasília, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um ato para definir que medidas adotar para evitar a alteração do Código Florestal e debater formas de desenvolvimento sustentável, modelo de crescimento econômico que visa o equilíbrio ecológico. O evento fez uma avaliação dos problemas existentes na proposta de lei (PL 30/2011) e elaborou um manifesto sobre a criação de um Comitê Brasil em Defesa das Florestas do Desenvolvimento Sustentável para convocar a sociedade a se unir, colaborando para a promoção do debate e a apresentação de propostas e elementos para aprovar uma lei favorável ao

meio ambiente. A intenção era ter um coletivo permanente, representativo e com aptidão para dialogar com os povos da floresta, a sociedade civil, o movimento do campo, ambientalistas e a opinião pública sobre o novo marco jurídico de proteção das florestas. Leia na íntegra o manifesto:

Quadro 4: Manifesto de criação do Comitê Brasil em Defesa das Florestas do Desenvolvimento Sustentável

Manifesto em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável

Importa, em primeiro lugar, esclarecer a grande confusão sob a qual se criam tantas desinformações: não está se fazendo a defesa pura e simples das florestas. Elas são parte dos sonhos de um país com mais saúde, menos injustiça, no qual a qualidade de vida de todos seja um critério levado em conta. Um Brasil no qual os mais pobres não sejam relegados a lugares destruídos, perigosos e insalubres. No qual a natureza seja respeitada para que continue sendo a nossa principal fonte de vida e não a mensageira de nossas doenças e de catástrofes. Por que tanta polêmica em torno da manutenção do que resta das nossas florestas? Será possível que ambientalistas, cientistas, religiosos, empresários, representantes de comunidades, movimentos sociais e tantos cidadãos e cidadãs manifestem sua indignação diante do texto do Código Florestal, aprovado pela Câmara dos Deputados, apenas por um suposto radicalismo ou desejo de conflito sem cabimento? Será justo afirmar que os defensores das florestas não levam em conta as pessoas e suas necessidades de produzir e consumir alimentos? Do que se trata, afinal? O que importa para todos os brasileiros?

A Constituição Brasileira afirma com enorme clareza esses ideais, no seu artigo 225, quando estabelece que o meio ambiente saudável e equilibrado é um direito da coletividade e todos – Poder Público e sociedade – têm o dever de defendê-lo para seu próprio usufruto e para as futuras gerações. Esse é o princípio fundamental sob ataque agora no Congresso Nacional, com a aprovação do projeto de lei que altera o Código Florestal. 23 anos após a vigência de nossa Constituição quer-se abrir mão de suas conquistas e provocar enorme retrocesso.

Há décadas se fala que o destino do Brasil é ser potência mundial. E muitos ainda não perceberam que o grande trunfo do Brasil para chegar a ser potência é a sua condição ambiental diferenciada, nesses tempos em que o aquecimento global leva a previsões sombrias e em que o acesso à água transforma-se numa necessidade mais estratégica do que a posse de petróleo.

Água depende de florestas. Temos o direito de destruí-las ainda mais? A qualidade do solo, para produzir alimentos, depende das florestas. Elas também são fundamentais para o equilíbrio climático, objetivo de todas as nações do planeta. Sua retirada irresponsável está ainda no centro das causas de desastres ocorridos em áreas de risco, que tantas mortes têm causado, no Brasil e no mundo.

Tudo o que aqui foi dito pode ser resumido numa frase: vamos usar, sim, nossos recursos naturais, mas de maneira sustentável. Ou seja, com o conhecimento, os cuidados e as técnicas que evitam sua destruição pura e simples. É mais do que hora de o País atualizar sua visão de desenvolvimento para incorporar essa atitude e essa visão sustentável em todas as suas dimensões.

Tal como a Constituição reconhece a manutenção das florestas como parte do projeto nacional de desenvolvimento, cabe ao poder público e nós, cidadãos brasileiros, garantir que isso aconteça. Devemos aproveitar a discussão do Código Florestal para avançar na construção do desenvolvimento sustentável. Para isso, é de extrema importância que o Senado e o governo federal ouçam a sociedade brasileira e jamais esqueçam que seus mandatos contêm, na origem, compromisso democrático inalienável de respeitar e dialogar com a sociedade para construir nossos caminhos.

O Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, criado pelas instituições abaixo assinadas, convoca a sociedade brasileira a se unir a esse desafio, contribuindo para a promoção do debate e a apresentação de propostas, de modo que o Senado tenha a seu alcance elementos para aprovar uma lei à altura do Brasil.

Fonte: Site www.florestafazadiferenca.org.br, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

As entidades que assinaram o manifesto se tornaram membros do Comitê¹⁷. Como afirma Gilberto Carvalho, da CNBB:

A ideia era reunir gente que tem bandeiras de luta ou representa setores da sociedade bem diferentes, mas que conseguissem construir uma compreensão do que era fundamental nesse processo, colocando para a população de forma honesta e com dados qualificados o risco que o projeto de lei representava para o futuro das florestas

(CARVALHO, 2014)

O Comitê reunia 185 organizações da sociedade civil e pretendia mobilizar os brasileiros a manifestarem sua discordância à proposta de legislação aprovada na Câmara dos Deputados e com isso, sensibilizar a presidenta Dilma Rousseff e o Congresso para aprovação de uma legislação que: garantisse efetivamente a conservação e uso sustentável das florestas em todos os biomas brasileiros, tratasse de forma diferenciada e digna agricultores familiares e populações tradicionais, garantisse a recuperação florestal das áreas ilegalmente desmatadas, reconhecesse e valorizasse quem promove o uso sustentável, contribuísse para evitar desastres ambientais e ajudasse a garantir água de boa qualidade para as cidades e acabasse de vez com o desmatamento ilegal¹⁸.

Os integrantes eram desde Fórum de ex-ministros do meio ambiente, a movimentos do campo como Via Campesina e Central Única de

¹⁷ Veja quem são as 185 entidades que compuseram o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável pelo link:

<http://www.florestafazadiferenca.org.br/manifesto/>

¹⁸ Informação retirada de: <http://www.florestafazadiferenca.org.br/quem-somos/>

Trabalhadores (CUT), organizações ambientalistas como WWF-Brasil, Greenpeace, Instituto Socioambiental (ISA), entidade religiosa, a exemplo da Comissão Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem de Advogados do Brasil (OAB) e outras organizações sociais que não são ligadas, em princípio, ao meio ambiente, o que na opinião de Mario Mantovani, da Fundação Mata Atlântica, “significa que o coletivo tinha uma representação da sociedade bastante forte, contra o Código Florestal”.

Nesse contexto, inserem-se como integrantes do Comitê instituições que possuam como propósitos a conservação do ecossistema e o desenvolvimento sustentável, o que conforme defende Leff (2007) pode caracterizar-se como de movimentos ambientais, uma vez que:

Caracterizam-se por sua composição pluralista e pela heterogeneidade de seus atores sociais que vão conformando alianças em torno de objetivos comuns: a sobrevivência da espécie humana, a conservação da natureza, a diversidade étnica, a auto-suficiência alimentar, a seguridade social, o equilíbrio ecológico, a qualidade de vida e a participação comunitária na gestão dos recursos.

(LEFF, 2007, p. 113)

Kenzo Jucá (2014), representante do WWF-Brasil no período de debate do Código Florestal, contou que o Comitê foi um organismo com alto grau de representação. Segundo ele, “do ponto de vista institucional, organizativo foi um coletivo que representou a totalidade do movimento social brasileiro e desenvolveu um canal de diálogo com setores da sociedade muito fortes”. Kenzo disse ainda, que o Comitê conseguiu ir além no debate e tratar do tema ambiental, que geralmente “atinge quem tem um nível de escolaridade mais elevado e faz parte de uma extrato social que corresponde à classe média, com os mais variados movimentos, a exemplo da participação do Movimento dos Sem Terras (MST), nas manifestações de rua, o que rompe a ideia de que a atuação do Comitê era de ONGs ambientalistas”

A instituição do Comitê ocorreu quando o debate do Código Florestal já acontecia no legislativo. Rubens Gomes (2014) acredita que a intenção de criar este coletivo foi também:

Reduzir os danos que já eram postos à lei pelo Deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Ou seja, minimizar as consequências negativas para a questão ambiental e, claro, que a intenção era também informar a sociedade dos reais impactos do PL, para que ela pudesse participar do debate e fazer o controle social.

(GOMES, 2014)

À medida que acirrou o debate sobre a alteração do Código Florestal nos últimos dois anos anteriores à sanção da presidenta Dilma Rousseff, a base ruralista do Congresso Nacional passou a acusar a agricultura familiar como principal prejudicada das dificuldades de produção advindas de regras de proteção ambiental. O argumento foi aplicado pelo relator do novo texto do Código Florestal na Câmara dos Deputados, deputado Aldo Rebelo, e o fato gerou desgosto entre uma parcela importante das organizações representativas da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais, estimulando uma participação mais efetiva do setor nos debates sobre a legislação ambiental.

A disputa que estava caracterizada pela polarização entre ambientalistas versus ruralistas, ganhou um novo ator. Luis Zarref (2014), representante da Via Campesina, contou que em grande medida, as entidades que defendem práticas sustentáveis de cultivo, se aliaram às organizações ambientalistas na oposição às propostas da bancada ruralista.

A aliança formada por dois segmentos fortes, com perfis diferentes e detentores de conhecimentos distintos resultou em ganhos para a potência do debate para a proteção do meio ambiente e para que trate de forma diferenciada e digna agricultores familiares e populações tradicionais. Apesar das diferenças de atuação, as organizações da agricultura familiar e as ambientalistas, conseguiram construir um consenso e atuar juntas. Enquanto o movimento social ocupava as ruas, o movimento ambiental mobilizava ações nas redes sociais digitais, para pressionar que a presidenta vetasse o PL.

(ZARREF, 2014)

Zarref (2014) contou ainda que embora a Via Campesina dependa das organizações de base para se posicionar e manifestar, suas ações ocorrem em razão do coletivo. Com isso é possível concordar com a afirmativa de Bimber (2012) que agir coletivamente requer associação voluntária com

outras pessoas que dividem interesses comuns, porém em alguns casos com identidades diferentes a fim de buscar a solução para um problema.

O representante da Via Campesina falou ainda que:

O momento era propício não só para fazer o debate sobre as mudanças no Código Florestal como para incluir outros segmentos na discussão e mostrar para o mundo que a proposta desagradava a todos os outros segmentos que não eram os ruralistas. Talvez com essa estratégia conseguíssemos pressionar ou sensibilizar mais Deputados para se opor ao PL.

(ZARREF, 2014)

A ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva disse em reportagem publicada no portal Agência Brasil, que “o Comitê dá a oportunidade de as pessoas saírem do papel de observadoras e para passar a agir”. Otimista sobre a formação da coalização e as campanhas propostas, ela afirmou que a intenção era “mobilizar as pessoas para que elas deem sustentabilidade política aos 81 senadores. Eles podem fazer uma atualização do Código Florestal à altura das necessidades do Brasil”.

Com característica neutra em termos de bandeiras de luta e pela tradição de trabalho em defesa dos direitos humanos, a Comissão Nacional de Bispos do Brasil, com sede em Brasília-DF, foi escolhida para ser a secretaria executiva do Comitê. Já a articulação das mobilizações era descentralizada por estados – Bahia (Salvador), Minas Gerais (Belo Horizonte), Paraná (Curitiba), Distrito Federal (Brasília), São Paulo (São Paulo), Ceará (Fortaleza), Mato Grosso (Cuiabá), Pernambuco (Recife), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Rio Grande do Sul (Porto Alegre) –, para facilitar e capilarizar as ações e alcançar a população como um todo.

Feito isto, foram criadas também equipes específicas para atuar na capital do Brasil, onde o debate era mais presente. Estas equipes atuavam em três frentes diferentes, a saber: I) lobby ou incidência, como era chamada pelo Comitê, cuja função era dialogar com os parlamentares no Congresso Nacional; II) equipe de geração de conteúdo sobre as propostas que eram discutidas, com a função de propor uma redação do que seria o ideal para o meio ambiente; e III) equipe de comunicação, que tinha como

responsabilidade primordial criar ferramentas de comunicação para dialogar sobre a temática com todos os públicos.

Segundo Rodrigues *apud* Wright (2007), faz parte da ação de lobby uma ampla gama de atividades, que excede a ideia de cultivar boas relações com legisladores para tentar influenciá-los na formulação de políticas públicas. Atualmente o lobby envolve campanhas, a mobilização de cidadãos para persuadir o ator político, a realização de pesquisa de opinião, entre outras atividades.

Vale destacar que a produção de conteúdo era direcionada a colunistas de jornais, professores, jornalistas, políticos e aos militantes mais engajados e se dava a partir de notas técnicas, cartilhas e artigos. Muitas vezes, os dados serviram de subsídio para os porta vozes fazerem pronunciamentos públicos e participarem de entrevistas coletivas.

Já a frente de comunicação investiu esforços na utilização das redes sociais digitais, abrangendo com isso um público com perfil mais específico - adultos, que residem em centros urbanos - conforme atesta a pesquisa da empresa Serasa Experian realizada em 2014, o Facebook alcança principalmente a faixa etária que vai de 25 até 34 anos, representando praticamente 27,42% dos acessos à rede social, com a região sudeste do país concentrando 56,12% de todos esses acessos¹⁹.

Para atingir a população geral, o Comitê contou com o apoio e engajamento de movimentos sociais tradicionais, a exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Central Única de Trabalhadores (CUT), Via Campesina, entre outros (CARVALHO, 2014).

De acordo com Rejane Pieratti (2014), da Fundação SOS Mata Atlântica, embora existisse essa divisão, as responsabilidades e decisões

¹⁹ Todos os dados relacionados a esta pesquisa podem ser checados por meio do link: <http://noticias.serasaexperian.com.br/facebook-e-lider-entre-redes-sociais-em-fevereiro-no-brasil-de-acordo-com-hitwise/>

eram compartilhadas. “As reuniões contavam com a participação de membros das três equipes e a decisão era conjunta” (PIERATTI, 2014).

No site do Comitê - www.florestafazadiferenca.org.br -, quem o visita tem acesso a dados e informações que explicam o que é o Comitê, as entidades filiadas, manifesto, como participar, notícias e vídeos. No site é possível encontrar também um link explicativo “saiba mais” com informações gerais em torno da lei e assinar abaixo-assinados em que eram enviados aos Deputados e/ou Senadores, pedindo alterações no texto do novo Código Florestal.

Com relação ao uso das redes sociais digitais, o Comitê criou uma conta no Twitter em agosto/2011 (florestafaz), com 7.209 seguidores. No Facebook a conta foi criada também em agosto de 2011, com a presença de 59.333 fãs.

O próximo tópico se dedicará à análise mais sistemática da atuação do Comitê no Facebook, o qual permitirá avaliar como ocorreu a interação entre este coletivo de OSCs e a população, bem como a participação dos cidadãos nas ações.

5.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO COMITÊ NA INTERNET

O Comitê fez além de mobilizações de rua, o uso dos meios de comunicação, das mídias eletrônicas e das redes sociais digitais com o objetivo de divulgar suas ações e informar a sociedade das adversidades no Código Florestal no que diz respeito à preservação do meio ambiente, à qualidade do ar e da água e à justiça social.

Alexandra Reschke (2014), representante do Instituto Democracia e Sustentabilidade, ressaltou que, para conseguir alcançar o mais variado público, o Comitê trabalhou também com a imprensa tradicional, por meio do envio de notas técnicas para os jornalistas, realização de coletivas de imprensa e divulgação de releases. Mas disse que não foi feito um planejamento estratégico prévio, nem mesmo para a atuação nas redes sociais digitais. “Tinha-se uma intenção que era mobilizar os brasileiros para

manifestarem-se contra a alteração do Código Florestal, mas não foi discutido como faríamos a abordagem com o público. À medida que o conteúdo era gerado no Facebook, a população interagiu, curtiu e comentava. Tudo aconteceu espontaneamente”, disse ela.

Na mesma linha, Renata Camargo (2014), do Greenpeace, contou que algumas organizações, as mais fortes nas redes sociais, capitaneavam as ações *on-line*, trabalhando mensagens que não eram construídas numa estratégia conjunta, mas faziam parte de um discurso guarda-chuva, o “Veta Dilma”, por exemplo. Segundo a entrevistada, o motivo de não se ter uma estratégia coletiva é a falta de consenso em itens mais específicos do texto do Código Florestal, o que dificultava a construção de uma ação mais estruturada com a população. Entretanto, ela contradiz sua afirmação ao falar que o Comitê trabalhou em conjunto com diversos grupos sociais, como o Fora do Eixo, entre outros movimentos urbanos, atribuindo a essa articulação o sucesso das ações.

Salienta-se, aqui, que as ações promovidas nas ferramentas da internet não almejaram reduzir a importância das mobilizações *off-line*, tampouco a relação junto à mídia tradicional e, sim, trabalhar as mais variadas ferramentas de participação disponíveis com vistas a aumentar o alcance do debate e, com isso, agregar mais pessoas na defesa das campanhas contra o Código Florestal.

Com a intenção de reforçar a atuação do Comitê na internet e sua preocupação em engajar um maior número de pessoas para manifestar-se contra a modificação do Código Florestal, destaca-se a participação desse coletivo de OSCs em site, Facebook, Twitter, Youtube, Flickr e na Avaaz.

Quadro 5: Ferramentas digitais utilizadas pelo Comitê no período das campanhas contra o Código Florestal

Ferramentas	Quantidade de postagens
Site	79 notícias
Facebook	92 posts

Twitter	729 Tweets
Youtube	107 vídeos
Flickr	495 fotos
Avaaz	2.186 milhões assinaturas

Fonte: Site do Comitê e as respectivas redes sociais digitais

Carvalho (2014) contou que o primeiro site criado recebeu o título homônimo de “Floresta Faz a Diferença” e o *design* trabalhado não atendia aos movimentos sociais, principalmente, aqueles ligados à agricultura familiar. “Os integrantes do Comitê de base mais tradicional, não se identificaram com a página eletrônica que foi lançada e, então, uma outra página foi feita com uma cara mais de militância e com o nome do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável. Mas o site que atingiu um significativo número de cidadãos foi o primeiro e, reconhecendo seu sucesso, as organizações concordaram de trabalhar neste”, explicou Carvalho. As redes sociais digitais – Facebook e Twitter – também receberam o mesmo nome de Floresta Faz a Diferença. Para Kenzo Jucá (2014):

A presença da internet nesse contexto quebra o velho paradigma de lideranças de organizações tradicionais que, historicamente, eram os porta-vozes do debate e os responsáveis por dar a dinâmica ao movimento, descentralizando a discussão para outros setores.

(JUCÁ, 2014)

Nesta mesma linha, Pedro Ivo, representante do Instituto Marina Silva, contou que no início o Comitê era dependente das mobilizações dos movimentos sociais tradicionais, mas em pouco tempo a atuação nas ferramentas da internet ganhou força e superou, em se tratando de número de indivíduos participantes, as ações *off-line* lideradas pelos movimentos tradicionais, aumentando os repertórios desses movimentos.

A maioria das manifestações de rua, sobretudo, as que ocorreram em outros estados que não fossem São Paulo e Distrito Federal, eram pequenas (50 a 100 pessoas), ou seja com baixa quantidade de participantes. Já nas ações *on-line* havia um elevado número de

indivíduos envolvidos, seja curtindo, comentando, compartilhando ou produzindo informações.

(IVO, 2014)

Esse dado vai de encontro com as formulações postas no capítulo V, de que a internet possibilita aos indivíduos menos envolvidos nas práticas políticas tradicionais de participarem de debates *on-line*, possibilitando a disseminação de informações, a mobilização de várias pessoas em torno de uma causa específica.

Este dado confirma a afirmação de Hindman (2008) de que a internet tem um papel democratizante importante, pois permite a participação de mais pessoas nos debates políticos:

Novas formas de organização na internet ajudaram a recrutar cidadãos inativos para a participação política. O ciberespaço se tornaria um fórum robusto para o debate político. A abertura da internet permitiria que os cidadãos competissem com os jornalistas na criação e difusão de informações políticas.

(HINDMAN, 2008, p. 1-2)

Rubens Gomes (2014), do Grupo de Trabalho Amazônico, contrapõe esse pensamento ao afirmar que as ferramentas da internet são muito importantes, mas ainda não são uma realidade dos movimentos sociais.

Os movimentos estão, em grande maioria, localizados em zonas de difícil acesso. O serviço de internet no Brasil ainda é muito precário, o que conseqüentemente se torna mais complicado para estes que estão localizados nestas áreas. Outro problema enfrentado pelos movimentos sociais é a dificuldade de manuseio de equipamentos tecnológicos. E a carência de capacitação faz com que estes atores fiquem mais à margem da exclusão.

(GOMES, 2014)

Esta discussão também é desenvolvida em outros estudos empíricos tratados neste trabalho. Stabile (2012), por exemplo, ressalva que por não estar presente em todo o território e não ser acessível a toda a população, a internet pode ser caracterizada como excludente social e digital. Segundo o autor, no Brasil, a diferença da qualidade de acesso advém da falta de infraestrutura, poder aquisitivo para obtenção dos meios necessários ao

acesso, educação da população e desigualdades culturais, que devem ser desenvolvidos para garantir um mais amplo e melhor uso da mesma.

Oliveira (2000) defende que o uso da internet não confere democracia uma vez que possui obstáculos econômicos para aquisição dos equipamentos, ausência de infraestrutura em alguns locais e carência de capacitação adequada da população. Mas pode contribuir para seu avanço, apesar da sua natureza excludente.

O grande legado apontado pelos entrevistados foi a campanha “Veta Dilma” que, de acordo com Kenzo Jucá (2014), foi o primeiro grande ensaio das mobilizações de junho de 2013. E está entre as cinco campanhas mais importantes desde a redemocratização ocorrida na década de 30 - Diretas Já em 1984, greve geral dos trabalhadores em 1989, impeachment do Collor em 1992, aprovação da Ficha Limpa em 2010 e, por fim, o Veta Dilma e/ou Veta Tudo Dilma em 2011.

Os entrevistados se contradizem sobre o fato de a campanha “Veta Dilma” ser uma das maiores da história brasileira. Na opinião de Renata Camargo, do Greenpeace, esta foi uma grande campanha do movimento ambientalista, mobilizou um número significativo de cidadãos na internet e nas ruas, mas não entra para o rol das maiores campanhas políticas nacionais” (CAMARGO, 2014).

André Lima (2014) atribuiu o resultado do “Veta Dilma” também ao trabalho de incidência política dentro do Congresso Nacional.

A bancada ruralista é considerada o mais poderoso grupo de interesse no Parlamento brasileiro e seu objetivo é promover uma agenda que inclui o perdão da dívida de agricultores, a expansão de terras cultiváveis no país, entre outras bandeiras. No debate do Código Florestal, havia de um lado, no Congresso Nacional, um jogo de forças entre parlamentares ruralistas e de outro a sociedade civil mobilizada para garantir a efetivação da proteção das florestas e de seus povos e os poucos parlamentares que são comprometidos com as causas ambientais. Esse embate foi fundamental para cobrar intervenção da assessoria parlamentar da Presidência da República no processo de votações no plenário e, em seguida, para pressionar para que a presidenta vetasse a legislação. Acredito que se não tivéssemos feito essa atividade de pressão, não teríamos hoje um Código Florestal. Embora na Lei 12.651/2012 as regras sejam altamente flexíveis, vemos um

conjunto de regras. Se não tivesse tido lobby e mobilização da sociedade civil, não teríamos regras.

(LIMA, 2014)

Além disso, diz Raul do Valle (2014), do Instituto Socioambiental, a atuação nas redes sociais digitais teve a destreza de tratar de forma humorada um assunto que é árido e técnico.

O esforço da equipe de comunicação de usar a internet para conscientizar o público leigo sobre o projeto que modifica o Código Florestal e a presença do Veta Dilma nas redes sociais visível para uma parcela significativa da sociedade foi bastante estratégica. Se você usa o Facebook, certamente viu algum amigo compartilhar alguma imagem da campanha "Veta, Dilma!". A discussão entrou para o rol de assuntos mais abordados na web e continuou em alta mesmo quando o Comitê decidiu alterar os dizeres para "Veta tudo, Dilma!", por uma questão técnica, uma vez que não era mais possível corrigir o texto com vetos parciais.

(VALLE, 2014)

A participação de celebridades como Wagner Moura, Gisele Bündchen, Rodrigo Santoro, entre outros para alertar as pessoas, por meio de vídeos e fotos, sobre os prejuízos que o projeto poderia trazer ao país foi o primeiro passo para popularizar o tema, até então restrito a políticos, ambientalistas e gente politizada. É importante ressaltar também o papel das redes sociais digitais, que devido à forma de comunicação rápida e de larga escala, ajudou a dar visibilidade nacional ao debate.

Membros do Comitê conferem ao ambiente virtual um canal de comunicação complementar e não um espaço único de atuação.

A campanha Veta Dilma e nenhuma outra campanha não foram campanhas de internet ou campanhas *on-line*. As ferramentas digitais, especialmente o Facebook, eram uma parte de uma estratégia complementar que reforçava as campanhas que estavam acontecendo nos corredores do Congresso e nas ruas do Brasil. O processo estava muito mais vinculado à vida real. A internet entrou como apoio.

(MANTOVANI, 2014)

Esta é uma posição unânime entre os entrevistados, que concordaram que as campanhas não podem ser caracterizadas como de internet ou *on-line*. Eles reconheceram o papel importante da internet, principalmente do

Facebook, como um espaço de articulação e comunicação, que contribuiu muito para dar visibilidade às ações, mas afirmaram que o Comitê não se apropriou das ferramentas digitais como principais meios para promoção das ações contra as alterações do Código Florestal.

O movimento ambientalista utilizou diferentes formas de atuação que vão desde passeatas, vigílias e manifestações no Congresso Nacional à disseminação de informações e divulgação da campanha em ferramentas *on-line* (Twitter, blog, site e Facebook). Para essa pesquisa, optou-se por estudar a *fan page*²⁰ do Comitê no Facebook, devido a sua grande penetração social entre os internautas brasileiros, potencial de interatividade e pelo fato de o Comitê indicar este instrumento como o mais ativo no processo.

A administração do site e das redes sociais era realizada pela equipe do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), de São Paulo-SP, por ter condições em termos de infraestrutura física e operacional de assumir essa demanda. O IDS era uma das poucas organizações que tinha, à época, profissionais de publicidade/webdesign e de redes sociais no corpo funcional. Destaque para o Greenpeace e WWF-Brasil que também já contavam com especialistas nestas áreas, as demais organizações tinham contas nas redes sociais digitais, mas não dispunham de uma pessoa para essa função especificamente. Atualmente, várias outras entidades, como o ISA, a Fundação SOS Mata Atlântica e o WWF-Brasil ampliaram o setor de comunicação, incorporando um especialista de redes sociais digitais na equipe.

5.3. Avaliação do Facebook do Comitê

Para esta dissertação, foi examinada a *fan page* do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, criada em 03 de

²⁰ Fan page significa página de fãs e é uma modalidade de conta oferecida pelo facebook, direcionada para pessoa jurídica, ou seja, empresa e organização como um todo. A grande diferença desta categoria comparada ao perfil, que é a modalidade adotada por pessoa física, é que esta não tem limite quanto ao número de pessoas que podem curtir a página. Este estudo abordará a conta do Comitê ora como fan page e ora como página, para designar a mesma conta.

agosto de 2011 e que conta, no dia 16 de novembro de 2014, com 59.360 curtidas.

A primeira publicação na página foi feita em 12 de agosto de 2011, mas só em 07 de dezembro deste mesmo ano que o Comitê deu início à primeira campanha contra as modificações do Código Florestal na rede social digital, com os dizeres “Veta Dilma”. A partir daí novas campanhas foram lançadas, até que a última delas se encerrou em 05 de novembro de 2012.

Para este estudo, foram examinadas as postagens feitas desde 07 de dezembro de 2011 a 05 de novembro de 2012, abrangendo todo o período de realização das quatro campanhas contra o Código Florestal, promovidas pelo Comitê.

Neste período, 47.894 mil pessoas curtiram a *fan page*, mas ao analisar o gráfico 1, na página seguinte, é possível perceber um aumento continuado no número de curtidas. Outro aspecto que chama atenção no gráfico 1 é a acentuada elevação na quantidade de fãs que em abril de 2012, marcava 26.976 e após dois meses, em junho de 2012 este número aumentou para 41.737.

O que caracteriza esse expressivo acréscimo de curtidas na página é a ocorrência da campanha “Veta Dilma”, o que confirma a opinião dos entrevistados de que esta foi a ação do Comitê mais relevante e intensa. Além de que o mês de maio foi o que teve maior número de posts, em segundo lugar em quantidade de posts está o mês de abril e em terceiro o mês de junho, sendo que a grande maioria das mensagens se relacionam à campanha “Veta Dilma”.

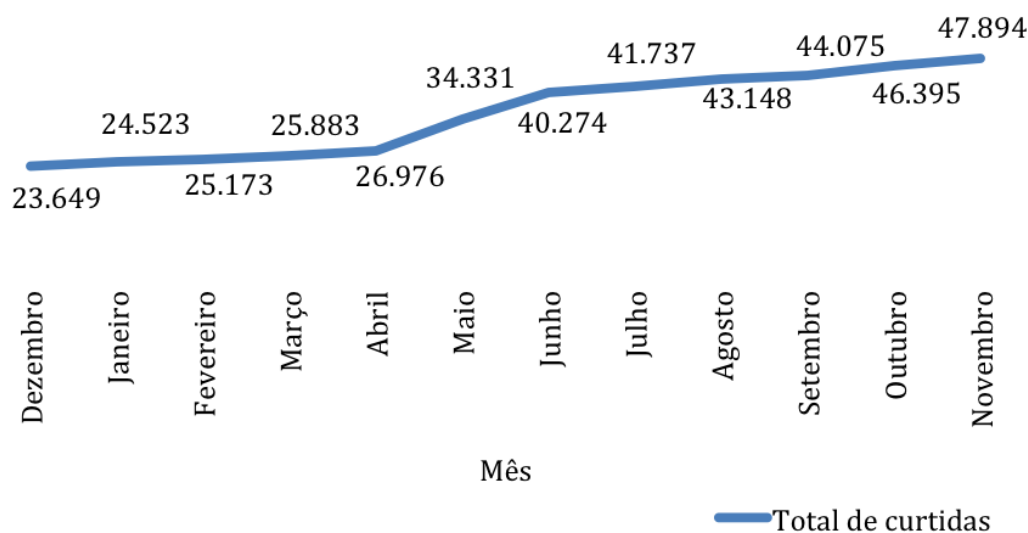
A campanha Veta Dilma teve um apelo generoso, que era a defesa da floresta, o que despertou a vontade de muitas pessoas de se empenhar nas ações. Esse fator aliado à proposta de militância instantânea, simples e sem burocracia das redes sociais digitais resultou na maior mobilização da história do Brasil. No início, posso comparar ao movimento da Ficha Limpa, que foi a primeira campanha de internet, mas no desenvolvimento ficou claro que o Veta Dilma superou em muito o Ficha Limpa, sobretudo, por ter existido interação com a sociedade.

(CARVALHO, 2014)

Apesar do “Veta Dilma” ter sido uma campanha com um apelo forte e ter motivado as pessoas para assinar e aderir à petição, o “Ficha Limpa” é ainda o maior exemplo recente de mobilização *on-line* no Brasil.

A campanha Ficha Limpa, coordenada pela Avaaz, alcançou no período de quatro meses, 2 milhões de assinaturas em favor do veto à candidatura de políticos condenados por colegiado em processos não concluídos. Essa foi a primeira grande mobilização de iniciativa popular na internet e, portanto, ficou conhecida em todo o mundo pelo potencial de engajar os cidadãos, repercutir na mídia e pelo seu impacto na política, uma vez que se tornou lei em 2010 (Lei Complementar nº 135). Ela tratou de um tema de indignação dos brasileiros como um todo, teve uma estratégia política bem amarrada e coordenada com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e contou apenas com recursos *on-line*, diferentemente do “Veta Dilma”, que de acordo com os membros do Comitê não pode ser vista como uma mobilização exclusivamente de internet.

Gráfico 2: Curtidas na Fanpage do Comitê (de 07 de dezembro de 2011 a 05 de novembro de 2012)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados retirados do Facebook do Comitê, www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

Todas as 92 postagens publicadas pelo Comitê no período delimitado foram analisadas. A seguir o estudo traz os dados referentes ao: 1) Perfil

dos usuários (gênero, faixa etária e localidade), para compreender a representatividade das campanhas e constatar qual público participou das ações no ambiente *on-line*; 2) quantidade de postagens, o número de curtidas, comentários e compartilhamentos de cada postagem, a presença de elementos virtuais utilizados nos posts, ou seja, imagem, vídeo, áudio, link para alguma outra ferramenta do Comitê e link para ambiente externo e origem das visitas, com o objetivo de averiguar se houve interação (diálogo) entre os internautas e o Comitê e se as ações desenvolvidas pelos usuários revelam uma participação política da população; 3) classificação do conteúdo dos posts e métricas das publicações, a fim de compreender a atuação do Comitê, revelar a intenção nas ações comunicativas e verificar quais foram os temas que despertaram nos usuários o interesse por utilizar mais os elementos de interação dispostos no Facebook.

As análises dos dados foram divididas em três etapas diferentes para coduzir o leitor aos resultados das análises que deverão, ao final, alcançar os objetivos propostos.

No intuito de examinar estes dados com mais detalhe a pesquisadora foi elevada a administradora da página e graças a este *status* teve acesso às mensagens privadas e à verificação de métricas variadas.

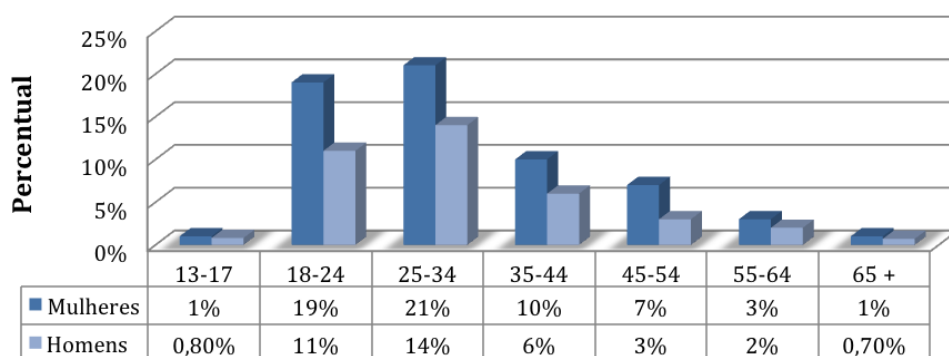
5.3.1. Perfil dos usuários: gênero, faixa etária e localidade

Do total de fãs da *fan page* do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável 63% são mulheres e 37% homens, sendo a percentagem de mulheres nesta página acima do número de mulheres em todo o facebook (46%) e, seguindo o mesmo raciocínio, a percentagem de homens é abaixo da quantidade de homens que estão no facebook como um todo (54%).

A maioria destas pessoas tem entre 25 e 34 anos, mas em segundo lugar estão os internautas entre 18 e 24 anos, sendo que 19% destes são mulheres e 11% são homens, o que está coerente com o dado apresentado anteriormente de que os adultos (25-34 anos) lideram os acessos de todo o Facebook. Quanto à localidade das pessoas, é importante destacar que

cerca de 95% vivem no Brasil. Dentre as cidades com maior número de fãs do Comitê no Facebook estão São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Curitiba, ou seja, sudeste conforme os resultados da pesquisa realizada pela empresa Serasa Experian indicados no capítulo 4. Veja as informações dispostas nos gráficos abaixo:

Gráfico 3: Gênero e faixa etária das pessoas que curtiram o Facebook do Comitê



Fonte: www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

Quadro 6: Localidade das pessoas que curtiram o Facebook do Comitê

País	Seus fãs	Cidade	Seus fãs
Brasil	56.074	São Paulo	9.042
Estados Unidos	547	Rio de Janeiro	4.263
Portugal	453	Brasília	1.693
Itália	181	Belo Horizonte	1.576
Argentina	160	Curitiba	1.368
Espanha	159	Salvador	1.269
Reino Unido	145	Fortaleza	1.190
Alemanha	144	Porto Alegre	1.091
França	143	Recife	58

Fonte: Elaboração própria, com base em dados retirados do Facebook do Comitê, www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

Os dados apresentados vão de encontro com a afirmação de Gilberto Carvalho (2014), da CNBB, sobre o público presente nas redes sociais digitais – “jovens, que residem em centros urbanos”. Destaque também para o fato de que os dez estados/cidades com maior número de adeptos ao Facebook são justamente onde o Comitê está articulado para a realização de

ações - Bahia (Salvador), Minas Gerais (Belo Horizonte), Paraná (Curitiba), Distrito Federal (Brasília), São Paulo (São Paulo), Ceará (Fortaleza), Mato Grosso (Cuiabá), Pernambuco (Recife), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Este resultado pode confirmar a declaração de Pipa Norris (2001) de que a articulação *off-line* é essencial para se ter a participação popular nas atividades *on-line*.

Por outro lado, esta análise evidencia a característica da internet como excludente digital e social apontada por alguns estudiosos (Stabile, 2012; Norris, 2001 e Mossberger, 2003) e defendida por Rubens Gomes (2014), do GTA, em entrevista. Esta constatação leva a crer que as NTICs apesar de muito importantes para a ampliação da causa ambiental, ainda são instrumentos que atendem apenas um segmento da sociedade, jovens, classe média, escolarizados e de zonas urbanas, já que o acesso em áreas rurais ou municípios menores ainda é limitado.

Há de se ressaltar, a partir deste resultado, que as campanhas podem não ter atingido a população geral, uma vez que os usuários do Facebook, ferramenta eleita pelos entrevistados como a mais importante no processo de divulgação das ações, abrangem prioritariamente um segmento específico da sociedade. Entretanto, para confirmar essa afirmativa com mais propriedade é preciso fazer uma pesquisa mais aprofundada considerando as demais ferramentas *on-line* e *off-line* utilizadas pelo Comitê.

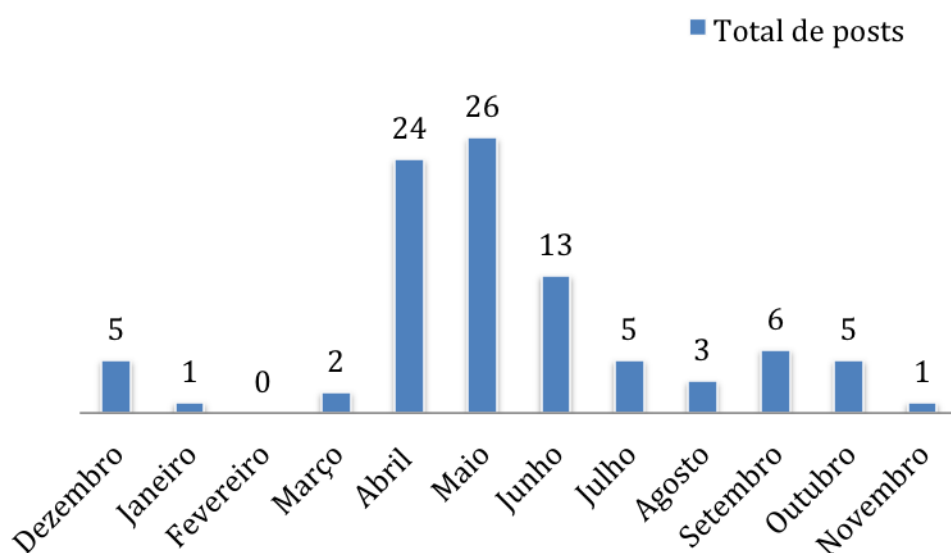
5.3.2. Número de posts e origem das visitas

Nos dez meses analisados, o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável publicou um total de 92 posts, sendo que os meses com maior quantidade de publicações foram: maio de 2012, com 26 (ocasião da campanha “Veta Tudo Dilma”); abril de 2012, com 24 (ocasião da campanha “Veta Dilma”); e junho de 2012, com 13 (ocasião da campanha “Veta Tudo Dilma”).

Os meses de maior número de posts são os meses que antecedem a votação do PL na Câmara dos Deputados (abril e maio) e junho, quando ocorreu a Conferência de Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, no Rio de

Janeiro. Assim, pode-se dizer que nestes meses o Código Florestal e a questão ambiental eram assuntos também de destaque da mídia tradicional, atestando o que Mario Mantovani (2014), da Fundação SOS Mata Atlântica disse na entrevista, que o Facebook é utilizado pelas organizações como uma ferramenta complementar. Este entendimento vai ao encontro com o colocação de Borges (2011) de que o uso da internet cuida de complementar as outras ações existentes, não gerando com isso uma nova forma de participação, mas reconhecendo-se como um novo ambiente que contribui para relações sociais e políticas.

Gráfico 4: Quantidade de posts na fanpage do Comitê



Fonte: Elaboração própria, com base em dados retirados do Facebook do Comitê, www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

Deste total de 92 posts, 18 deles não contaram com recursos de mídia - imagem, vídeo, ou link -, o que permite aferir que o Comitê fez uso de instrumentos que geram proximidade, empatia e permitem a interatividade com o público. As imagens que ilustram os posts são na grande maioria de banners das campanhas (23) ou são fotos de alguma mobilização/ação programada da campanha (23).

A correlação entre a presença de imagens e as formas de interação do Facebook mostra que os posts que contém imagens são os mais curtidos, comentados e compartilhados. Em contraposição, as mensagens sem

recursos visuais atraem menos a atenção dos indivíduos. Isso significa que, se a organização quiser favorecer a interação, o ideal é que faça uso de imagens.

Considerando o objetivo de mobilizar os brasileiros a manifestarem sua discordância da lei do Código Florestal, ou seja, estimular a participação política dos indivíduos no debate, pode-se inferir que o uso de imagens das campanhas nos posts proporcionou um ambiente mais atrativo com vistas à participação e interação.

Foram postados quatro vídeos de mobilizações arranjadas por indivíduos, outros dois vídeos que levam a mensagem de pedido de veto para a presidenta Dilma Rousseff, sendo um pedido feito pela atriz global Camila Pitanga durante evento presidencial e o segundo é com a ex-ministra Marina Silva, em discurso na Cúpula dos Povos, na Rio+20.

Estes vídeos foram produzidos de maneira espontânea por pessoas que estavam presentes nos atos e filmaram as ações pela câmara do celular. Tal atitude demonstra o interesse de contribuir e/ou participar das campanhas.

Figura 6: Imagens das campanhas divulgadas no Facebook do Comitê

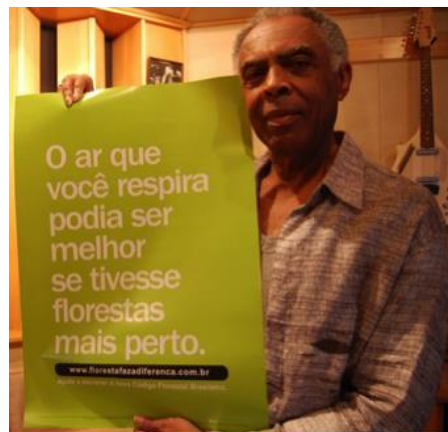




Fonte: www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

Outra estratégia bastante utilizada nessa página do Facebook, foram as fotos de atores e cantores, como Wagner Moura, Gilberto Gil, Otto, Arnaldo Antunes, Rodrigo Santoro, Regina Casé, Lenine, Victor Fasano, entre outros com cartazes contendo dizeres em prol da questão ambiental, a saber: “o ar que você respira poderia ser melhor se tivesse florestas mais perto. Floresta faz a diferença. Ajude a escrever o novo Código Florestal Brasileiro”, “este rio poderia ser mais limpo se tivesse florestas nas margens. Floresta faz a diferença. Ajude a escrever o novo Código Florestal Brasileiro”, “este solo poderia ser melhor para plantar se tivesse florestas mais perto. Floresta faz a diferença. Ajude a escrever o novo Código Florestal Brasileiro”.

Figura 7: Fotos de personalidades com cartazes de campanhas divulgadas no Facebook do Comitê



Fonte: www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

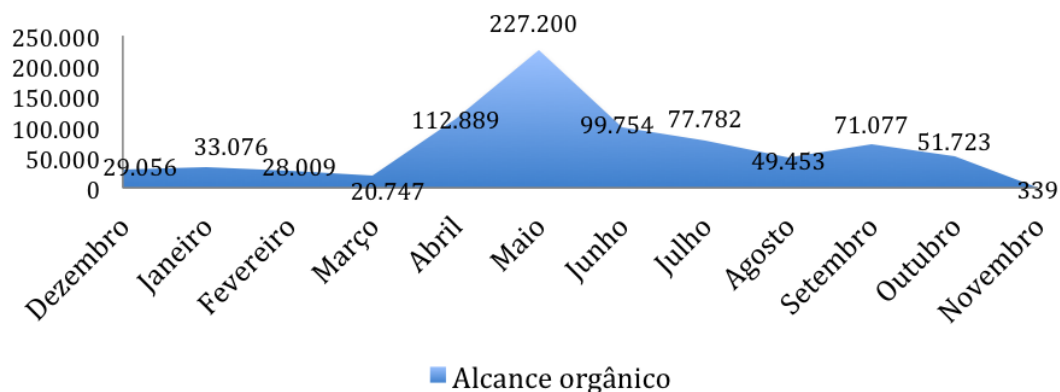
Percebe-se nas mensagens publicadas pelo Comitê não só um apelo para a preservação das florestas, mas também um chamamento para questões adjacentes à pauta ambiental, a exemplo da contaminação de água, poluição de ar, excessivo uso de agrotóxico, desertificação, entre outros temas. Mas o risco da proposta para a agricultura familiar ou o impacto da lei para quem vive na cidade não foram abordados em profundidade, o que transmite a ideia de ausência de consenso entre os grupos pertencentes ao Comitê para as ações e discursos, o que corrobora a fala de Renata Camargo (2014), do Greepeace.

Segundo Camargo (2014), a atuação nas redes sociais ocorreu graças ao protagonismo de algumas organizações, como o Greenpeace, WWF-

Brasil e IDS, que assumiram a produção de materiais específicos para o ambiente virtual, sem que houvesse uma estratégia conjunta desenhada previamente entre as organizações afiliadas ao Comitê.

O gráfico abaixo apresenta o alcance das publicações (o número de pessoas para as quais a publicação foi exibida).

Gráfico 5: Alcance orgânico das publicações no Facebook do Comitê



Fonte: Elaboração própria, com base em dados retirados do Facebook do Comitê, www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

Os 92 posts totais das campanhas tiveram um total de 32.846 curtidas, 2.738 comentários e 76.633 compartilhamentos. Estes são os três principais instrumentos interativos que possibilitam o relacionamento entre indivíduos e indivíduo e Comitê na rede social digital, o que indica um salto com relação às mídias tradicionais (rádio, TV e impresso), bem como ao formato estático da web 1.0. Na geração mais recente da internet, o internauta pode compartilhar e reproduzir mensagens, emitir opinião e controlar e editar o conteúdo quando for o caso.

No geral, foi possível constatar que mesmo tendo sido criado recentemente (começou a ser utilizado no mural do Comitê a partir de 03 de agosto de 2011) o número de compartilhamentos é claramente maior e o número de curtidas é o segundo maior. O número de comentários é o menor, o que representaria aproximadamente 8,34% da quantidade dos que curtiram e 3,57% do número de compartilhamento. Esses dados demonstram que os fãs da *fan page* se dispõem pouco a comentar as postagens e discutir o tema na ferramenta *on-line*, ao invés disso há um aumento da visibilidade das

publicações e não um debate qualificado sobre os pontos apresentados da modificação do Código Florestal.

A interpretação das ferramentas que o Facebook oferece é subjetiva, uma vez que podem ser utilizadas em múltiplos sentidos. O curtir, por exemplo, pode também significar muitas vezes o contrário do significado normalmente usado para apreciar algo, a ferramenta pode ser utilizada para demonstrar um desacordo com aquilo que está sendo divulgado, ou seja um não curtir, apresentando um posicionamento contrário à informação publicada. Assim como pode ser meramente utilizado para que o usuário revele aos amigos seu apoio à mensagem, sem necessariamente transmitir a ideia de que este indivíduo tem um posicionamento político ao fato ou que ele queira fazer alguma reflexão sobre a informação postada.

O compartilhamento gera uma ampliação da discussão, mas que também não pressupõe que um debate está sendo estabelecido entre o Comitê e o usuário. É uma forma explícita de passar adiante uma informação de uma outra fonte, aumentando sua visibilidade.

A ferramenta “comentar” demonstra um maior envolvimento do usuário no debate, pois esse tem um maior custo de participação. Mesmo que os comentários geralmente não sejam longos, esta ferramenta apresenta uma potencialidade de gerar uma rotatividade de informações, fazer com que outros links apresentem maior visibilidade e ampliar o debate.

Quadro 7: Número de comentários, compartilhamentos e curtidas por mês

	COMENTÁRIOS	COMPARTILHAMENTOS	CURTIDAS
DEZEMBRO	119	3.445	1.623
JANEIRO	9	44	113
FEVEREIRO	0	0	0
MARÇO	30	290	558
ABRIL	168	4.121	3.808
MAIO	914	39.663	11.565
JUNHO	203	2.785	2.404
JULHO	844	3.007	5.857
AGOSTO	87	3.602	1.039
SETEMBRO	132	10.073	2.236
OUTUBRO	115	4.174	2.042

NOVEMBRO	58	0	942
TOTAL	2679	71.204	32.187

Fonte: Elaboração própria, com base em dados retirados do Facebook do Comitê, www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

De modo geral, chamam atenção os poucos comentários encontrados nas postagens. Mesmo com mais repercussão verificada nas outras formas de interação (curtir e compartilhar), contabilizar poucos comentários é um indicativo de baixa participação ou de pouco debate político. Pois como diz Maia (2000) a internet é uma “arena conversacional”, em que a participação ocorre quando há a prática de argumentação.

Dentre as 92 postagens avaliadas, a publicação com maior alcance de pessoas (102.072) e com mais alto nível de envolvimento, ou seja, cliques na publicação (32.623), curtidas, comentários e compartilhamentos (23.980) é de um artigo produzido pela jornalista Miriam Leitão para o jornal O Globo, comentando as declarações do então ministro dos esportes Aldo Rebelo sobre o episódio de a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ter carregado a bandeira das Olimpíadas na cerimônia de abertura dos jogos olímpicos de Londres. Matéria esta, que não tem relação com o “Veta Dilma” nem sequer cita o Código Florestal, mas que envolve dois atores políticos chaves no processo: Aldo Rebelo, relator do PL e a ex-ministra Marina Silva, que além de compor o Comitê, se posicionou fortemente contra a alteração da lei por meio de notas, artigos divulgados na imprensa e na sua conta de Facebook e Twitter.

Figura 8: Detalhes da publicação com maior alcance no Facebook do Comitê

#florestafazadiferenca
31 de julho de 2012 · 🌐

MUITO MAIS QUE DESCORTÊS
Miriam Leitão (hoje, em O Globo)

As declarações do ministro Aldo Rebelo sobre o fato de a ex-ministra Marina Silva ter carregado a bandeira olímpica poderiam ser apenas mais uma exibição dos maus modos do ministro, ou de suas esquisitices. Mas foi pior do que isso. Sua fala pública e a de outros nos bastidores mostram que eles confundem país com governo, o que é comum apenas em regimes autoritários.
O mal estar gerado por algo que deveria ser visto co...
Continuar lendo



102.072 Pessoas alcançadas

23.980 Curtidas, comentários e compartilhamentos

14.538 Curtidas	4.023 Em uma publicação	10.515 Em compartilhamentos
3.585 Comentários	752 Em uma publicação	2.833 Em compartilhamentos
5.857 Compartilhamentos	5.857 De uma publicação	0 Em compartilhamentos

32.623 Cliques em publicações

32.585 Visualizações da foto	38 Cliques em links	0 Outros cliques ⓘ
--	-------------------------------	------------------------------

COMENTÁRIO NEGATIVO

63 Ocultar publicação	16 Ocultar todas as publicações
1 Denunciar como spam	0 Descurtir Página

Fonte: www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

Os comentários deixados na publicação feita pelo Comitê são, em grande maioria, favoráveis à escolha dos ingleses em ter a ex-ministra Marina Silva como representante do Brasil e das florestas na festa de abertura. Tiveram também muitos comentários defendendo o teor do texto e a opinião da jornalista.

Além disso, foi comum observar mensagens que obtiveram pouco ou nenhum comentário. Dessa forma, verifica-se que o debate público foi mínimo, embora pudesse notar a repercussão e a vontade dos cidadãos de repassar adiante as informações.

No geral, os internautas não fizeram comentários em resposta sobre aquilo que o Comitê divulgou. Os comentários mais frequentes foram opinativos, somente repetindo ou apoiando o que foi publicado, sem nenhuma forma de argumentação ou com posições mais contundentes, sendo normalmente mensagens curtas que só querem evidenciar que apoiam a ação.

Além de que os usuários do Facebook interagiram no Facebook em circunstâncias que não tinham grande relevância para o debate acerca do

Código Florestal. Os internautas não fizeram comentários de teor político, o que indica poucos ganhos democráticos. Como defende Aggio (2011) esta situação trata-se de uma cultura política e valores de uma sociedade pouco participativa em discussões políticas.

5.3.3. Avaliação e classificação dos posts

Para realizar uma avaliação mais fidedigna sobre a interação do Comitê com os internautas e conseguir analisar a participação *on-line* dos indivíduos nas ações promovidas pelo Comitê, foi preciso examinar o conteúdo de todos os 92 posts.

Os posts foram classificados como sendo de: I) divulgação, trazendo informações sobre as campanhas do Comitê contra o Código Florestal ou simplesmente citando o mote da campanha; II) mobilização *off-line*: posts que tratam de mobilizações presenciais; III) mobilização *on-line*: posts que tratam de mobilizações em alguma ferramenta *on-line*; e IV) informação de interesse/notícias: traz informações, artigo, estudo ou matéria de mídia relacionadas a questões ambientais gerais, que tangenciam o interesse principal da iniciativa. Dentre os 92 posts, 37 são de divulgação, 25 são de informação, 21 de mobilização *off-line* e 15 de mobilização *on-line*.

A grande maioria das mensagens do Comitê são referentes à divulgação das campanhas, apresentando banners e/ou o mote da campanha sem a intenção de fornecer a informação de um fato ou fazer reflexões.

De forma geral, o Comitê não se utilizou do Facebook para fazer argumentações sobre o caso do Código Florestal, todavia 24 de suas publicações apresentam links que direcionam para artigos mais argumentativos ou matérias divulgadas na imprensa tradicional.

Alguns estudiosos se apropriam da ideia de que a internet tem o potencial de disseminar informações que não são divulgadas pelas mídias tradicionais. Assim, o que se pode aferir, a partir deste dado, é que as matérias e artigos produzidos pela imprensa tradicional tem grande influência

na transmissão das informações na internet. Ou seja, o Comitê se colocou aqui como uma forma de reverberação e não como fonte de conteúdo próprio.

Ao somar a quantidade de posts classificados como mobilização *off-line* (convite para a população participar de uma manifestação ou apresentação de alguma foto e vídeo de alguma manifestação *off-line*), com os posts classificados como mobilização *on-line* (convocação para os indivíduos compartilharem alguma mensagem, participarem de twitaços, vigílias ou de alguma ação promovida nas ferramentas digitais), tem-se o total 36 mensagens. Este resultado indica que a rede social digital Facebook foi também utilizada pelo Comitê para mobilizar a população para ações, sejam elas de rua ou *on-line*, como twitaço, assinatura de petição, envio de e-mail ou sms para parlamentares, entre outras. De acordo com Rubens Gomes, do GTA:

Está claro que a internet é uma grande ferramenta de mobilização, mas as organizações ainda não sabem utilizá-la para este fim. O movimento social, incluindo também o ambientalista, precisa amadurecer nesse processo. A gente tem a intenção de ecoar uma ação, mas não temos estratégia. Com isso a tendência é sempre falar para dentro, para nós mesmos. Isso é um erro, pois a ação fica diminuta, mas o que ocorre não é somente falta de estratégia, mas incapacidade técnica, falta de equipe e de recurso para trabalhar em duas frentes diferentes.

(GOMES, 2014)

Quadro 8: Análise e categorização das mensagens do Comitê no facebook

Qualidade do Post	Quantidade de post	Utilização de imagens
Divulgação	37	27 e 1 link
Mobilização <i>off-line</i>	21	20
Mobilização <i>on-line</i>	15	11 e 1 link
Informação	25	13 e 6 links

Fonte: elaboração própria, com base em dados retirados do Facebook do Comitê, www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

Ainda sobre interatividade foi verificado que o tom dado pelo Comitê para suas mensagens não é, predominantemente, de diálogo estimulando a participação por parte dos indivíduos e respondendo aos comentários feitos por eles.

5.3.4. Métricas das publicações

O Facebook disponibiliza relatórios que mostram o desenvolvimento da página e/ou publicações. As métricas do Facebook ficam no menu esquerdo da *fan page*, junto com o item "Mural" e "Informações" e trazem dados sobre o desempenho da página em alcance, número de envolvidos e de pessoas falando sobre isso, efeito orgânico e viral, além do número de descurtidas e novas curtidas.

Estas informações foram extraídas numa tabela de excel e tiveram como base as datas relacionadas ao desenvolvimento das campanhas contra a alteração do Código Florestal, de 07 de dezembro de 2011 a 05 de novembro de 2012 e os 92 posts feitos neste período. Veja abaixo a tabela com métricas:

Quadro 9: Métricas relacionadas ao período de 07 de dezembro de 2011 ao 26 de abril de 2012

Métricas	Definição	Veta Dilma	Veta Tudo Dilma	O Jogo Não Acabou	Não Vote em Quem Votou Contrás as Florestas	Total
Alcance total das publicações	O número de pessoas que supostamente podem ter sido atingidas pela publicação associada à página, por meio de um post feito pelo administrador da <i>fan page</i> ou por uma citação de algum fã da <i>fan page</i>	3.415.015	11.340.699	3.760.054	2.915.469	21.431.237

Alcance orgânico da página	O número de pessoas que supostamente visualizaram uma das publicações no feed de notícias ou na seção novidades	642.332	599.005	635.147	474.915	2.351.399
Alcance viral da página	O número de pessoas que supostamente visualizaram a página ou uma das publicações a partir da história compartilhada por um amigo	2.813.353	10.889.343	3.185.686	2.475.202	19.363.584
Alcance da publicação por pessoas que curtiram a página	O número de pessoas que podem ter visualizado uma publicação da página porque curtiram a sua página	80.758	1.030.598	879.621	492.254	2.483.231
Usuários envolvidos	O número de pessoas que clicaram em qualquer lugar nas publicações. Estas podem ser pessoas que curtiram e pessoas que não curtiram a página	92.770	230.700	122.214	139.564	585.248
Usuários falando sobre isso	O número de pessoas que criaram uma história ao interagir com a página	32.112	63.162	64.924	81.168	241.366
Consumos da página	O número de cliques em qualquer conteúdo	219.475	610.876	222.857	26.352	1.079.560
Comentários negativos	Número de pessoas que fizeram comentários negativos na página	588	658	1.671	2.827	5.744

Descurtidas	O número de descurtidas da sua página	776	345	498	582	2201
Novas curtidas	O número de pessoas novas que curtiram a página	6.832	10.904	4.102	4.624	33.948

Fonte: www.facebook.com/florestafazadiferenca, acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

O alcance total corresponde ao número de pessoas que supostamente viram as publicações correspondentes às campanhas. Já o orgânico só registra as visualizações diretamente à página ou relacionadas aqueles que viram o conteúdo no *widget* no site e não através de um amigo de um fã, como um compartilhamento e comentário. Isso significa que houve uma comunicação da *fan page* em outras ferramentas de comunicação, como site e *newsletter*. Ou seja, mesmo quem não é fã está exposto ao conteúdo.

Usuários envolvidos diz respeito à ação de clicar em qualquer parte da publicação, por exemplo, no nome de algum internauta que fez algum comentário ou no link.

Em síntese, a quantidade do alcance total é igual ao número de pessoas que visualizaram qualquer publicação na página e a quantidade de usuários envolvidos corresponde ao número de pessoas que interagiram com as publicações.

A fórmula abaixo ajuda a compreender os resultados alcançados, uma vez que dá uma porcentagem que considera a exposição da página analisada e o número de engajados.

$$\frac{\text{Usuários envolvidos}}{\text{Usuários alcançados}} \times 100 = 2,73\% \text{ dos usuários alcançados}$$

6. CONCLUSÃO

Com as entrevistas realizadas e a observação da *fan page* entre o mês de dezembro/2011 e novembro/2012 e conforme descrito nos exemplos dos quadros e gráficos acima, as informações postadas no Facebook do Comitê são de divulgação e de mobilização (*on-line* e *off-line*) acerca das campanhas contra o Código Florestal lançadas neste período, o que confirma a intenção do Comitê de mobilizar a sociedade para se posicionar desfavorável ao projeto de lei. Porém, ao analisar cada ação no Facebook foi feita também uma avaliação da utilidade e eficácia de suas ferramentas para fins democráticos.

O Comitê não utilizou o Facebook para discussão política acerca do Código Florestal e as mensagens publicadas tampouco apresentaram argumentação política. De modo geral, os posts foram acompanhados dos banners das campanhas ou fotos que fazem um apelo para a questão ambiental e o risco que a proposta apresenta para o meio ambiente caso fosse aprovada.

Os números referentes a curtidas, comentários e compartilhamentos indicam que a divulgação das campanhas na rede social digital contribuiu para tornar o debate do Código Florestal mais conhecido já que percebe-se, ao longo dos meses, um aumento no número de usuários da *fan page*. Por meio do Facebook, o Comitê conseguiu dar visibilidade à sua “luta” e informar a um número maior de pessoas sobre a lei.

O Facebook é uma rede social digital que possibilita aos usuários a formação de redes de amigos, ganhando dimensões rizomáticas na transmissão da informação, em que é possível perceber uma relação direta, como sustenta Castells (2006, p. 141), entre os temas disseminados e “as principais dimensões da nova estrutura social, a sociedade em rede, que passou a se formar dos anos 70 em diante”.

Os cidadãos internautas estão no facebook para uma relação social, de lazer ou para se manterem informados sobre os mais variados assuntos ou transmitirem as informações, mas isso não necessariamente demanda deles

um envolvimento de forma intensa ou um posicionamento para questões expostas.

Quando o alcance de um tópico é amplo tem-se a impressão de que tem alcançado um número elevado de pessoas, porém os dados encontrados demonstram uma repercussão com várias insuficiências e, ainda, uma relação volúvel e distante, apesar das entrevistas afirmarem que o “Veta Dilma” foi a maior mobilização ambiental dos últimos tempos. Contudo, não é possível confirmar esta informação transmitida por parte dos membros do Comitê.

A utilização do facebook pelo coletivo de organizações cria uma aparente proximidade comunicacional e relação com os indivíduos devido a quantidade de número de posts, imagens, vídeos e links, mas o que há na verdade é uma ausência de interação/diálogo entre os usuários e os usuários e o Comitê, que pode ser percebida nos comentários por parte dos internautas e pouco retorno do Comitê, ou seja, uma comunicação restritiva, que dificilmente é de mão dupla e, legitimamente, interativa.

Levando em consideração os três tipos de esfera pública listados no capítulo 3, a que melhor se aproxima à proposta do Facebook é a esfera pública abstrata, ao verificar a existência de interações informais entre pessoas com pensamentos semelhantes. Como defende Habermas, este formato coloca a mídia como um ator importante capaz de articular a participação de indivíduos em um mesmo debate, uma vez que produz informação, que ainda é muito utilizada pela população e, até mesmo, pelas OSCs.

Há a criação de novos laços no Facebook, mas acredita-se que estes apresentam relações frágeis, uma vez que não se nota uma intimidade, proximidade e uma intenção por parte dos indivíduos e do Comitê de se criar e manter uma interação com o internauta. Pela a avaliação feita, as relações parecem esparsas, sem valor afetivo, ocorrendo em decorrência da transmissão de informação

O Facebook apresenta-se como uma rede de relacionamento, que na opinião de Zhang *et al* (2010) se envolver questões políticas nesse ambiente, pode gerar aumento de participação cívica. Mesmo que o Facebook não se apresente como um espaço para participação mais efetiva ou direta, ele pode ser um meio de obtenção de informações importantes para futuras ações políticas dos indivíduos.

Os resultados obtidos através da soma do número de curtidas, compartilhamentos e comentários realizados durante o período de observação da *fan page* evidenciam que as curtidas e os compartilhamentos são os dados mais relevantes, ficando os comentários com uma parcela bem pequena na amostra. Isso demonstra que por meio das curtidas e dos compartilhamentos o Comitê conseguiu difundir suas ideias no ambiente virtual, assim como disseminar informações da temática foco do estudo.

A internet apresenta potenciais positivos e negativos para a promoção da democracia, todavia a participação e a consciência política são questões complexas e que, de acordo com Aggio (2011), estão relacionadas com a cultura cívica e uma cultura política de participação de cada sociedade e até mesmo de cada indivíduo.

Ainda sobre o efeito do Facebook na democracia, Sampaio (2010) ressalta que a existência desse tipo de canal é fundamental para manifestações, contudo isso não implica em um bom funcionamento de uma democracia.

A atuação por parte do Comitê não acarreta mudanças explícitas ou drásticas na práxis política dos indivíduos, nem se apresenta como uma solução para os “déficits democráticos”, conforme expõe Gomes (2006). Contudo a ação na internet pode preparar os cidadãos por meio de informações variadas, para participar de discussões políticas, assim como defende Maia (2007).

O objetivo de aproveitar a capilaridade do Comitê e ecoar o tema em uma parcela significativa da sociedade não pode ser comprovado neste

estudo, pois para afirmar se houve ou não ampla participação da sociedade é necessário realizar um survey com os usuários do Facebook.

Por fim, a pesquisa evidencia que a presença e atuação da população no Facebook torna indispensável que as OSCs estejam cada vez mais presentes nesta rede social digital. Esta tecnologia já tem demonstrado mudanças nas formas de interação, participação e na maneira de fornecer e disponibilizar informação. No entanto, ainda há uma falta de habilidade ou de interesse real das OSCs exercerem um papel mais interativo com a população, o que reflete nos efeitos das redes sociais digitais para a prática política dos indivíduos. Portanto, conclui-se que as ferramentas da internet ainda não são utilizadas pelas organizações da sociedade civil para interagir com os indivíduos e gerar uma ampliação do debate político de forma crítica e democrática, que resultasse no aumento da participação popular.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, C. Internet, eleições e participação: Questões-chave acerca da participação e do ativismo nos estudos em campanhas online. In MAIA, R.; GOMES, W; MARQUES, F (Orgs.) Internet e participação política no Brasil. Porto Alegre. Editora Sulina. p. 175-193. 2011;

AZEVEDO, T.; SCARAMUZZA, C.; VALLE, R.; LIMA, A.. In: Política e Gestão Ambiental pela UnB. Disponível em: < http://www.sosflorestas.com.br/codigo_em_perigo.php >. Acesso em 15 de setembro de 2014. Ano de publicação 2011;

BIMBER, B.; FLANAGIN, A.; e STOHL, C. Collective Action in Organizations: Interaction and Engagement. in an Era of Technological Change. in Communication Society and Politics. 2012;

BORGES. J. Participação Política, Internet e Competências Infocomunicacionais: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador. Tese de Doutorado da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação. 2011;

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. Trad. R. V. Majer. Editora: Paz e Terra. São Paulo. 1999;

_____, M. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. in: Fundação Calouste Gulbenkian. vol. 1. Lisboa, 2002;

_____, M. A Sociedade em Rede. Editora Paz e Terra. 9 ed. São Paulo. 2006;

_____, M. A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Trad. Luiza X. De A. Borges. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. p. 244. 2003;

COSTA, F. A evolução do movimento ambientalista brasileiro. Disponível em: <<http://iesam.org.br/documentos/Movimento%20Ambientalista.pdf>> Acesso em: 02 set. 2014. 2012;

FERREIRA, E. Participação e deliberação: análise do impacto dos usos das novas tecnologias digitais na dinâmica dos orçamentos participativos de Belo Horizonte e Recife. Tese de doutorado, UFMG, Belo Horizonte. 2012;

GISI, M. Os projetos de alteração do código florestal, na visão do MPF. Disponível em < http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/trabalhos-cientificos/reforma_codgo_florestal_gisi.pdf >. Acesso em 10 de setembro de 2014. Ano de publicação 2011;

GOMES, W. Opinião política na internet: uma abordagem ética das questões relativas a censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. In: X Encontro Anual da Compós, 2001. X Encontro Anual da Compós. Brasília. 2001;

_____, W. Internet, censura e liberdade. In: PAIVA, Raquel (Org.). Ética, cidadania e imprensa. Rio de Janeiro: Mauad. p. 133-165. 2002;

_____, W. Apontamento sobre o Conceito de Esfera Pública Política. in: Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas; Ed. UFMG. Belo Horizonte. 2006;

_____, W.; FERNANDES, B.; REIS, L.; SILVA, T. Politics 2.0: A campanha on-line de Barack Obama em 2008. In: Revista de Sociologia e Política, Vol. 17, n 34, Curitiba. 2009;

_____, W. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: Internet e participação política no Brasil. Editora Sulina. Porto Alegre. 2011;

HINDMAN, M. The Myth of Digital Democracy. Princeton University Press. 2008;

LAISNER, R. A participação em questão: ponto ou contraponto da representação na teoria democrática? Estudos de Sociologia, Vol. 14, n. 26, p. 17-35, 2009;

LAUREANO, D. S.; MAGALHÃES, J. L. Q. Código Florestal e catástrofes climáticas. Disponível em < <http://www.correiodacidade.com.br>>. Acesso em 20 de dezembro de 2014. Ano de publicação 2011;

LEFF, E. Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 2007;

LEMOS, A. LÉVY, P. O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. Editora Paulus. São Paulo. 2010;

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Ed. 34. São Paulo. 1999;

MAIA, R. Redes Cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. in: LOGOS 27: Mídia e democracia. Ano 14. 2007;

_____, R. Democracia e a Internet como Esfera Pública Virtual: aproximação às Condições da Deliberação. In: GOMES, W. e MAIA, R. Comunicação e Democracia – Problemas e Perspectivas. Editora Paulus. São Paulo. 2008;

McCORMIK, J. Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista. Editora Relume-Dumará. Rio de Janeiro. 1992;

OLIVEIRA, R.; SALLA, M.; MARONEZE, Mariana. AMBIENTALISMO.COM: a atuação do movimento ambientalista diante as novas mídias digitais – uma análise a partir das campanhas do Greenpeace e Avaaz. I Congresso Internacional de Direito Ambiental e Ecologia Política e Direito na América Latina. Revista Eletrônica do Curso de Direito – UFSM. 2010;

NORRIS, Pippa. Digital divide: civic engagement, information poverty and the Internet worldwide. in: Cambridge University Press. Cambridge. 2001;

PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P.; ARAUJO, R. A. P. Metodologia de pesquisa de blogs de política: análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento "cansei". In: Revista de Sociologia e Política, Vol. 17, n 34. 2009;

PEREIRA, M. Internet e Mobilização Política: os movimentos sociais na era digital. IN: IV Encontro da Compólitica. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Rio de Janeiro. 2010;

PINTO, R. & FOSSÁ, M. Movimentos sociais e Minorias: apontamentos do ciberativismo do Greenpeace. Comunicologia: Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília. n. 9. 2011;

PRIMO, A. Conflito e cooperação em interações mediadas por Computador. Trabalho apresentado no GT de Tecnologias Informacionais da Comunicação e Sociedade da XIII Compós. Niterói, RJ. 2005;

_____, A. A interação mediada por computador. Editora Sulina. Porto Alegre. 2007;

PRUDENCIO, K. Mídia ativista: a comunicação dos movimentos por justiça global na Internet. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006;

REBELO A. Substitutivo ao Projeto de Lei 1876/99. Disponível em: < http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=480244 >. Acesso em 01 de novembro de 2010. Ano de publicação 2010;

RECUERO, R. Redes sociais na internet. Coleção Cibercultura. Editora Sulina. Porto Alegre. p. 191. 2009;

REIS, L. & BARROS, S. Internet e Revolução no Egito: o uso de sites de redes sociais durante a convulsão social que derrubou o governo ditatorial

egípcio em 2011. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. 2011;

RODRIGUES, R. R.; MARTINELLI, L. A. Impactos potenciais das alterações propostas para o Código Florestal Brasileiro na biodiversidade e nos serviços ecossistêmicos. Disponível em < <http://www2.unesp.br/revista/wp-content/uploads/2010/10/Biota-Fapesp-ABECO-Sintese-CFB-e-biodiversidade.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2014. Ano de publicação 2011;

RIBEIRO, E.; BORBA, J. As dimensões da participação política no Brasil. Teoria & Pesquisa. Vol. 20. p. 11-36, 2011;

SAMPAIO, R. Participação Política e os Potenciais Democráticos da Internet. in: Revista Debates, Porto Alegre, Vol.4, n.1, p. 29-53.2010;

STABILE, M. Democracia Eletrônica para quem? Quem são, o que querem e como os cidadãos avaliam o portal da Câmara dos Deputados. Tese de mestrado. Universidade de Brasília - UnB. Instituto Ciência Política. 2012;

STROMER-GALLEY, J. On-line interaction and why candidates avoid it. Journal of Communication. Vol. 50, n. 4, p. 111-132. 2000;

THOMPSON, J.B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Editora Vozes, Petrópolis. 1998;

VIANA, J. Senadores esperam COnsenso no Código Florestal. Disponível em: < <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/11/21/senadores-esperam-consenso-no-codigo-florestal> >. Acessado em 15 de setembro de 2014. Ano de publicação 2011;

WRIGHT, S.; STREET, J. Democracy, Deliberation and Design: the case of online discussion forums. New Media and Society. Vol.. 9, n. 5. 2007;

ZHANG, Weiwu et al. The Revolution Will be Networked : The Influence of Social Networking Sites on Political Attitudes and Behavior. Social Science Computer Review. Vol. 28, n.1, p.75-9. 2010.

SITES

Agência Câmara: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-08-05/ongs-lancam-comite-e-abaixo-assinado-contra-novo-codigo-florestal> (20/09/2014);

Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/> (20/09/2014);

Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável: www.florestafazadiferenca.org.br (05/06/2014);

Comitê Gestor da Internet no Brasil (GI.BR): www.cgi.br (10/09/2014);

CUT: <http://www.cut.org.br/destaques/20722/camara-se-curva-ao-agronegocio-e-aprova-mudancas-no-codigo-florestal> (12/09/2014);

Fetraf-Brasil: <http://www.fetraf.org.br/site/noticia.php?not=not04&&id=9> (12/09/2014);

Fundação SOS Mata Atlântica: www.sosma.org.br (10/09/2014);

Floresta Faz a Diferença: www.florestafazadiferenca.org.br (10/09/2014);

Greenpeace: www.greenpeace.org.br (10/09/2014);

Internet World Stats: <http://www.internetworldstats.com> (20/04/2014);

ISA: www.socioambiental.org.br (10/09/2014);

Istoé: http://www.istoe.com.br/reportagens/202576_VETA+DILMA (12/09/2014);

MST: <http://www.mst.org.br/node/9911> (12/09/2014);

Observatório do Código Florestal: www.observatoriodocodigoflorestal.org.br (25/10/2014);

O Globo: <http://oglobo.globo.com/politica/codigo-florestal-segundo-pesquisa-datafolha-79-dos-brasileiros-sao-contras-perdao-de-multas-quem-desmatou-ilegalmente-2876725> (12/09/2014);

Via Campesina: <http://www.mst.org.br/Via-Campesina-rechaca-proposta-de-Aldo-Rebello-para-o-Codigo-Florestal> (12/09/2014);

WWF-Brasil: www.wwf.org.br (10/09/2014).

8 - ANEXO: ANÁLISE DOS POSTS NA FAN PAGE DO COMITÊ

#VETADILMA

07 de dezembro de 2011

www.florestafazadiferenca.org.br — com Luis Antonio Cruz e outras 44 pessoas.

Curtir: 450

Comentar: 37

Compartilhar: 818

07 de dezembro de 2011

O Novo Código Ruralista não tem nada de Florestal #VetaDilma — com Jorge Meruvia e outras 15 pessoas.



Curtir: 361

Comentar: 21

Compartilhar: 1.155

07 de dezembro de 2011

#vetadilma - <http://www.florestafazadiferenca.org.br/> — com Fernando Miguez Fernandez e Rogerio Oliveira.



Curtir: 275

Comentar: 19
Compartilhar: 555

08 de dezembro de 2011

#vetadilma - <http://www.florestafazadiferenca.org.br/> — com Corina Sales.



Curtir: 181
Comentar: 7
Compartilhar: 338

09 de dezembro de 2011

Agora o #florestafazadiferenca é... — com Luciana Machado.



Curtir: 356
Comentar: 35
Compartilhar: 579

26 de janeiro de 2012

A presidente #dilma se comprometeu durante as eleições a vetar qualquer projeto que aumente o desmatamento e anistia desmatadores, @silva_marina #vetadilma #fsm2012 #florestafazadiferenca

Curtir: 133
Comentar: 9
Compartilhar: 44

05 de março de 2012

Protesto no Vale do Anhangabaú - #vetadilma! #florestafazadiferenca — com Geinne Monteiro e outras 7 pessoas.

Curtir: 434

Comentar: 28

Compartilhar: 236

05 de março de 2012 (mensagem compartilhada)

#vetadilma! #florestafazadiferenca

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-03-03/manifestantes-em-sao-paulo-pedem-que-dilma-vete-novo-codigo-florestal>

Curtir: 124

Comentar: 2

Compartilhar: 54

09 de abril de 2012

Curtir: 145

Comentar: 11

Compartilhar: 369

09 de abril de 2012

Alteração da imagem da capa

Curtir: 146

Comentar: 13

Compartilhar: 367

13 de abril de 2012 (mensagem compartilhada)

Trilha sonora para o fim de semana!

Vamos esquentando para o dia 22 DE ABRIL. MOBILIZAÇÃO NACIONAL!

<http://www.youtube.com/watch?v=oqfKPUPaNaM>

Curtir: 123

Comentar: 7

Compartilhar: 210

19 de abril de 2012 (mensagem compartilhada)

VETADILMA!!!

22 DE ABRIL

#florestafazadiferenca #codigoflorestal #vetadilma! — com Natalia Camps e outras 4 pessoas.



Curtir: 130

Comentar: 4

Compartilhar: 93

20 de abril de 2012

vetadilma

Vetadilma lá na Bienal - durante a Adventure Sports Fair, em São Paulo — em são Paulo.

Vídeo:

<https://www.facebook.com/photo.php?v=224852297615011&set=vb.141547522598086&type=2&theater>

Curtir: 4

Comentar: 0

Compartilhar: 2

20 de abril de 2012

Vetadilma

porque a gente não é palhaço,
#VETADILMA!

Vídeo:

<https://www.facebook.com/photo.php?v=224859564280951&set=vb.141547522598086&type=2&theater>

Curtir: 12

Comentar: 0

Compartilhar: 2

20 de abril de 2012

Vetadilma

Agora, o vídeo com o pessoal gritando:

"Promessa é promessa, veta, Dilma" — em São Paulo

Vídeo:

<https://www.facebook.com/photo.php?v=224863890947185&set=vb.141547522598086&type=2&theater>

Curtir: 13

Comentar: 1

Compartilhar: 1

20 de abril de 2012

VETADILMA

Olha o batuque aí, gente!

Em frente à Bienal, onde acontece a Adventure Sports Fair, o VETADILMA! vira uma batucada! — em São Paulo

Vídeo:

<https://www.facebook.com/photo.php?v=224869517613289&set=vb.141547522598086&type=2&theater>

Curtir: 18

Comentar: 1

Compartilhar: 4

20 de abril de 2012

VETADILMA

O batuque do #VETADILMA entrou na Bienal, na Adventure Sports Fair.

#florestafazadiferenca — em São Paulo

Vídeo:

<https://www.facebook.com/photo.php?v=224880160945558&set=vb.141547522598086&type=2&theater>

Curtir: 15

Comentar: 3

Compartilhar: 3

25 de abril de 2012

vetadilma

Porque a gente não é palhaço, VETADILMA!

Vídeo:

<https://www.facebook.com/photo.php?v=227368867363354&set=vb.141547522598086&type=2&theater>

Curtir: 24

Comentar: 0

Compartilhar: 1

25 de abril de 2012

VETADILMA! — com [Maria Do Socorro Costa](#) e [Paulo Roberto](#).



Curtir: 450

Comentar: 23

Compartilhar: 701

25 de abril de 2012



Curtir: 586

Comentar: 62

Compartilhar: 1.182

25 de abril de 2012

VETADILMA VETADILMA VETADILMA VETADILMA VETADILMA VETADILMA VETADILMA
VETADILMA VETADILMA VETADILMA VETADILMA VETADILMA VETADILMA VETADILMA
VETADILMA VETADILMA VETADILMA VETADILMA VETADILMA

Curtir: 323

Comentar: 18

Compartilhar: 1118

25 de abril de 2012

Pessoal, valeu.

Mas não acabou.

Vocês já sabem:

#VETADILMA
(promessa é promessa)

Curtir: 121
Comentar: 8
Compartilhar: 32

25 de abril de 2012

#florestafazadiferenca para o Wagner Moura.

#VETADILMA!
Wagner Moura #florestafazadiferenca — com [Juliana Antunes](#) e outras 19 pessoas.

Curtir: 380
Comentar: 8
Compartilhar: 235

26 de abril de 2012

Bom dia e....

VETADILMA VETADILMA VETADILMA VETADILMA!

Curtir: 157
Comentar: 5
Compartilhar: 37

26 de abril de 2012

Pra começar bem a tarde...

#VETADILMA VETADILMA VETADILMA VETADILMA VETADILMA
VETADILMA VETADILMA VETADILMA VETADILMA...

Curtir: 148
Comentar: 12
Compartilhar: 44

26 de abril de 2012 (mensagem compartilhada)

Vamos colocar o VETADILMA nos nossos perfis aqui do Facebook.

Quem tem Twitter também pode colocar!!

Agora!

#florestafazadiferenca #codigoflorestal #vetadilma! — com [Natalia Camps](#) e outras 4 pessoas.



Curtir: 354

Comentar: 17

Compartilhar: 406

26 de abril de 2012 (mensagem compartilhada)

#VETADILMA!

Precisamos de ar puro para respirar!

Manifestação em Brasilia Contra o Novo #codigoflorestal — com [Rex Andarilho](#) e outras 2 pessoas.

Curtir: 206

Comentar: 7

Compartilhar: 129

#VETATUDODILMA

27 de abril de 2012

#VETATUDODILMA

#CODIGODESMATAMENTO

TUITAÇO ÀS 14 HORAS!!!

Quem está dentro?

Curtir: 130

Comentar: 9

Compartilhar: 39

27 de abril de 2012

O Veta Dilma foi para a capa da Isto é desta semana, pessoal!

<http://twitpic.com/9egkwv>

Curtir: 224

Comentar: 8

Compartilhar: 122

27 de abril de 2012

PESSOAL, VALEU.

ESTAMOS EM 1º NO TT DO BRASIL lá no Twitter.

Gritamos alto e vamos continuar!

#VETATUDODILMA

Curtir: 269

Comentar: 9

Compartilhar: 71

28 de abril de 2012

Para ler e reler, "Veta tudo, Dilma", por Marina Silva (ontem na Folha de S.Paulo)

Algo está muito errado quando a maioria dos parlamentares, na contramão da vontade da maioria da sociedade, prefere um modelo de desenvolvimento que, em razão do lucro rápido, compromete o futuro do próprio país.

O novo Código Florestal aprovado pela Câmara é tudo, menos "florestal". Virou uma regulamentação de atividades econômicas no campo, nas cidades e nos litorais, de forma a dourar a pílula e apaziguar consciências. Está longe de representar equilíbrio, sustentabilidade, respeito às pessoas e aos bens do país.

O que saiu do Senado, tido como de "consenso", já ignorava o parecer das autoridades científicas e de especialistas de diversas áreas. Em nome dele, lideranças de quase todos os partidos classificaram como "radicais" as vozes críticas que defendiam as salvaguardas da legislação ambiental, capazes de garantir a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

As mesmas lideranças, porém, contemplaram os interesses verbalizados pelas outras vozes mais radicais de um Brasil atrasado, que se recusam a entender que desenvolvimento econômico e preservação ambiental são indissociáveis.

Tais escolhas colocam a presidente Dilma diante da tarefa de fazer o que sua base de apoio não fez. Veremos debates nos próximos dias, principalmente sobre o que deve ser vetado. A discussão será algo do tipo: o quão menos ruim o projeto pode ser para não ter um caráter imediatamente fatal.

Como foi aprovado no Congresso, já é praticamente unânime que ele trará implicações nas

taxas de desmatamento. Discutir o veto parcial é como avaliar se desejamos colapsar os nossos ecossistemas (e, com isso, inviabilizar nossa agricultura) em 10 ou 20 anos.

O veto deve anistiar os desmatadores ou desobrigar a recomposição de matas ciliares? Deve ser pelo fim dos mangues ou pela redução de reserva legal? Fragilizar as veredas ou as nascentes e mananciais?

Não é isso que deveríamos discutir. Temos todas as condições de liderar o processo de transição para o desenvolvimento sustentável. O Brasil pode ser para o século 21 o que os Estados Unidos foram para o mundo no século 20. Mas são necessárias visão antecipatória e determinação de perseguir nosso destino de grande potência socioambiental. Não é fácil fazer a melhor escolha, porém é na pressão dos grandes dilemas que se forja a têmpera dos que estão afiados a talhar os avanços da história.

A presidente Dilma terá que decidir qual modelo de desenvolvimento quer para o país. Não dá para ter na mesma base de apoio o somido da motosserra e o canto do uirapuru. Agora, resta a ela usar seu poder de veto ou compactuar com o que está posto. Chegou a hora da verdade. Veta, Dilma. Veta tudo, não pela metade.

Curtir: 254

Comentar: 20

Compartilhar: 227

28 de abril de 2012

#VETADILMA - Veta tudo, não pela metade - #codigododesmatamento

Curtir: 169

Comentar: 5

Compartilhar: 41

29 de abril de 2012

Estamos em vigília permanente até o dia do veto. Quem vem com a gente? #vetatudodilma!

Curtir: 130

Comentar: 4

Compartilhar: 25

01 de maio de 2012

Presente do Dia do Trabalho. Wagner Moura também aderiu ao VETATUDODILMA. — com Lila Lacerda e outras 8 pessoas.



Curtir: 2.043

Comentar: 204

Compartilhar: 4.136

02 de maio de 2012 (mensagem compartilhada)

Até ruralistas querem o veto integral ao código florestal!

<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/deputado-ruralista-quer-veto-ao-codigo-florestal/>

Curtir: 141

Comentar: 13

Compartilhar: 156

03 de maio de 2012

Gilberto Gil também apoia a campanha #vetatudodilma! — com Cibele Alves Guarani Kaiowá II e outras 2 pessoas.



Curtir: 616

Comentar: 58

Compartilhar: 10.739

03 de maio de 2012

Anúncio veiculado hoje no jornal O Estado de São Paulo. #vetatudodilma



Curtir: 1.514

Comentar: 94

Compartilhar: 3.344

03 de maio de 2012

Rodrigo Santoro é mais um a engrossar o coro de VETATUDODILMA!



Curtir: 748

Comentar: 34

Compartilhar: 5.283

04 de maio de 2012 (mensagem compartilhada)

Confira o vídeo de Camila Pitanga pedindo "Veta, Dilma" durante evento presidencial:
<http://noticias.uol.com.br/videos/assistir.htm?video=camila-pitanga-apela-para-o-veta-dilma-em-cerimonia-0402CD9C376ECCB92326>

Curtir: 248

Comentar: 24

Compartilhar: 424

05 de maio de 2012

Apitos, cartazes, autofalante e muita animação durante a manifestação hoje na Vila Madalena (São Paulo) pelo #vetatudodilma.

Vídeo:

<https://www.facebook.com/photo.php?v=233343450099229&set=vb.141547522598086&type=2&theater>

Curtir: 24

Comentar: 2

Compartilhar: 3

06 de maio de 2012

É uma balela dizer que se o Código Florestal ruralista não for aprovado vai faltar comida no Brasil. Lutemos por um código que preserve a vida, incluindo o futuro da própria agricultura.

#vetatudodilma!

#florestafazadiferenca

Vocês estão fazendo a diferença.

Curtir: 206

Comentar: 11

Compartilhar: 95

07 de maio de 2012

No sábado o pessoal também fez barulho na Avenida Paulista, em São Paulo, pelo #vetatudodilma

Vídeo:

<https://www.facebook.com/photo.php?v=234144536685787&set=vb.141547522598086&type=2&theater>

Curtir: 22

Comentar: 3

Compartilhar: 13

08 de maio de 2012

Dilma estuda vetar texto integral de lei florestal

Planalto faria medida provisória para regulamentar recuperação de florestas

Repercussão negativa no Brasil e no exterior preocupa a presidente, que tem de atrair chefes de Estados à Rio+20

DE BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff estuda vetar na íntegra o Código Florestal aprovado pela Câmara e regulamentar por medida provisória a recuperação de florestas em beira de rio de modo a beneficiar agricultores familiares.

O texto do deputado federal Paulo Piau (PMDB-MG), aprovado no último dia 25, foi protocolado ontem no Planalto. Dilma tem até o dia 25 para se manifestar sobre ele.

A ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente) inicialmente pediria à presidente que vetasse só as chamadas disposições transitórias, nas quais, segundo o governo, ficou configurada a anistia a quem desmatou ilegalmente.

Dilma, porém, considerou que trechos importantes do texto aprovado pelo Senado foram suprimidos, o que tornaria pouco efetivo vetar só trechos do projeto de Piau.

Há uma tendência no governo de baixar uma medida provisória com a chamada "escadinha", ou seja, um escalonamento das faixas de recuperação de florestas de acordo com o tamanho da propriedade.

Organizações de pequenos agricultores não estão satisfeitas com a previsão de que os minifúndios tenham de recuperar 15 metros de suas áreas de preservação permanente - querem que seja uma área menor.

O governo está de olho também nos dividendos eleitorais da rejeição ao texto de Piau. A campanha "Veta Tudo, Dilma" virou uma febre na internet semana passada.

O veto teria ainda a função de mandar um recado ao PMDB, que desafiou o Planalto ao aprovar um texto considerado desequilibrado em favor dos ruralistas.

A repercussão internacional negativa da reforma do código tem preocupado Dilma, que precisa atrair o maior número possível de chefes de Estado à Rio+20, em junho. (CLAUDIO ANGELO, NATUZA NERY, KELLY MATOS E VALDO CRUZ)

Da Folha de S.Paulo, hoje!

Curtir: 249

Comentar: 14

Compartilhar: 224

08 de maio de 2012

Parágrafo que importa da matéria que saiu hoje na Folha:

"O governo está de olho também nos dividendos eleitorais da rejeição ao texto de Piau. A campanha "Veta Tudo, Dilma" virou uma febre na internet semana passada."

Parabéns para todos nós!

09 de maio de 2012

Curtir: 164

Comentar: 13

Compartilhar: 61



Curtir: 558

Comentar: 76

Compartilhar: 2.921

09 de maio de 2012

"Árvores são poemas que a terra escreve para o céu. Nós as derrubamos e as transformamos em papel para registrar todo o nosso vazio."

Khalil Gibran

De: Portal Multidimensional

Alexandra Reschke: que nossos poemas continuem vivos, #vetatutodilma

Que tal você postar um comentário também? — com [Gitta Baumann](#).

Curtir: 728

Comentar: 146

Compartilhar: 2.294

11 de maio de 2012 (Mensagem compartilhada)

Dilma, veta tudo, não pela metade!

#vetaTUDOdilma

#VETADILMA

Curtir: 233

Comentar: 0

Compartilhar: 221

12 de maio de 2012

Foto durante manifestação pelo #vetaTUDOdilma no dia 9, em Brasília, enviada por Carla Rhaíssa.

Curtir: 454

Comentar: 20

Compartilhar: 1.284

14 de maio de 2012

Galera, a campanha pelo #vetaTUDOdilma não pode esfriar agora. A presidenta Dilma tem até dia 25 para se decidir! Vamos lá...ela tem que vetar tudo, não pela metade.

Curtir: 114

Comentar: 4

Compartilhar: 45

14 de maio de 2012 (Mensagem compartilhada)

Criolo pede VetaTUDOdilma!

Diz ai CRIOLO! — com Isca de Polícia e outras 43 pessoas.

Curtir: 189

Comentar: 7

Compartilhar: 72

15 de maio de 2012 (Mensagem compartilhada)



#vetaTUDOdilma!

Galera do Coletivo Estação — com Zé Queque e outras 7 pessoas.

Curtir: 166

Comentar: 3

Compartilhar: 126

15 de maio de 2012

A presidenta Dilma tem até esta sexta para vetar o texto do Código Florestal modificado pela Câmara, que representa graves retrocessos para a preservação ambiental. Vamos nos mobilizar! Vigília pelo veto total ao Código nesta quinta e sexta-feira; em breve anunciaremos o local da transmissão. Também nesta quinta: tuitaço em defesa das florestas brasileiras, a partir das 14 horas. Junte-se a nós e compartilhe

Curtir: 161
Comentar: 7
Compartilhar: 239

15 de maio de 2012

Mauricio de Sousa, o criador da Turma da Mônica, vem se manifestando pelas redes sociais em favor do veto do novo Código Florestal. Há dois dias, ele postou em seu twitter (@mauriciodesousa) um recado de Chico Bento à presidenta. Vale a pena conferir. #vetatudodilma — com [Vivianne Corrêa](#) e outras 3 pessoas.

Curtir: 1.641
Comentar: 129
Compartilhar: 4.836

15 de maio de 2012 (Mensagem compartilhada)

Chico Bento também pede #VETADILMA!

Mauricio de Sousa, o criador da Turma da Mônica, vem se manifestando pelas redes sociais em favor do veto do novo Código Florestal. Há dois dias, ele postou em seu twitter (@mauriciodesousa) um recado de Chico Bento à presidenta. Vale a pena conferir. #vetatudodilma — com [Vivianne Corrêa](#) e outras 3 pessoas.

Curtir: 222
Comentar: 7
Compartilhar: 298

24 de maio de 2012

Ontem tivemos mais de 3,7 mil compartilhamentos da tirinha de Mauricio de Sousa. Vamos ultrapassar essa marca com mais uma do Chico Bento, também do twitter do quadrinista. "Veta tudim, dona Dirma!" — com [Ana Maria Gsrocha](#).



Curtir: 555
Comentar: 21

Compartilhar: 1.884

24 de maio de 2012

Caros, falta pouco para chegarmos a mais de 40 mil seguidores no Facebook. Esta sexta-feira é o dia decisivo, quando a presidenta Dilma deve anunciar sua decisão em relação ao Código Florestal. Traga seus amigos para o #florestafazadiferenca; vamos ultrapassar essa marca ainda nesta sexta e mostrar à presidenta que a sociedade brasileira não está de acordo com o Código alterado pela Câmara.

Curtir: 132

Comentar: 5

Compartilhar: 84

25 de maio de 2012

Entre quinta e sexta, mais de 10 mil pessoas acompanharam a #VigiliaVetaTudo. Estivemos entre os trending topics mundiais e contamos com o apoio de políticos, artistas, cientistas e de membros da sociedade civil organizada. Tanta força não pode ser ignorada. Vamos continuar lutando para mostrar a todos que a #florestafazadiferenca, sim!

Curtir: 136

Comentar: 7

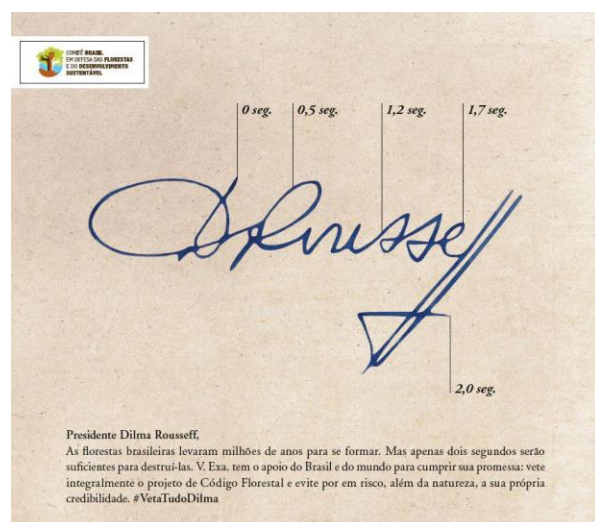
Compartilhar: 34

28 de maio de 2012 (mensagem compartilhada)

Todos perdemos e todos vamos reagir!

<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=424527007571056&set=a.217128148310944.59567.212571465433279&type=1&theater>

Com Paulo Roberto.



Curtir: 133

Comentar: 4

Compartilhar: 357

31 de maio de 2012 (mensagem compartilhada)

Artigo do teólogo Leonardo Boff sobre o veto parcial do novo Código Florestal. "Temos o direito de buscar o caminho constitucional do referendo popular. E aí veremos o que o povo brasileiro quer para si, para a humanidade, para a natureza e para o futuro da Mãe Terra".

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/05/leonardo-boff-lamenta-aprovacao-de-codigo-florestal-e-conclama-referendo-popular.html>

Curtir: 168

Comentar: 8

Compartilhar: 490

01 de junho de 2012

A CARTA ROUBADA

Por Marina Silva (publicado hoje na Folha)

O Brasil não tem mais um Código Florestal, mas uma confusão jurídica. Um amontoado de remendos cuja função é semelhante à de uma pinguela, uma ponte improvisada no tronco de uma árvore abatida, para atravessar o período da Rio+20. Depois, o empenho em destruir a legislação ambiental certamente prosseguirá.

A versão: apesar de já ter o texto do novo Código "Florestal", o governo só o mostrou três dias depois da pomposa entrevista ministerial. Todos, inclusive jornalistas, às cegas, com acesso só à versão, feita em PowerPoint, de que a presidente Dilma chancelou (em alguns aspectos até piorou) o texto, ao arrepio da palavra empenhada, em "respeito ao Congresso e à democracia".

Só que os fatos, mesmo quando distorcidos, estarão sempre, como na carta roubada de Edgar Allan Poe, bem ali, no lugar onde se imaginava tê-los escondido.

Quatro dias depois, não no porta-cartas, mas no "Diário Oficial", estavam as inúmeras maldades da caixa de Pandora, sempre indiferente ao futuro, na velha porção ruralista: anistia aos desmatadores e incentivo a novos desmatamentos. Exigências abaixo do mínimo aceitável cientificamente de proteção aos topos de morros, encostas, veredas, apicuns, margens de rios, manguezais etc.

Está sendo abolida, na prática, a função social da propriedade e o direito dos brasileiros a um ambiente saudável. Os donos da terra são agora donos do ar, das águas, da fauna e da flora, para delas dispor como bem entender a lei do mais forte, que fizeram prevalecer.

Em troca, devem apenas evitar comemorações públicas, fingir contrariedade aceitando os vetos parciais e criticar os "radicais" ambientalistas, que não querem sorrir para a foto. Estes apenas alertam para a verdade simples: nem tudo pode ser objeto de negociação política. Se uma nascente, para não secar, precisa de certa quantidade de vegetação ao seu redor, como podem parlamentares decidir que não?

O Brasil será, enquanto não recuperar o bom-senso nessa área, uma terra sem lei. A violência recrudescer e não se passa uma semana sem um assassinato no campo ou na floresta. A discussão do código concentrou-se em anistiar ou não quem desmatou, se até

2008 ou antes, se deveriam ou não reflorestar, se toda a área ou só uma parte etc. Resumindo, em que medida legalizar os crimes ambientais. E o pior, o acordo político decidiu que a ilegalidade ambiental compensa.

Vamos agora à Rio+20 com o governo exibindo ao mundo os bons frutos da queda do desmatamento, obtidos com a lei que está sendo abolida.

Mas há uma falha, no mundo como no Brasil, nesse sistema: a natureza não o obedece. E a sua versão será o futuro real, a palavra final, a lei que "pega" e que pune.

Curtir: 216

Comentar: 21

Compartilhar: 361

01 de junho de 2012 (mensagem compartilhada)

"O Brasil está promovendo o pior retrocesso da nossa história na área ambiental". Entrevista de Marina Silva ao portal UOL.

<http://noticias.uol.com.br/videos/assistir.htm?video=veto-ao-codigo-florestal-e-insuficiente-diz-marina-silva-0402CD18306EC8C12326>

Curtir: 163

Comentar: 6

Compartilhar: 154

O JOGO NÃO ACABOU

08 de junho de 2012 (mensagem compartilhada)

Código Florestal está sob ameaça. O jogo não acabou!
Estamos no segundo tempo da nossa Campanha por um Código Florestal que garanta o bem estar de todos. Teremos momentos decisivos na Rio+20. Compartilhe... — com Cibele Alves Guarani Kaiowá II e outras 2 pessoas.



Curtir: 178

Comentar: 5
Compartilhar: 280

12 de junho de 2012

O Comitê em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável está na Rio+20 para mostrar que o veto da presidente Dilma foi pífio e que estamos de olho nos deputados que continuam querendo destruir nossa maior proteção às florestas, o Código Florestal.
#ojogonaoacabOU

Curtir: 112
Comentar: 2
Compartilhar: 51

12 de junho de 2012

Com que cara Dilma chaga na Rio+20?

Curtir: 359
Comentar: 32
Compartilhar: 387

15 de junho de 2012

Alteração da imagem da capa

Curtir: 33
Comentar: 4
Compartilhar: 49

16 de junho de 2012

O ator Marcos Palmeira confirmou presença no Ato em defesa das florestas e do desenvolvimento sustentável. Hoje, às 16h30, na plenária 5 da Cúpula dos Povos. Não percam!

Curtir: 423
Comentar: 9
Compartilhar: 159

16 de junho de 2012

Duas mil pessoas gritam juntas: O Jogo Não Acabou! No Ato em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, na Cúpula dos Povos — com Cibele Alves Guarani Kaiowá II e outras 6 pessoas.



Curtir: 413

Comentar: 18

Compartilhar: 534

20 de junho de 2012 (mensagem compartilhada)

"Não somos de oposição, nem de situação, somos de posição" Marina Silva na Rio+20

<http://www.youtube.com/watch?v=N8Cb9uWuVmE&feature=youtu.be&hd=1>

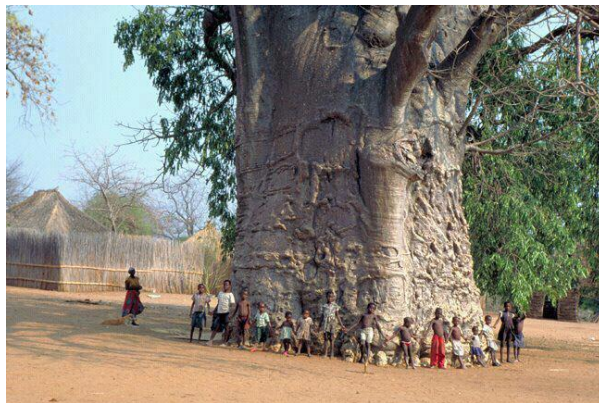
Curtir: 130

Comentar: 10

Compartilhar: 100

20 de junho de 2012

Alteracao de foto de capa



Curtir: 68

Comentar: 3

Compartilhar: 62

20 de junho de 2012

Somos milhares nas ruas e milhões no mundo querendo um Meio Ambiente aonde possamos viver bem! Lideres do Mundo, façam aquilo que é certo, e não o que é fácil! — com Cibeles Alves Guarani Kaiowá II e Cibeles Alves Guarani Kaiowá.

Curtir: 174
Comentar: 9
Compartilhar: 504

21 de junho de 2012

Segundo estimativas da organização eramos aproximadamente 50 mil na Marcha Global, e aqui na Rede esta mobilização continua... vamos multiplicar estas imagens, pois toda esta energia, suor e disposição, deve ser validado pelos nossos Governantes. Estamos atuantes para de fato construir o "Futuro que queremos".



Curtir: 120
Comentar: 81
Compartilhar: 7

25 de junho de 2012

GOSTARÍAMOS DE AGRADECER A TODOS OS INTERNAUTAS que trabalharam junto com a gente nesta Rio+20. Apitamos bastante e mostramos ao mundo que somos muitos lutando por um planeta sustentável. O Código Florestal ainda está sob sério risco. Apenas uma grande pressão popular pode reverter este jogo. Vamos continuar apitando esta partida! Chame seus amigos para o Face do Floresta Faz a Diferença



Curtir: 193
Comentar: 3
Compartilhar: 137

04 de julho de 2012

Hoje é dia de Jogo, e de apitar os Parlamentares para não destruírem as Florestas. Entrem no link <http://florestafazadiferenca.org.br/como-participar/> e participem deste importante processo.

CHEGOU A HORA DE MOSTRAR AOS POLITICOS QUE NÓS ESTAMOS DE OLHO NELES!!! — com Umaia Ismail e outras 36 pessoas.



Curtir: 093

Comentar: 13

Compartilhar: 221

06 de julho de 2012

Gente, alguns Parlamentares estão trabalhando para segunda-feira, entrar com tudo para piorar ainda mais o Código Florestal. Não podemos ficar parados, precisamos pressioná-los, divulgando nas redes e apitando no site do Floresta. Saiba como: <http://www.florestafazadiferenca.org.br/como-participar/>



Curtir: 300

Comentar: 16

Compartilhar: 1060

23 de junho de 2012

"Proteger o meio ambiente é a prova de que a sapiência do homem não está só no seu nome científico - frase da Protetora das Florestas Tatiane Cristina Kuyven — com Zelia Fabro e outras 2 pessoas.

Curtir: 569

Comentar: 18

Compartilhar: 524

28 de julho de 2012

Marina Silva, em sua defesa pelas florestas, foi para os Jogos Olímpicos e carregou a bandeira.

Foi emocionante. Saibam que a defesa das florestas é importante para todos no mundo. A luta não é de um ou outro, é de todos nós.

#ojogonaocabou #florestafazadiferenca #codigoflorestal

foto: Tais Lara/Instituto Democracia e Sustentabilidade (foto de transmissão televisiva) — com David Aron e Mariadas Graças Rangel Santos.



Curtir: 871

Comentar: 44

Compartilhar: 449

31 de julho de 2012

MUITO MAIS QUE DESCORTÊS

Miriam Leitão (hoje, em O Globo)

As declarações do ministro Aldo Rebelo sobre o fato de a ex-ministra Marina Silva ter carregado a bandeira olímpica poderiam ser apenas mais uma exibição dos maus modos do ministro, ou de suas esquisitices. Mas foi pior do que isso. Sua fala pública e a de outros nos bastidores mostram que eles confundem país com governo, o que é comum apenas em regimes autoritários.

O mal estar gerado por algo que deveria ser visto como um motivo de orgulho foi mais significativo do que pode parecer. É autoritarismo o que está implícito na ideia de que só governistas podem representar o país, suas causas, suas lutas. Era comum no regime militar essa mistura entre o permanente e o transitório, essa apropriação do simbolismo da pátria pelos governantes. É também falta de compreensão do que é o espírito olímpico: a boa vontade que prevalece sobre as diferenças. Foi por isso que os escolhidos representavam o combate à pobreza, a luta por justiça, os pacificadores, o esforço de convivência entre povos, a preservação da Terra.

Quem o ministro gostaria que fosse o símbolo da proteção da floresta? Ele e seu projeto de Código Florestal que permitia mais desmatamento? Marina dedicou a vida a essa causa, desde o início de sua militância com Chico Mendes. Esse é um fato da vida.

"A Marina sempre teve boas relações com a aristocracia europeia. Não podemos determinar quem a Casa Real vai convidar, fazer o quê?", disse o ministro dos Esportes. Nisso revelou que desconhecia os fatos, as regras de etiqueta, a lógica da festa, o simbolismo da bandeira olímpica, o que o governo inglês pretendia com a abertura e até quem é responsável por organizar a festa. Obviamente, não é a Casa Real.

Isso é mais espantoso, porque o Brasil é o próximo país a receber uma Olimpíada e a preparação já está em andamento. Se essa pequenez exibida na declaração do ministro tiver seguidores, o Brasil fará uma festa governamental. Outro integrante do governo comparou a escolha de Marina ao desfile de um trabalhista na frente de um governo conservador. A espantosa confusão não é exclusividade do ministro, é feita por outros graduados funcionários. Outros concordaram com essa canhestra interpretação. A demonstração de desagrado do governo brasileiro foi tão evidente que o representante inglês se sentiu obrigado a lembrar aos jornalistas o óbvio: a escolha não foi política, porque este não é o momento.

O governo poderia interpretar os fatos como os fatos são. O Brasil é detentor da maior fatia da floresta com maior biodiversidade do planeta. É o segundo país em cobertura florestal do mundo. O primeiro é a Rússia, que não tem a mesma riqueza de espécies. Nem de longe. A escolha de uma brasileira demonstra esse reconhecimento de que, numa causa estratégica para o século XXI, o Brasil tem destaque.

Marina mostrou que tinha entendido exatamente o que tudo aquilo representou. Fez declarações delicadas e com noção da grandeza do momento. O incidente não é apenas uma descortesia à Marina, mas uma demonstração de falta de capacidade de compreensão do espírito olímpico por parte dos governantes do país que organizará a próxima Olimpíada.

Autoridades que falaram aos jornalistas, com o compromisso de não divulgação de seus nomes, explicaram por que estavam amuadas: não foram avisadas. Como a ex-ministra disse, os organizadores pediram que não divulgasse a informação. Ela fez isso. Até a presidente Dilma deu uma nota fora do tom ao dizer que "o Brasil fará melhor" na festa de abertura. "Vai levar uma escola de samba e abafar". A hora era de elogiar a festa de Londres e entender a complexidade da preparação da abertura de uma Olimpíada. Não basta chamar uma escola de samba.



Curtir: 4.024

Comentar: 753

Compartilhar: 5860

13 de agosto de 2012

Duas reportagens registram o descaso com um dos nossos biomas mais ricos em biodiversidade e beleza: "22 mil focos de incêndio no Cerrado" e "Cerrado preocupa Unesco"

É hora de exigir das autoridades a prevenção ou só nos restará apelar para a dança da chuva...

<http://florestafazadiferenca.org.br/ultimas-noticias/retratos-da-ausencia-de-cuidado-do-homem-com-o-patrimonio-natural> — com Elizandra Carvalho.



Curtir: 133

Comentar: 5

Compartilhar: 271

14 de agosto de 2012 (mensagem compartilhada)

O Greenpeace elegeu Kátia Abreu, em 2009, a miss desmatamento. A Justiça deu danos morais para a senadora contra o Greenpeace. O que você acha disso?

O juiz Robson Barbosa de Azevedo decidiu a favor da senadora Katia Abreu, presidente da CNA, que nos processou pedindo danos morais. Em 2009, nós a chamamos de “miss desmatamento”, por apoiar políticas que estimulam a produção predatório e ... [Ver mais](#) — com [Paulo Roberto](#).



Curtir: 294

Comentar: 52

Compartilhar: 283

24 de agosto de 2012

FLORESTA, FLORESTA, FLORESTA

O verde que nos resta...

Que o homem tome consciência que sua natureza é nossa essência, suas águas nosso sangue, seu sopro este instante.

E que antes, muito antes e estarmos aqui,

você soberana já estava a nos parir... — com [Sandra Antonelli](#) e outras 27 pessoas.



Curtir: 612

Comentar: 30

Compartilhar: 3048

NÃO VOTE EM QUEM VOTOU CONTRA AS FLORESTAS

03 de setembro de 2012

Amigos, sim é isto!!! Chegou a hora de defender nossas Florestas de quem não as protege, com o nosso voto! Eles votaram para desfigurar o Código florestal e agora pedem o nosso voto para Prefeito. Merecem? Conheça a lista dos deputados e senadores candidatos a prefeito. Vamos divulgar isto nas redes e nas ruas até o dia das eleições. Acesse para ver o mapa: <http://www.florestafazadiferenca.org.br/como-participar/> — com Cláudio Santos e outras 2 pessoas.



Curtir: 453

Comentar: 26

Compartilhar: 3.374

04 de setembro de 2012

Se tem alguma coisa que pode fazer a política tomar jeito, é não eleger quem não faz direito. Amigos da Floresta, vamos divulgar a lista dos Deputados e Senadores que votaram contra as Florestas e que agora são candidatos a Prefeito, e mostrar que só vamos dar poder a quem nos ouve. Compartilhe...

<http://www.florestafazadiferenca.org.br/como-participar/> — com Paulo Roberto.

CÓDIGO FLORESTAL #oJogoNaoAcabou

A bola voltou ao Congresso



Precisamos apitar esta partida!

Após o veto pífio da presidente Dilma Rousseff e o encaminhamento da medida provisória ao Congresso, nossa campanha entra no segundo tempo com disposição de sobra para pressionar nossos políticos por um Código Florestal que garanta o bem-estar de todos.

Curtir: 569

Comentar: 26

Compartilhar: 3944

13 de agosto de 2012

Alteração da foto da capa



Curtir: 61

Comentar: 4

Compartilhar: 170

24 de setembro de 2012

Estamos a menos de duas semanas das Eleições Municipais e neste momento precisamos de TODOS para levar a lista de candidatos que desfiguraram o CÓDIGO FLORESTAL ao maior número de pessoas possível. COMPARTILHE E AJUDE A PROTEGER AS FLORESTAS DE POLÍTICOS QUE NÃO AS PROTEGEM !!! <http://www.florestafazadiferenca.org.br/como-participar/>



Curtir: 241

Comentar: 6

Compartilhar: 503

25 de setembro de 2012

Medida Provisória que BENEFICIA DESMATADORES é aprovada hoje no Senado. Agora o texto segue para sanção da presidente Dilma.

Pessoal, #ojogonaocabou. Só nos resta agora o #VetaDilma 2! — com [Raj Raina](#).



Curtir: 382

Comentar: 16

Compartilhar: 1128

26 de setembro de 2012

Gabriel Chalita, quando teve a chance, votou 2 vezes para desfigurar o Código Florestal na Câmara. O candidato a prefeito pelo PMDB em São Paulo se posicionou a favor dos relatórios de Aldo Rebelo e Paulo Piau, aprovando medidas que detonam nosso ar, nossas árvores e nossos rios.

Agora, ele usou o Twitter para dizer que é “a favor do meio ambiente”, porque votou contra uma emenda do DEM aos 45 minutos do segundo tempo, para ganhar votos e a opinião pública.

Cara de pau tem limite, deputado-candidato! Cartão vermelho nele, pessoal! Não vote em quem votou contra as florestas!



Curtir: 530

Comentar: 44

Compartilhar: 954

01 de outubro de 2012

SEMANA DECISIVA!!! Os Deputados e Senadores que deixaram nosso Código Florestal em frangalhos e sujeito a todo tipo de devastação, estão aí de novo pedindo votos para Prefeito. Temos que avisar o maior número de pessoas para que "NÃO VOTEM EM QUEM VOTOU CONTRA AS FLORESTAS" . COMPARTILHEM <http://www.florestafazadiferenca.org.br/como-participar/>



Curtir: 368

Comentar: 13

Compartilhar: 2307

105 de outubro de 2012 (mensagem compartilhada)

Letícia Camargo, a corajosa eleitora curitibana que teve a foto ao lado de Rubens Bueno apagada do nosso Facebook, ao lado de Marina Silva. Ela é exemplo para muitos que defendem as florestas!

NÃO VOTE EM QUEM VOTOU CONTRA AS FLORESTAS!

Letícia Camargo, exemplo de ativista autoral, uma das lideranças, no Paraná, na luta contra a destruição do Código Florestal.

CÓDIGO FLORESTAL URGENTE

#CODIGOVOUAPITAR

#floresta faz a diferença

Chegou a hora de apitar os Parlamentares que votam a Medida Provisória do Novo Código Florestal dia 10/07, para que não joguem no time que está contra o Meio Ambiente.

Acesse: www.florestafazadiferenca.org.br e Participe!

Curtir: 204

Comentar: 9

Compartilhar: 46

18 de outubro de 2012

Os 9 vetos da presidente representam o encerramento apenas de UMA etapa. Veja qual o posicionamento do Floresta Faz a Diferença nesta nova fase, e como ainda podemos fazer a diferença!!! <http://goo.gl/Xk7K0>



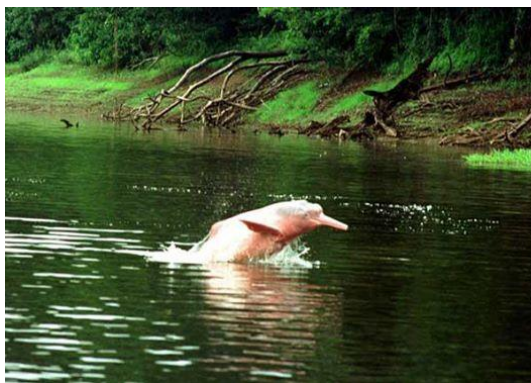
Curtir: 118

Comentar: 5

Compartilhar: 109

21 de outubro de 2012

Eleitores curitibanos dão cartão vermelho ao candidato à prefeitura de Curitiba, Ratinho Jr. Em seu mandato como deputado votou com a bancada ruralista para desfigurar do Código Florestal. **NÃO TEMOS MEMÓRIA CURTA E VAMOS INFORMAR OS ELEITORES!!!** NÃO VOTE EM QUEM VOTOU CONTRA AS FLORESTAS. — com [Anna Landsteiner](#).



Curtir: 411

Comentar: 30

Compartilhar: 439

29 de outubro de 2012

Após 2 meses da campanha "Não Vote em Quem Votou Contra as Florestas" no ar, temos bons motivos para comemorar com todos que acompanham o face do Floresta:
75% dos candidatos "cartão vermelho" não foram eleitos;
62% dos "cartão amarelo" também ficaram de fora das prefeituras;
62 mil acessos ao mapa no site do Floresta;
Queremos compartilhar com vocês esse sentimento de alegria, mesmo que ainda não possamos declarar, infelizmente, a vitória da preservação das florestas. Com a aprovação do Novo Código Florestal, elas estão ainda mais vulneráveis. Precisamos todos continuar unidos para protegê-las e vigiar seus possíveis destruidores. Por isso, em breve, convocaremos todos vocês de novo para uma nova etapa.
Por enquanto, cabe a nós celebrar esses 60 dias de ativismo que, com certeza, colaboraram para que o Brasil pudesse votar de maneira mais consciente em defesa da natureza, que nos garante ar para respirar, água para beber, terra para comer e luz para viver!



Curtir: 941

Comentar: 58

Compartilhar: 1273

05 de novembro de 2012

Alteração da foto da capa



Curtir: 942

Comentar: 58

Compartilhar: 0

13 de agosto de 2012

Duas reportagens registram o descaso com um dos nossos biomas mais ricos em biodiversidade e beleza: "22 mil focos de incêndio no Cerrado" e "Cerrado preocupa Unesco"

É hora de exigir das autoridades a prevenção ou só nos restará apelar para a dança da chuva...

<http://florestafazadiferenca.org.br/ultimas-noticias/retratos-da-ausencia-de-cuidado-do-homem-com-o-patrimonio-natural> — com Elizandra Carvalho.



Curtir: 133

Comentar: 5

Compartilhar: 271

14 de agosto de 2012 (mensagem compartilhada)

O Greenpeace elegeu Kátia Abreu, em 2009, a miss desmatamento. A Justiça deu danos morais para a senadora contra o Greenpeace. O que você acha disso?

O juiz Robson Barbosa de Azevedo decidiu a favor da senadora Katia Abreu, presidente da CNA, que nos processou pedindo danos morais. Em 2009, nós a chamamos de “miss desmatamento”, por apoiar políticas que estimulam a produção predatório e ... [Ver mais](#) — com [Paulo Roberto](#).



Curtir: 294

Comentar: 52

Compartilhar: 283

24 de agosto de 2012

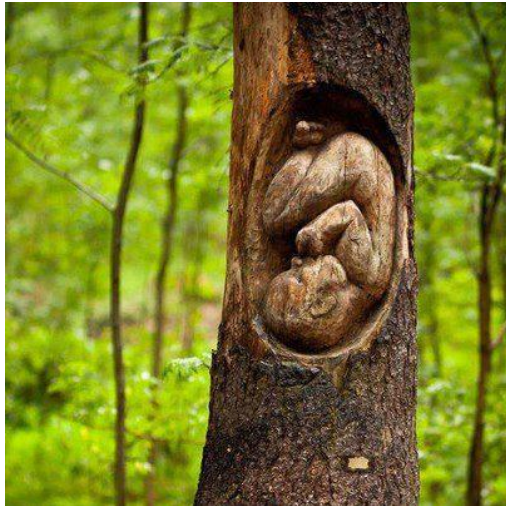
FLORESTA, FLORESTA, FLORESTA

O verde que nos resta...

Que o homem tome consciência que sua natureza
é nossa essência, suas águas nosso sangue,
seu sopro este instante.

E que antes, muito antes e estarmos aqui,

você soberana já estava a nos parir... — com [Sandra Antonelli](#) e outras 27 pessoas.



Curtir: 612

Comentar: 30

Compartilhar: 3048

NÃO VOTE EM QUEM VOTOU CONTRA AS FLORESTAS

03 de setembro de 2012

Amigos, sim é isto!!! Chegou a hora de defender nossas Florestas de quem não as protege, com o nosso voto! Eles votaram para desfigurar o Código florestal e agora pedem o nosso voto para Prefeito. Merecem? Conheça a lista dos deputados e senadores candidatos a prefeito. Vamos divulgar isto nas redes e nas ruas até o dia das eleições. Acesse para ver o mapa: <http://www.florestafazadiferenca.org.br/como-participar/> — com Cláudio Santos e outras 2 pessoas.



Curtir: 453

Comentar: 26

Compartilhar: 3.374

04 de setembro de 2012

Se tem alguma coisa que pode fazer a política tomar jeito, é não eleger quem não faz direito. Amigos da Floresta, vamos divulgar a lista dos Deputados e Senadores que votaram contra as Florestas e que agora são candidatos a Prefeito, e mostrar que só vamos dar poder a quem nos ouve. Compartilhe...

<http://www.florestafazadiferenca.org.br/como-participar/> — com Paulo Roberto.



Curtir: 569

Comentar: 26

Compartilhar: 3944

13 de agosto de 2012

Alteração da foto da capa



Curtir: 61

Comentar: 4

Compartilhar: 170

24 de setembro de 2012

Estamos a menos de duas semanas das Eleições Municipais e neste momento precisamos de TODOS para levar a lista de candidatos que desfiguraram o CÓDIGO FLORESTAL ao maior número de pessoas possível. COMPARTILHE E AJUDE A PROTEGER AS FLORESTAS DE POLÍTICOS QUE NÃO AS PROTEGEM !!! <http://www.florestafazadiferenca.org.br/como-participar/>



Curtir: 241

Comentar: 6

Compartilhar: 503

25 de setembro de 2012

Medida Provisória que BENEFICIA DESMATADORES é aprovada hoje no Senado. Agora o texto segue para sanção da presidente Dilma.

Pessoal, #ojogonaocabou. Só nos resta agora o #VetaDilma 2! — com Raj Raina.



Curtir: 382

Comentar: 16

Compartilhar: 1128

26 de setembro de 2012

Gabriel Chalita, quando teve a chance, votou 2 vezes para desfigurar o Código Florestal na Câmara. O candidato a prefeito pelo PMDB em São Paulo se posicionou a favor dos relatórios de Aldo Rebelo e Paulo Piau, aprovando medidas que detonam nosso ar, nossas árvores e nossos rios.

Agora, ele usou o Twitter para dizer que é “a favor do meio ambiente”, porque votou contra uma emenda do DEM aos 45 minutos do segundo tempo, para ganhar votos e a opinião pública.

Cara de pau tem limite, deputado-candidato! Cartão vermelho nele, pessoal! Não vote em quem votou contra as florestas!



TROFÉU PEROBA

NÃO VOTE EM QUEM VOTOU CONTRA AS FLORESTAS*
*a favor da Lei 12651/12 (novo Código Florestal)

CHALITA
AJUDOU A DESFIGURAR O CÓDIGO FLORESTAL E AGORA QUER POSAR DE DEFENSOR DAS FLORESTAS PARA GANHAR VOTOS.

Curtir: 530

Comentar: 44

Compartilhar: 954

01 de outubro de 2012

SEMANA DECISIVA!!! Os Deputados e Senadores que deixaram nosso Código Florestal em frangalhos e sujeito a todo tipo de devastação, estão aí de novo pedindo votos para Prefeito. Temos que avisar o maior número de pessoas para que "NÃO VOTEM EM QUEM VOTOU CONTRA AS FLORESTAS" . COMPARTILHEM <http://www.florestafazadiferenca.org.br/como-participar/>



Curtir: 368

Comentar: 13

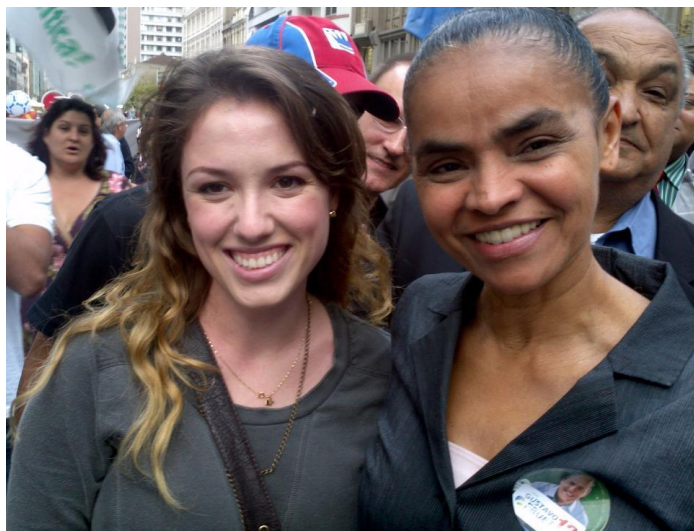
Compartilhar: 2307

15 de outubro de 2012 (mensagem compartilhada)

Letícia Camargo, a corajosa eleitora curitibana que teve a foto ao lado de Rubens Bueno apagada do nosso Facebook, ao lado de Marina Silva. Ela é exemplo para muitos que defendem as florestas!

NÃO VOTE EM QUEM VOTOU CONTRA AS FLORESTAS!

Letícia Camargo, exemplo de ativista autoral, uma das lideranças, no Paraná, na luta contra a destruição do Código Florestal.



Curtir: 204

Comentar: 9

Compartilhar: 46

18 de outubro de 2012

Os 9 vetos da presidente representam o encerramento apenas de UMA etapa. Veja qual o posicionamento do Floresta Faz a Diferença nesta nova fase, e como ainda podemos fazer a diferença!!! <http://goo.gl/Xk7K0>

LEIA EDITORIAL

Após sanção de medida provisória
pela presidente Dilma Rousseff,

o Floresta Faz a Diferença se posiciona sobre a
próxima etapa do novo Código Florestal

Curtir: 118

Comentar: 5

Compartilhar: 109

21 de outubro de 2012

Eleitores curitibanos dão cartão vermelho ao candidato à prefeitura de Curitiba, Ratinho Jr. Em seu mandato como deputado votou com a bancada ruralista para desfigurar do Código Florestal. NÃO TEMOS MEMÓRIA CURTA E VAMOS INFORMAR OS ELEITORES!!!" NÃO VOTE EM QUEM VOTOU CONTRA AS FLORESTAS. — com [Anna Landsteiner](#).



Curtir: 411

Comentar: 30

Compartilhar: 439

29 de outubro de 2012

Após 2 meses da campanha "Não Vote em Quem Votou Contra as Florestas" no ar, temos bons motivos para comemorar com todos que acompanham o face do Floresta:

75% dos candidatos "cartão vermelho" não foram eleitos;

62% dos "cartão amarelo" também ficaram de fora das prefeituras;

62 mil acessos ao mapa no site do Floresta;

Queremos compartilhar com vocês esse sentimento de alegria, mesmo que ainda não possamos declarar, infelizmente, a vitória da preservação das florestas. Com a aprovação do Novo Código Florestal, elas estão ainda mais vulneráveis. Precisamos todos continuar unidos para protegê-las e vigiar seus possíveis destruidores. Por isso, em breve, convocaremos todos vocês de novo para uma nova etapa.

Por enquanto, cabe a nós celebrar esses 60 dias de ativismo que, com certeza, colaboraram para que o Brasil pudesse votar de maneira mais consciente em defesa da natureza, que nos garante ar para respirar, água para beber, terra para comer e luz para viver!



Curtir: 941

Comentar: 58

Compartilhar: 1273

05 de novembro de 2012

Alteração da foto da capa

**BALANÇO DO
"NÃO VOTE EM QUEM VOTOU CONTRA AS FLORESTAS"**

75% dos cartões vermelhos não foram eleitos - VIVA!
62% dos cartões amarelos ficaram fora das prefeituras - VIVA!

Queremos compartilhar com vocês esse sentimento de alegria, mesmo que ainda não possamos declarar a vitória da preservação das florestas. Com a aprovação do novo Código Florestal, elas estão ainda mais vulneráveis. Precisamos continuar unidos para protegê-las e vigiar seus possíveis destruidores. Por isso, em breve, convocaremos todos vocês para uma nova etapa da campanha.

Curtir: 942

Comentar: 58

Compartilhar: 0